



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

PAULO ITALO DA SILVA LAREDO

**CONSEQUÊNCIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO TRABALHO DOCENTE: O caso da Laureate**

Belém/PA
2023

PAULO ITALO DA SILVA LAREDO

**CONSEQUÊNCIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO TRABALHO DOCENTE: O caso da Laureate.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, do Instituto de Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves

Belém/PA
2023

PAULO ITALO DA SILVA LAREDO

**CONSEQUÊNCIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO TRABALHO DOCENTE: O caso da Laureate**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração em Ciências da Educação.

Data de Aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Jacob Chaves – Orientadora
UFPA

Prof.^{ta}. Dr.^a. Fabíola Both Grello Kato
UFPA

Prof.^a. Dr.^a. Maria Rosimary Soares dos Santos
UFMG

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L318c LAREDO, PAULO ITALO DA SILVA.
CONSEQUÊNCIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO TRABALHO DOCENTE : O
CASO DA LAUREATE / PAULO ITALO DA SILVA LAREDO.
— 2023.
142 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2023.

1. Financeirização. 2. Ensino superior-mercantil. 3. Capital
estrangeiro. 4. Laureate. 5. Trabalho Docente. I. Título.

CDD 370

A minha mãe, a minha avó e ao meu namorado Gabriel B. que sempre estiveram comigo ao longo dessa caminhada, dando apoio, amor e afeto.

AGRADECIMENTOS

Não há como reduzir o processo de produção desta dissertação em momentos isolados, únicos e individuais. Geralmente, os relatos sobre os processos de escrita são permeados por histórias idealizadas, como momentos de profunda abstração, de epifania. Todavia, não foi bem assim (pelo menos para mim)! Este trabalho começou muito antes da minha aprovação no mestrado, como uma possibilidade turva. E, até este momento, enfrentei períodos de confusão, de insegurança, medo e de instabilidade de toda a ordem. Todavia, embora todas as dificuldades, mantive-me nessa corrida com o apoio de pessoas incríveis e maravilhosas que não largaram a minha mão.

Nesse sentido, primeiramente, dedico esta dissertação a minha mãe e a minha avó, Silemar Laredo e Maria Adriana. Cresci ouvindo delas sobre a importância de estudar, de passar na universidade para possibilitar uma vida melhor para a minha família. E, desde de criança, entrar na universidade (especialmente na UFPA), fazer mestrado e, um dia, ser doutor foi um sonho compartilhado com elas. Durante muito tempo imaginei que esse sonho era impossível. Todavia, hoje, posso dizer que finalmente esse sonho está se tornando inevitável graças a elas.

Entre todos os aspectos que mediaram minha formação acadêmica, a entrada no Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Educação Superior (GEPES) é sem dúvida um marco de grande importância na minha trajetória acadêmica. A convite da Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Jacob Chaves, em 2016, passei a integrar o grupo. Nesse sentido, não poderia deixar de mencionar a importância que minha orientadora teve nessa caminhada, pois, apesar de ter cursado Ciências Sociais, foi na pesquisa e nas sessões de estudo do GEPES que aprofundi meus estudos sobre o capital e, por extensão, sobre o processo de financeirização da educação superior, o objeto central da minha pesquisa.

A professora Vera é muito mais que minha orientadora. É minha maior referência e inspiração acadêmica. E, se posso ousar em dizer que tenho uma segunda mãe, é ela sem dúvida. Uma mulher imprescindível na luta por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. E, quando se trata de defender sua família e as pessoas que ama, é uma fera. A militância, a larga produção acadêmica são apenas um detalhe diante do enorme coração que ela tem. Professora Vera, é um privilégio ter sido seu orientando. Parafraseando José de Saramago, a formação acadêmica nunca acaba, o fim de uma etapa é apenas o começo de outra. Sendo assim, enquanto eu for um viajante nessa grande aventura que é a universidade, não importa os caminhos que trilhar, a senhora será minha eterna mentora.

Em retribuição a todo carinho e afeto, também agradeço ao meu companheiro, o amor da minha vida, Gabriel Braga. Se eu aguentei, se não me entreguei no *pandemonium* da COVID-19, foi por conta do teu companheirismo e do teu abraço forte. Amor, obrigado por tudo, sobretudo pela paciência que tiveste comigo e pelo teu apoio. Não poderia deixar de dizer aqui que o mundo que eu venci me deu um amor feito de risos, desejos e de possibilidades de uma vida inteira. E uma das razões que te amo tanto é, sem sombras de dúvida, a potência que somos juntos! Nem nos meus melhores sonhos, poderia imaginar que amaria alguém como amo você.

Também dedico à minha irmã, Paulina, minha melhor amiga que, desde criança, sentíamos a cumplicidade no olhar as brincadeiras, as broncas. Ao meu irmão fantástico, Guilherme, e qual jamais deixarei de amar. Ao meu sobrinho, Brian, que renova meu amor e ressalta os meus sonhos. Ao meu pai, um “gaiato” nato e um homem incrível. À minha tia Rosimar e ao meu tio Lindomar que também foram apoios importantes ao longo da minha trajetória. Aos meus primos e prima: Felipe, Patrick e Karen. E todos meus demais familiares.

Aos meus amigos do GEPES: Tarcísio, Sandy, Carol Cavalcante, Carol Costa, Luani Lobo, Luma Pontes, Lilian Araújo, Fáyda Moura, Abel Ribeiro, Paulo Henrique, Amanda Alves. E, em especial, a Ana Paula e Samantha Souza, duas pessoas incríveis que amo muito.

Não poderia deixar de fazer uma dedicatória mais do que especial à Pânia Pires e à Leila Souza. Como homenageá-las sem chorar? É imensurável o que essas duas mulheres foram na minha vida no último período. O afeto, os conselhos, o apoio delas também me trouxeram até aqui. Amigas, dizem que bons amigos são a família que nos permitiram escolher. Pois bem! Eu as escolhi como minhas irmãs mais velhas que, infelizmente, não tive.

A minha formação acadêmica sempre esteve atrelada à militância. Então, não poderia deixar de dedicar aos meus companheiros, camaradas. Em especial, ao Adriano Mendes, Raiana Mendes, Maíra Cordeiro, Gleyson Moraes (vulgo Cupu), Yasmin Loureiro, Max Costa, Hiloua Soares, Gabriela Cabral e Darliane Borges. Todas e todos, da sua forma, foram e são muito importantes para mim. São pessoas que confio a minha vida se necessário.

Também não poderia deixar de homenagear e dedicar este trabalho à eterna melhor deputada federal do Pará, a que mais destinou verba para educação pública do nosso estado. Guerreira, incansável e dona de um abraço incrível foi o nosso megafone, o sangue cabano representado no Congresso Nacional e seu nome ficará registrado como uma das parlamentares combativas do Brasil. Minha amiga, Dep. Vivi Reis, não quero perder a chance de deixar escrito o quanto a tua luta inspira e é uma referência para a juventude paraense e, quiçá, do mundo todo.

Por fim, não poderia deixar de agradecer às Professoras Fabiola Kato e Rosimary Santos por terem aceito fazer parte da minha banca examinadora, pela maneira como examinaram meu trabalho e pelas considerações bem colocadas.

“O dinheiro manda no dinheiro e quem manda no dinheiro são os grandes grupos financeiros”.

(DOWBOR, 2018).

RESUMO

Essa dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, com o objetivo de analisar o processo de financeirização da educação e as repercussões sobre o trabalho docente no âmbito da educação superior privada-mercantil, a partir do estudo da rede educacional Laureate Brasil. A pesquisa teve como referencial teórico-analítico o método Materialista Histórico-dialético (MHD) e utilizou como metodologia a pesquisa documental com base em documentos legais, relatórios e no dossiê apresentado ao Ministério Público por um grupo de ex-professores da rede Laureate. A questão central da pesquisa foi: Quais as consequências da financeirização do ensino superior privado brasileiro sobre o trabalho docente? É importante mencionar, para fins metodológicos, que, desde 2020, a rede Laureate não está mais atuando no Brasil. Partimos da compreensão de que a busca generalizada por rentabilidade não apenas fortaleceu a entrada do capital financeiro na educação superior brasileira, mas também tem produzido um intensificado quadro de desemprego e precarização do trabalho docente. Para o desenvolvimento da pesquisa, analisou-se: 1) a atuação do grupo Laureate no Brasil e o movimento de fusão/aquisições até 2020; 2) o volume de recursos envolvidos no processo de venda para o grupo Ânima; 3) o volume de matrículas presenciais e a distância da rede Laureate; 4) as fontes (públicas e privadas) de financiamento estudantil 5) as relações e condições de trabalho de professores que trabalham para o Grupo Laureate considerando, dentre outros aspectos: a jornada de trabalho, plano de carreira, formas de contratação, autonomia e participação nas decisões colegiadas, o tipo de gestão, os processos decisórios, e as formas de avaliação. Como resultado da análise feita, concluiu-se que, apesar do processo de precarização das relações e condições de trabalho a que os trabalhadores docentes estão submetidos, observou-se que, contraditoriamente, os professores e os tutores “conformaram-se” com as condições de trabalho estabelecidas pela grupo norte-americano, sobretudo, por medo de perder seus empregos, evidenciando a dominação do capital sob o trabalho. Outrossim, professores e tutores estão imersos nas políticas das contrarreformas realizadas no mundo do trabalho, que têm contribuído para a perda de direitos e a precarização do trabalho. A “ausência” de legislação acerca da entrada e saída de capital no país e os baixos custos salariais são vantagens proporcionadas ao capital estrangeiro, consequências diretas da financeirização. Isto é, o conjunto de mecanismos que liberaram “o capital dos seus entraves” não apenas fortaleceu o setor financeiro e bancário, como também produziu alargamento da desigualdade, enfraquecimento das leis trabalhistas e de proteção social.

Palavras-chave: Financeirização; Ensino privado-mercantil; Capital estrangeiro; Laureate; Trabalho docente.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the Graduate Program in Education with the aim of analyzing the process of financialization of education and the repercussions on the teaching work in the private-mercantile higher education field, based on the study of the educational Network Laureate Brazil. The research had as its theoretical-analytical referential the Historical-Dialectical Materialist method (HDM) and as its methodology the document research based on legal documents, reports and the dossier presented to the Public Prosecutor's Office by a group of former teachers of the Laureate Network. The central question of the research was: What are the consequences of the financialization of Brazilian private higher education on teaching work? It is important to mention for methodological purposes that since 2020 the Laureate Network is no longer operating in Brazil. We start from the understanding that the generalized search for profitability has not only strengthened the entry of financial capital in Brazilian higher education but has also produced an intensified framework of unemployment and precarization of teaching work. For the development of the research, we analyzed: 1) the performance of the Laureate Group in Brazil and the movement of mergers/acquisitions until 2020; 2) the volume of resources involved in the process of sale to the Ânima group; 3) the volume of classroom teaching and distance learning enrollment of the Laureate Network; 4) the sources (public and private) of student financing; 5) the working conditions of professors who work for the Laureate Group considering, among other aspects: the working hours, career plan, forms of hiring, autonomy and participation in collegiate decisions, the type of management, decision-making processes, and forms of evaluation. As a result of the analysis, it was concluded that despite the process of precarious working conditions to which the teaching workers are submitted, it was observed that, contradictorily, the professors and tutors "conformed" to the working conditions established by the North American Group, mainly because they were afraid of losing their jobs, showing the domination of capital over labor. Moreover, professors and tutors are immersed in the policies of the counter-reforms conducted in the world of work, which have contributed to the loss of rights and the precarization of work. The "absence" of legislation about the entrance and exit of capital in the country and the low wage costs are advantages provided to foreign capital, direct consequences of financialization. That is, the set of mechanisms that freed "capital from its obstacles" not only strengthened the financial and banking sector, but also produced a widening of inequality, weakening of labor laws and social protection.

Keywords: financialization; private-market education; foreign capital; Laureate; teaching work.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGCS	Acordo Geral de Comércio de Serviços
ABVCAP	Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
ASC	Accounting Standards Codification
BDDT	Biblioteca Digital de Dissertações e Teses
BM	Banco Mundial
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BSP	Business School São Paulo
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBS	CEDEPE Business School
CES	Censo da Educação Superior
CEO	Chief Executive Officer
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EAD	Ensino a Distância
EC	Emendas Constitucionais
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMU	Faculdade Metropolitanas Unidas
GATS	General Agreement on Trade in Services
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHD	Materialista Histórico-Dialético
MPF	Ministério Público Federal
NDE	Núcleos Docentes Estruturantes

OMC	Organização Mundial do Comércio
PAR	Plano de Ações Articuladas
Prouni	Programa Universidade para todos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Teses e Dissertações sobre <i>financeirização</i> por área de conhecimento, de 2010 a 2020	19
Tabela 2 - Demonstrativo de dissertações e teses sobre <i>financeirização</i> na área da educação, por curso, de 2010 a 2020.....	20
Tabela 3 - Teses e dissertações sobre <i>financeirização</i> na área da educação, no período de 2010 a 2020.	21
Tabela 4 - Despesas da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (interna e externa) - 2003 a 2016. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2017 – IPCA....	53
Tabela 5 - Número de Instituições de Educação Superior, por organização acadêmica – Brasil – 2011-2020.....	58
Tabela 6 - Evolução do Número de Matrículas de Graduação, por modalidade de ensino – Brasil 2011-2020.....	59
Tabela 7 - Evolução das matrículas em cursos de graduação a distância, por setor público e privado - Brasil-2011-2020	60
Tabela 8 - Total acumulado dos processos de Fusões e aquisições na Educação - Brasil (2007-2021).....	64
Tabela 9 - Abertura de capital na BM&FBovespa – mercado educacional das companhias	65
Tabela 10 - Quantidade de Aquisições e Fusões de IES privadas realizadas por grupos estrangeiros no Brasil de 2005 a 2016.....	87
Tabela 11 - Fusões e Aquisições de IES realizadas pela Laureate International Universities no Brasil (2005 - 2020).....	88
Tabela 12 - Evolução do número de matrículas por Modalidade de Ensino (Presencial x EAD) – Laureate Brasil – 2010-2020	90
Tabela 13 – Evolução do número de financiamento estudantil de matriculados	92
Tabela 14 - Número de funções docentes na educação superior por categoria administrativa – 2010-2020.....	104
Tabela 15 - Situação dos docentes vinculados Laureate (2010-2020)	107
Tabela 16 - Regime de trabalho dos docentes vinculados a Laureate (2010-2020).....	109
Tabela 17 – Escolaridade dos docentes vinculados a Laureate (2010-2020).....	111

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide global a riqueza social em 2020	50
Figura 2 - Uso do corretor automático.....	99
Figura 3 - Percentual de participação de docentes na educação superior por categoria administrativa, segundo formação – 2010-2020.....	106
Figura 4 - Participação percentual de docentes na educação superior por regime de trabalho	106
Figura 5 - Anexo 3.1	115

SÚMARIO

1.INTRODUÇÃO	13
1.1.Origem do Problema.....	13
1.2.Revisão da Literatura.....	18
1.3.Objetivos.....	27
1.4. Fundamentação teórico-metodológica.....	28
1.4.1. Procedimentos metodológicos:.....	35
1.5. Estrutura da dissertação	36
2. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO	38
2.1 Atual crise do capital, sua financeirização e implicações no mundo do trabalho.	38
2.2. A nova configuração do capitalismo na fase da financeirização.....	46
2.3. Financeirização, especulação e dívida pública	51
2.4. A financeirização da Educação Superior no Brasil – a expansão do setor privado-mercantil	55
3. CAPÍTULO II: A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO- MERCANTIL, NA LÓGICA DO CAPITAL RENTISTA DO GRUPO LAUREATE ...	73
3.1. Financeirização e expansão de grupos estrangeiros no Brasil.....	73
3.2. O grupo Laureate – criação e atuação no Brasil.....	88
4. CAPÍTULO III – AS REPERCUSSÕES DA FINANCEIRIZAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE: O CASO DA LAUREATE.....	101
4.1. Trabalho docente nas IES privado-mercantis – dados gerais	103
4.2. O trabalho docente no grupo Laureate: qualificação, regime de trabalho e formas de contratação.....	107
4.3. A flexibilização do trabalho docente na Laureate: expropriação/intensificação do trabalho e perda da autonomia intelectual	112
4.4. Formas de gestão e avaliação da Laureate – repercussões no trabalho docente.....	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	1301

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ insere-se na área de interesse do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Superior da UFPA (GEPES). O objetivo é analisar o processo de financeirização do capital e as repercussões sobre o trabalho docente, no âmbito da educação superior privada-mercantil, a partir do estudo da rede educacional Laureate Brasil. Ressalta-se que esta pesquisa faz parte do Projeto de pesquisa em desenvolvimento² e está vinculada ao curso de Mestrado Acadêmico em Educação na Universidade Federal do Pará, na Linha de Políticas Públicas Educacionais.

1.1 Origem do Problema

Esta dissertação de mestrado trata de aspectos atinentes a financeirização do setor privado mercantil no Brasil. Já foram desenvolvidas diversas pesquisas acerca dessa temática por pesquisadoras e pesquisadores sob diferentes abordagens. Nesse sentido, o esforço de análise contido nesse estudo é resultado de reflexões e investigações de como a financeirização tem impactado o trabalho docente. Certamente, o contexto educacional brasileiro exige determinadas especificidades de análise, sobretudo no que diz respeito aos efeitos das reformas do Estado implementadas ininterruptamente pelos governos brasileiros no setor educacional, desde o início da década de 1990.

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece a educação como um direito social, no qual o Estado é um dos principais responsáveis por proporcionar acesso à educação. Nesse sentido, defender a educação como direito público, gratuito e socialmente referenciado é indispensável para o desenvolvimento social, econômico e político brasileiro. Isso requer efetividade das políticas educacionais e superação dos entraves ao desenvolvimento educacional do país. Contudo, no contexto do capitalismo financeiro, a educação deixou de ser um direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo, favorecendo a expansão do setor privado-mercantil no Brasil (CHAVES, SANTOS e KATO, 2020).

¹Este estudo é fruto da minha trajetória na UFPA, a qual começou com minha inserção, em 2016, no grupo de estudo e pesquisa GEPES como bolsista de Iniciação Científica. De lá para cá, pude participar nas discussões e, especialmente, colaborar nos estudos acerca do processo de financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil. A bolsa de iniciação científica, inquestionavelmente, foi de suma importância para o meu amadurecimento científico, político e social. E, sobretudo, determinante para o prosseguimento da investigação acerca das consequências da financeirização na educação superior brasileira, redirecionado meu objetivo de estudo.

²Esta investigação vincula-se ao projeto intitulado “Financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil: novas estratégias de inserção do capital estrangeiro”, financiado pelo CNPq, cuja dissertação faz parte.

Segundo Carvalho (2013), a transformação da educação em objeto de interesse do grande capital é uma das consequências da globalização, ou melhor, da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), cuja oferta de cursos é orientada para os negócios, isto é, como uma mercadoria que deve proporcionar o máximo de lucro. Ainda segundo a autora, não obstante o país estar na vanguarda do neoliberalismo escolar e universitário como definido por Laval (2019), essa tendência não é um caso particular do Brasil. A exemplo, na década de 1990, nos EUA, as grandes instituições lucrativas passaram a ter suas ações negociadas no mercado de bolsas de valores, tornando o ensino superior um grande negócio.

No Brasil, apesar do processo de financeirização da educação superior ter iniciado apenas em 2007, com a entrada de grupos empresariais no mercado de bolsa de valores, teve como base a mercantilização da educação na década de 1990. De acordo com Carvalho (2013), diante da concorrência acirrada, as empresas educacionais adotaram estratégias como a oferta de modalidades de ensino com menor prestígio acadêmico (como cursos sequenciais e a distância) focalizando em “clientes” de baixa renda.

Entre as estratégias adotadas pelo setor privado-mercantil, a autora destaca: a profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais; a transfiguração de universidades e centros universitários em grandes conglomerados ou *holdings*; e a venda parcial do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro. Desta forma:

[...] as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional, por meio do mercado de capitais, que se tornaram factíveis para um grupo ainda restrito de IES mercantis, fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial, a partir dos anos de 1970, de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros etc.) e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização” (CARVALHO, 2013, p. 772).

Para a autora, um marco significativo desse processo são “[...] as aquisições realizadas por fundos *private equity* e pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores (IPOs) a partir de 2007 [...]” (CARVALHO, 2013, p. 770). Ainda, segundo a autora, a presença de fundos de investimentos, induz um quadro de princípios fundamentais nas empresas próprios da gestão corporativa, tais como: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.

Ressalta-se, no entanto, que, a gestão corporativa adotada pelas empresas educacionais financeirizadas, são incompatíveis com os princípios que norteiam o processo educativo, visto serem subordinados aos interesses dos acionistas/cotistas. Isto é “[...] as decisões empresariais

são tomadas, em última instância, visando ao aumento da proporção de lucros pagos na forma de dividendos (CARVALHO, 2013, p. 772).

Além disso, a alta rentabilidade com os negócios do ensino superior propiciada pela financeirização, além de acirrar a disputa entre as empresas educacionais em operação no Brasil, tem estimulado a entrada de capital estrangeiro. Esta disputa pelo mercado educacional brasileiro faz parte do novo raciocínio financeiro das instituições de ensino superior num contexto global de valorização econômica (CHAVES, 2010). Sobre isso, Chaves (2010, p. 494) argumenta:

A entrada de capitais estrangeiros no mercado educacional tem sido a marca desse processo. O grupo americano Laureate foi o primeiro a se tornar sócio de uma universidade brasileira, a Anhembimorumbi, em 2005. Desde então, vários outros grupos empresariais estrangeiros têm adquirido ações das empresas educacionais que atuam no ensino superior.

De modo geral, a inserção de capital estrangeiro, como parte do processo de expansão mundial do capitalismo, tem sido exercida mediante a expansão das grandes corporações norte-americanas e de seus bancos desde a metade do século XX. A constituição de novos mercados financeiros e de capitais pelo mundo produziu um profundo movimento de divisão do trabalho e reformas liberalizantes com a finalidade de mobilizar recursos políticos e financeiros dos Estados nacionais para fortalecer a esfera financeira (BELLUZZO, 2013).

Neste quadro da financeirização, diante da liberalização da economia, o setor financeiro tornou-se a fração hegemônica do capital com o apoio direto do Estado, sobretudo na consecução de medidas reformadoras (BIN, 2017). Com efeito, este processo aprofundou o caráter antidemocrático do capitalismo “[...] ao apontar para ampliação da desigualdade econômica via elevação da taxa de exploração do trabalho [...]” (BIN, 2017, p. 182).

Outro aspecto importante para sublinhar nesta introdução são as pressões competitivas de países do centro da economia capitalista para países de economia dependente, sobretudo sobre aqueles com ilimitado suprimento de empregos de baixo custo. Segundo Standing (2020, p. 49), esta característica tem produzido um compromisso de países, como o Brasil, com a doutrina neoliberal que, inexoravelmente, levou “[...] a um sistema de produção global de empresas de rede e a prática de empregos flexíveis”.

Isto têm a ver, conforme Standing (2020), com um aspecto da mundialização do capital que é a “mercadorização da empresa”. Para o autor, este conceito refere-se à maneira como as empresas têm se tornado mercadorias para serem compradas e vendidas mediante fusões e aquisições, tornando-se cada vez mais propriedades de acionistas estrangeiros, sob o comando de fundos de pensão e de capital privado. Standing (2020) chama atenção para este aspecto de

modo especial, pois tem contribuído para o crescimento de grandes massas de trabalhadores precarizados.

Segundo Belluzzo (2013), as corporações e conglomerados ao adotarem padrões de governança agressivamente competitivos subordinam o desempenho do trabalhador a criação à maximização do valor ao acionista. Este padrão organizacional, além de exercitar um individualismo agressivo, exigiram também um intenso processo de flexibilização do trabalho e de redução de custos.

No ensino superior, a característica mais impactante desse processo é o quanto provocou mudanças no setor privado mercantil em pouco mais de uma década no país. As empresas educacionais certamente estão bem mais capitalizadas do que em 2007 e a presença de capital estrangeiro se avolumou. A entrada de capital estrangeiro é parte do processo de financeirização do ensino superior e, por extensão, da emergência do *projeto neoliberal escolar e acadêmico* (LAVAL, 2019).

Partindo dessas reflexões preliminares, essa pesquisa tem como foco investigar o processo de fusão e aquisições de IES pelo grupo empresarial Laureate e as relações com a financeirização, buscando analisar as repercussões para o trabalho docente.

A motivação para realizar essa investigação deu-se a partir do acesso às denúncias de irregularidades cometidas pelo grupo Laureate, apresentadas pelo Deputado Estadual de São Paulo, Carlos Giannazi (PSOL), junto ao Ministério Público (Estadual, Federal e do Trabalho). O referido parlamentar encaminhou um dossiê de 175 páginas elaborado por professores e ex-professores de instituições ligadas ao grupo Laureate Brasil, expondo as formas usadas pela instituição para burlar direitos trabalhistas e normas do Ministério da Educação (MEC). O primeiro anúncio do documento foi feito durante a audiência pública "Ensino a Distância ou Distância do Ensino?" pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Napolitano, realizada em 11 de fevereiro de 2019 (ALESP, 2019).

Outra menção importante ao dossiê foi a matéria, de 15 de maio de 2019, da Agência de jornalismo investigativo Pública. Nessa matéria, intitulada "Professores acusam Laureate de forjar documentos para obter o reconhecimento de cursos EAD no Brasil", evidencia uma abundância de irregularidades cometida pelo grupo educacional norte-americano, em que os professores "dizem que foram obrigados a mentir para o MEC e a dar aulas em disciplinas fora de sua área de formação; documentos e áudio obtidos pela Pública apontam algumas denúncias" (DOMENICI, 2019).

Segundo a reportagem, os docentes eram contratados para atuar na área de educação a distância (EAD) do grupo educacional, no entanto, eram submetidos a "situações que vão de

atas que teriam sido forjadas para o reconhecimento de cursos no MEC à atuação de docentes em cursos fora de sua área de formação, e sem que os alunos soubessem.” Ainda conforme a reportagem, eram agendadas reuniões de “alinhamento” com os docentes para receber a Comissão do MEC nas instituições vinculadas ao grupo.

Em outra matéria jornalística: “Laureate: o raio-x de uma fraude para reconhecer uma graduação no MEC”, divulgada também na Agência Pública, de 13 de dezembro de 2020, denota-se que os “documentos trazem nova denúncia e indícios de fraude em reconhecimento de curso de graduação da Laureate”, tais como e-mails que “indicam que gestores da Laureate tinham conhecimento de situação de irregularidades”. Destaca também a ação do Ministério Público Federal (MPF), em consonância com as reportagens da agência e com as denúncias feitas pelo mandato do deputado estadual por São Paulo Carlos Giannazi (PSOL).

As denúncias se referem a atas de reuniões que teriam sido forjadas para o reconhecimento de cursos no MEC e à atuação de docentes em cursos fora de sua área de formação, sem que os alunos soubessem. Também se refere ao uso de robôs para correção de provas no lugar de professores sem que os alunos soubessem (DOMENICI, 2020).

Dentro do escopo da ação, o MPF resolveu instaurar *inquérito civil* para prosseguir na apuração dos fatos, considerando:

(...) indícios de fraudes perpetrados contra o sistema federal de ensino, notadamente, falsificação de documentos, declarações falsas, ludibriações de agentes fiscais do MEC, entre outras, para conseguir o credenciamento e o credenciamento de seus cursos [Laureate] junto ao MEC, além de boas avaliações destes cursos (DOMENICI, 2020).

Esses casos de denúncias não são os únicos envolvendo o grupo educacional estrangeiro. O jornalista Thiago Domenici, no dia 02/05/2020, publicou no Jornal “Folha de S. Paulo” uma matéria cujo título “Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam” evidencia que docentes da rede que controla a FMU e o grupo Anhembí Morumbi, denunciam o uso da inteligência artificial para correção de texto indevidamente (DOMENICI, 2020).

Segundo a matéria, os docentes das instituições ligadas à rede Laureate, além de temerem represálias internas a respeito da divulgação desse mecanismo adotado pela rede, também temem demissões com a ampliação do uso do software de inteligência artificial empregado pelo grupo. Os professores apontam, ainda, outros problemas relacionados à avaliação dos discentes. Na matéria, uma professora em anonimato afirma: “Fui olhar atividade por atividade analisada pelo LTI. A maioria que tirou dez é tudo plágio. E tem estudante que tirou nota ruim, mas que tentou escrever” (DOMENICI, 2020).

As informações reunidas no dossiê contra uma empresa estrangeira, que atua no ensino superior desde 1999, trazem uma sistematização de informações importantes para corroborar com os estudos acerca da financeirização da educação superior e suas consequências no trabalho docente. Por meio deste documento, é possível dimensionar como as medidas de desregulamentação das relações trabalhistas, liberalização da economia, dentre outras contribuíram para fragilizar e precarizar o trabalho de modo geral.

Com base nessas reflexões iniciais, a pesquisa buscou responder a seguinte questão de estudo: quais as consequências da financeirização do ensino superior privado-mercantil para o trabalho docente?

Parte-se da hipótese de que, como uma alternativa para ampliar a rentabilidade, a consolidação de um novo mercado educativo global de ensino superior configurou-se no Brasil, sobretudo, na constituição de oligopólios que ultrapassam fronteiras nacionais e ampliam seu poder por intermédio das operações na bolsa de valores. Esse pressuposto encontra-se relacionado “[...] com a inserção de capital especulativo, com o ingresso de grupos estrangeiros, de capitais fechados e abertos e a inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores [...]” (CHAVES, REIS, GUIMARÃES, p. 07, 2018), produzindo um quadro de flexibilização institucional e a utilização de novos mecanismos de expansão das taxas de lucro, particularmente: profissionalização da gestão, oferta de cursos aligeirados, expansão do ensino a distância, entre outros.

Para o desenvolvimento da pesquisa, fez-se necessário a realização de um levantamento das produções já realizadas sobre o processo de financeirização do ensino superior privado mercantil no Brasil com a finalidade de encontrar informações precisas e relevantes acerca da pesquisa em tela, como segue.

1.2 Revisão da Literatura

Para a realização do levantamento das produções sobre o fenômeno da financeirização na educação superior utilizou-se os seguintes descritores: financeirização da educação superior e trabalho docente no ensino superior. Metodologicamente, foi realizada a análise das dissertações e teses publicadas no âmbito da pós-graduação em educação no período de 2010 a 2020. A busca se deu por meio da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDDT) da Capes. Para selecionar as produções, utilizou-se o descritor que remete a questão central desta investigação: *financeirização*. Cabe informar que entre os achados, deu-se maior importância para as pesquisas que tratam, além da financeirização, do trabalho docente nesse processo

financeirizado. Ou seja, as análises tiveram como foco os temas financeirização e trabalho docente.

No resultado da consulta correspondente ao termo *financeirização*, conforme a Tabela 01 a seguir, foram identificados em todas as áreas do conhecimento, no período destacado, 339 produções acadêmicas no banco de dados da Capes, sendo 220 desse total, aproximadamente, 64,9% corresponde a dissertações de mestrados e 35,1% de teses de doutorado.

Tabela 1 - Teses e Dissertações sobre *financeirização* por área de conhecimento, de 2010 a 2020

Área de conhecimento	Nº
Ciência da saúde	03
Ciências humanas	113
Ciências sociais aplicadas	182
Engenharias	25
Linguística, letra e artes	01
Multidisciplinar	15
TOTAL	339

Fonte: Biblioteca Digital de Dissertações e Teses da CAPES, 2010 a 2020.

Estes dados evidenciam uma concentração significativa da produção acerca deste tema no campo das ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Nestas áreas, destacam-se, sucessivamente, as produções desenvolvidas nas áreas de estudo da Economia, com 79 produções acadêmicas, e na Educação foram encontradas 14 dissertações e teses. Não obstante, as ciências sociais aplicadas concentram mais da metade dos estudos acadêmicos. As análises nessa pesquisa concentraram-se nos estudos desenvolvidos na área da Educação.

Este procedimento se justifica devido a vários trabalhos relacionados à palavra-chave *financeirização* não se enquadraram, efetivamente, no objetivo central desta pesquisa. Portanto, além do refinamento de dados com base no período destacado, precisou-se adotar o critério de seleção com base na área de interesse deste estudo: educação. Dito isso, por meio do levantamento realizado, pode-se perceber que o tema *financeirização* apresenta uma pequena produção de apenas 14 produtos, sendo 8 dissertações de Mestrado e 6 Teses de Doutorado, no âmbito da pós-graduação em educação no país no período de 2010 a 2020. Somente, a partir de 2012, encontra-se a primeira produção de uma dissertação de Mestrado, conforme pode-se constatar na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Demonstrativo de dissertações e teses sobre *financeirização* na área da educação, por curso, de 2010 a 2020

ANO	CURSO		TOTAL (a.a)
	MESTRADO	DOCTORADO	
2010	-	-	-
2011	-	-	-
2012	01	-	01
2013	-	-	-
2014	01	01	02
2015	-	-	-
2016	-	02	02
2017	-	-	-
2018	02	01	03
2019	02	01	03
2020	02	01	03
TOTAL GERAL	08	06	14

Fonte: Biblioteca Digital de Dissertações e Teses da CAPES, 2010 a 2020.

O interesse em estudar o fenômeno da *financeirização*, especialmente no campo da educação, representa apenas 3,8 % do total de estudos feitos por todas as áreas do conhecimento no período destacado (339). Isso evidencia a relevância de estudos acerca do entendimento desse fenômeno no atual contexto da economia capitalista financeirizada. Esse processo tem provocado transformações sistêmicas no ambiente macroeconômico e passou a influenciar e orientar as políticas públicas (LAVINAS, ARAÚJO e BRUNO, 2017).

Com base na literatura existente, observa-se um processo intenso de mercantilização no setor educacional (sobretudo a parte referente ao ensino superior), que acena com imenso potencial de lucro para os capitalistas do setor, a ponto do secretariado da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999, haver definido a educação como um dos serviços a ser regulamentado pelo AGCS (Acordo Geral de Comércio de Serviços) - ou *General Agreement on Trade in Services* (GATS). Desde então, as negociações para a liberação dos serviços educacionais, particularmente os de nível superior, vem sendo fortemente pressionadas no âmbito da OMC. No Brasil, mesmo não tendo oficializado sua adesão no campo da educação, as políticas adotadas no país favorecem a comercialização da educação como serviço altamente negociável no mercado de ações.

Para selecionar os estudos utilizados nesta revisão de literatura foram lidos o resumo, a introdução, a metodologia, os resultados e as conclusões das dissertações e teses selecionadas. Desta forma, sintetizou-se na Tabela 3 a seguir, as pesquisas que serão utilizadas para a análise desta pesquisa.

Tabela 3 - Teses e dissertações sobre *financeirização* na área da educação, no período de 2010 a 2020.

ANO	AUTOR	TÍTULO	Nível/Ano/ Instituição
2012	Aline Veiga dos Santos	A Governança da Educação Superior Privada: sobre implicações da formação dos oligopólios no trabalho docente	Dissertação/ UCB
2014	Pedro Henrique de Sousa Tavares	Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?	Dissertação/ UFRJ
2014	Charlini Contarato Sebim	A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santo	Tese/UFES- ES
2016	Fabio Luciano Oliveira Costa	Financeirização do Capital no Ensino Superior Privado com Fins Lucrativo no Brasil (2007-2012)	Tese/USP/ SP
2016	João Ribeiro dos Santos Filho	Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais	Tese/UFPA
2018	José Augusto Ewerton de Sousa	Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade	Dissertação/ UFPA
2018	Aline Veiga dos Santos	A Hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	Tese/ UCB
2018	Carla Fernanda Zanata Soares	A financeirização da educação superior brasileira: o caso do grupo Kroton	Dissertação/ UFSC
2019	Leila Maria Costa Sousa	Financeirização da educação superior privado mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S. A	Dissertação/ UFPA
2019	Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dos Reis	Financiamento estudantil nas Instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional	Dissertação / UFPA
2019	Pedro Henrique de Sousa Tavares	Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional	Tese / UFRJ
2020	Tarcísio da Silva Cordeiro	O modelo de gestão da Unama com a sua aquisição pelo grupo ser educacional s.a. (2014-2018)	Dissertação/ UFPA
2020	Sandy Bouth Sanches Monteiro	O ensino superior privado-mercantil a distância: o caso da Laureate brasil	Dissertação/ UFPA
2020	Allan Kenji Seki	Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)	Tese / UFSC

Fonte: Biblioteca Digital de Dissertações e Teses da CAPES, 2010 a 2020.

Do total de 14 pesquisas feitas sobre financeirização, sendo 06 teses e 08 dissertações, observa-se, no geral, que todas têm como objeto de investigação o ensino superior privado no Brasil.

Santos (2012) teve como finalidade investigar as *sobreimplicações* da formação dos oligopólios no trabalho docente, no atual contexto de governança da educação superior privada brasileira. Os resultados apontados pela autora concluem que a formação dos oligopólios, processo oriundo do modelo vigente de governança da educação superior privada, intensifica a exploração da subjetividade do trabalho docente, por meio da extração da mais-valia de sua força de trabalho (SANTOS, 2012).

Segundo a autora, a *sobreimplicação* contribui para práticas de acumulação de tarefas que correspondem à lógica capitalista contemporânea e compromete a qualidade da educação. Ainda segundo a autora, os docentes das instituições públicas, apesar de não terem que lidar diretamente com as *sobreimplicações* da formação dos oligopólios na educação superior privada, também sofrem com o atual modelo de política e governança educacional brasileiro. A autora conclui que o avanço do capital na exploração do trabalhador docente despreza a natureza do trabalho pedagógico e as implicações políticas, sociais e éticas envolvidas, ao intensificar e precarizar as condições de trabalho.

A dissertação de Tavares (2014) tem por objetivo as transformações da mercantilização do ensino superior privado brasileiro a partir do controle de um número expressivo de instituições de ensino superior pelos fundos de investimentos (*private equity*), controlados pelo capital financeiro. O autor examina o processo de monopolização do setor educacional, a partir do pressuposto de que está em curso uma mercantilização de um novo tipo, agora sob o domínio do capital rentista, “com mudanças de inédita velocidade e intensidade, na medida em que alteram a natureza da mercantilização em curso e aprofundam a proeminência do setor financeiro no controle do ensino superior (TAVARES, 2014, p. 92). O autor também identifica os grandes grupos ou fundos que têm controlado parcela cada vez maior das matrículas do ensino superior e sustenta que o crescente controle do capital financeiro requer uma sistemática indução do Estado, por meio do fundo público.

O estudo de Sebim (2014), intitulado “A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santo”, investigou as mudanças do processo de financeirização sobre o trabalho docente. Para tanto, a autora considerou a introdução do ensino no processo de abertura de capital na bolsa de valores por parte deste grupo. A autora adotou como técnica de pesquisa o estudo de caso e entrevistas semiestruturadas realizada com 12 professores e ex-professores vinculados ao grupo Kroton. Entre os resultados obtidos no estudo, pode-se destacar: a) processo de intensificação e exploração do trabalho docente, e b) a ausência de autonomia no processo de ensino e aprendizagem.

Sebim (2014) evidencia que as aquisições realizadas pela Kroton provocaram transformações nas instituições com consequências no trabalho docente, sobretudo no que diz respeito ao processo de financeirização. Portanto, destaca-se este estudo como um importante material para análise desta pesquisa. Ressalta-se que será realizado uma análise minuciosa da tese de Charlini Contrato Sebim no terceiro capítulo desta dissertação.

No estudo de Costa (2016) denominado “Financeirização do capital no Ensino Superior Privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)”, foi constatado que a expansão nas matrículas do Ensino Superior privado, especialmente em EAD, contribuiu de maneira efetiva para o aumento da receita dos grupos. Outro aspecto importante a ser mencionado é o fundo de investimentos. Segundo o autor, a centralidade do grupo é garantir a rentabilidade dos investidores a curto prazo.

Santos Filho (2016), na pesquisa de doutorado intitulada “Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais” que teve como objeto investigar o financiamento e a expansão do setor educacional privado-mercantil, constatou que a política de financiamento da educação superior por meio de mecanismos governamentais, como o ProUni e o Fies, têm incentivado as instituições privadas no processo de expansão e financeirização da educação superior. A hipótese comprovada pelo autor de que a política de concessão de benefícios a entidades privadas, especificamente as em que há utilização de recursos do fundo público, tem favorecido a expansão e o fortalecimento de grupos empresariais de capital aberto no país. De acordo com Santos Filho a “política de concessão de benefícios”, via incentivo e utilização de recursos públicos, corresponde a uma forma de “nexo entre Estado e capital”, que está tendenciosamente a serviço dos interesses da acumulação financeira, tanto dos empresários quanto dos investidores (nacionais e internacionais). Este pressuposto se insere no contexto da financeirização a educação superior que, do ponto de vista acadêmico, tem como objetivo de “proporcionar” maiores taxas de rentabilidade que se sobrepõe a qualidade de ensino, isto é, no diz respeito ao compromisso ético sociocultural dos grupos educacionais.

Quanto aos aspectos teóricos-metodológicos, o autor adotou o método Materialista Histórico-Dialético (MHD). Também partiu da perspectiva de que o modelo adotado no país de incentivo a expansão do setor educacional privado-mercantil reforça “os antagonismos sociais” e converte a educação em “um produto mercantil voltado para os interesses do mercado”.

As principais conclusões do autor dizem respeito ao movimento de financeirização do setor educacional, incentivado fortemente por recursos públicos e por iniciativas governamentais. Esta expansão tem como prioridade o aumento de lucros aos proprietários-

acionistas. Conclui o autor de que, com a inserção de capital especulativo, por meio do ingresso de fundos de investimento *private equity* e com a inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsa de valores, o setor privado/mercantil se insere em um processo mundial de valorização do capital financeiro.

Vale ressaltar que Santos Filho (2016) selecionou, para análise dos incentivos governamentais, dados acerca dos grupos Estácio Participações S.A. (Estácio), GAEC Educação S.A. (Ânima) e Ser Educacional S.A de 2007 a 2015. O autor considerou a existência de informações dos grupos educacionais com ações em bolsa de valores, por meio de demonstrações contábeis e financeiras.

Outra pesquisa importante de ser destacada é a realizada por Sousa (2018) que teve como objetivo analisar os aspectos legais/normativos que subsidiam a atual fase da financeirização da educação superior privado-mercantil no Brasil. O autor, após analisar toda a legislação que regulamenta a oferta do ensino superior no país concluiu que não há uma política de regulamentação/supervisão para essa expansão de grupos educacionais privados no país. Demonstrou, também, que a não regulamentação do setor favorece a expansão de instituições estrangeiras no país, mercantilizando o ensino superior privado no processo do capital financeiro.

A tese de Santos (2018) investigou como o Fies se desenvolveu como política de favorecimento do mercado por meio da instituição de redes de governança, contribuindo para a privatização e financeirização do ensino superior privado. De acordo com a autora, o Fies, de fato, é uma política contraditória, que com o discurso de democratizar o acesso e permanência dos estudantes, na verdade possibilitou, mediado pelo Estado, a consolidação do mercado educacional por incentivo direto via destinação de recursos do fundo público com a ajuda de uma rede de governança (SANTOS, 2018).

Os resultados da pesquisa de Santos (2018) mostraram ainda, que a Kroton foi a principal beneficiada pelo Fies, visto que o lucro dessa IES está diretamente relacionado ao elevado número de matrículas de alunos com esse financiamento estudantil. Este fato se comprova ao se perceber, que em três anos, o governo federal repassou mais de R\$ 6,8 bilhões para a Kroton valorizando seu capital em especial no mercado de ações.

Soares (2018) investigou como a concepção acerca da financeirização da educação superior vem sendo discutida pela comunidade acadêmica do campo da educação. O objetivo da autora foi identificar, nas práticas mercadológicas do Grupo Kroton, elementos que sustentam a ideia da empresa, a produção direta e a comercialização da mercadoria educação que são atravessadas pelo fenômeno da financeirização. Ela conclui que a financeirização da

educação superior se expressa na produção e no comércio da mercadoria educação do grupo Kroton.

O objeto de estudo de Reis (2019) foi o financiamento estudantil privado do grupo Kroton Educacional. A pesquisa teve como metodologia o estudo de caso e a pesquisa documental e bibliográfica. O objetivo geral foi analisar as duas novas formas de financiamento estudantil do grupo no contexto da financeirização da educação. O pressuposto da autora era o de que o Fies é uma política que, além de potencializar a expansão do setor privado-mercantil, induziu a criação de novas formas de financiamento estudantil pelo setor privado-mercantil, em especial após as mudanças nas regras de concessão do FIES a partir 2015. Com a criação de novas linhas de financiamento de crédito estudantis privados como forma de assegurar aos alunos neste nível de ensino, o endividamento estudantil passou a ser um novo problema a ser investigado.

Sousa (2019) analisou as formas de financiamento estudantil privado, em especial, do grupo Estácio Participações S.A e suas nuances no processo de financeirização na educação superior, tornando-a ainda mais mercantilizada. Para tanto, o estudo teve como objetivo geral analisar as estratégias e ações que a Estácio Participações S.A usou com o intuito de expandir seu capital.

A metodologia consistiu em estudo de caso da empresa educacional com desenvolvimento de análise documental e pesquisa bibliográfica. Em sua pesquisa, a autora concluiu que as políticas educacionais pós CF/1988 como: LDB/1996, FIES e ProUni- contribuíram amplamente para a expansão privado-mercantil do ensino superior e que estas possibilitaram a inserção do processo de financeirização se no ensino.

Ainda como resultado do estudo, Sousa (2019) evidenciou que as políticas estatais para a educação supracitadas somadas ao processo de financeirização consolidou a mercantilização do ensino amplamente em curso e que o ajuste fiscal no país, somado às restrições ao Fies, possibilitaram a criação de estratégias e ações para que empresas educacionais pudessem lançar ao mercado educacional formas de financiamento privado, como é exemplificado pelo PAR na Estácio Participações S.A.

Cordeiro (2020), teve como lócus de investigação a Universidade da Amazônia (UNAMA). O autor buscou analisar as alterações na gestão institucional da Unama após sua aquisição pelo Grupo Ser Educacional S.A. Os resultados do autor indicam que, com a adoção da governança corporativa, os espaços de tomada de decisão da Universidade foram esvaziados em suas funções mais específicas, pois aparentam existir tão somente para o cumprimento da legislação, que exige a existência desses espaços colegiados para a manutenção da organização

acadêmica da universidade. Desse modo, o autor evidencia as alterações realizadas na Unama (modelo acadêmico, material didático, formação de professores ou alteração na política de recursos humanos) são partes constitutivas da materialização do modelo de governança corporativa de exigência política de favorecimento dos homens de negócios, como forma de valoração das ações da Holding Grupo Ser Educacional S.A. para propiciar a maximização dos lucros dos donos e acionistas da empresa.

Monteiro (2020) investigou a participação do Grupo Laureate International Universities na expansão da educação superior no Brasil, por meio da oferta de cursos à distância. O autor identifica que o crescimento deste grupo no Brasil se deu predominantemente pela via do ensino a distância e que, nesta modalidade de ensino, a oferta de cursos de graduação tecnológicos se destaca. Segundo a autora, a Laureate segue a tendência do mercado e, em troca dos lucros obtidos por meio da venda de serviços educacionais, vem expandindo o modelo de formação aligeirada, flexível e subespecializada para a fração da classe trabalhadora em determinada área de atuação, em detrimento da formação para o trabalho mais amplo e complexo, oferecido pelos cursos superiores de graduação nos demais graus acadêmicos.

Seki (2020), em sua tese, corrobora com os estudos sobre as transformações ocorridas no ensino privado-mercantil, especialmente no que diz respeito a entrada do capital financeiro no mercado educacional, a partir da análise de dados das companhias: Kroton, Estácio de Sá, Ser Educacional e Ânima Holding. O autor teve como objetivo analisar a expansão e a oligopolização do Ensino Superior privado no Brasil, entre os anos de 1990 e 2018, considerando esses fatores como importantes expressões da ampliação dos campos de inserção do capital financeiro

Em sua pesquisa o autor comprova que os principais mecanismos de expansão das empresas educacionais foram justamente os processos de fusões e aquisições, e que o Estado brasileiro contribuiu, de sobremaneira, para expansão do setor privado mercantil via destinação de montantes do fundo público para setor privado educacional. O autor também evidencia a ausência de uma legislação que regule a participação de fundos e bancos de investimentos na composição do capital acionário dos grupos educacionais.

Os estudos destacados neste trabalho, indicam que o movimento da financeirização do ensino superior no Brasil está entrelaçado ao capital financeiro que, para além da esfera da produção, tem buscado novos espaços para exploração e obtenção de lucro. Esse processo traz diversas implicações para o campo da educação tanto em relação ao seu financiamento, como no modelo de gestão e de formação. Além disso, os estudos apontam a necessidade de investigar as consequências da inserção da educação como serviço negociável no mercado acionário, em

especial, seus efeitos no trabalho dos docentes que desenvolvem suas atividades de ensino nesses grupos empresariais mercantis.

Dentre os estudos destacados nessa revisão acerca da financeirização, chama atenção para os que tratam do financiamento estudantil como os de Santos Filho (2016), Santos (2017) e Reis (2018). Esta complexa rede de financiamento, como caracteriza Santos (2017), configura-se como uma política de ampla materialidade no processo de expansão do ensino superior privado, com sólido financiamento estatal se tornou uma dimensão proeminente na receita dos grandes conglomerados educacionais que conta, cada vez mais, com alguma forma de financiamento para manter a margens de lucratividade.

Em síntese, esses estudos são fundamentais na compreensão do processo de financeirização do ensino privado-mercantil, gerando a base de conhecimento disponível sobre o tema. Em termos metodológicos, a análises dessas dissertações e teses evidenciaram o quão concentrado está o mercado educacional brasileiro. Todavia, observa-se que grande parte dos estudos sobre as empresas de capital aberto com ações no mercado nacional tratam do grupo Kroton. Há, portanto, uma lacuna muito grande sobre a presença de capital estrangeiro no país. Nesse sentido, a intenção dessa pesquisa é a de analisar como esse processo vem ocorrendo no Brasil e quais as implicações para o trabalho docente, com base no estudo de caso do grupo Laureate.

1.3 Objetivos

O objetivo central desta investigação é analisar como são estabelecidas as relações e condições de trabalho do docente nas instituições pertencentes à rede Laureate e sua relação com o processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil brasileiro. Para tanto, procurou-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o contexto político-econômico brasileiro das últimas décadas e sua relação com a financeirização da educação superior;
- Analisar a atuação do grupo Laureate no Brasil e o movimento de fusão/aquisições até 2020 bem como o volume de recursos envolvidos no processo de venda para o grupo Ânima e sua repercussão no trabalho docente;
- Levantar e analisar o volume matrículas presenciais e a distância da rede Laureate, as fontes (públicas e privadas) de financiamento estudantil; dentre outros aspectos, relacionado ao grupo, estabelecendo relação com o processo de financeirização do ensino superior no Brasil num contexto de uma economia capitalista financeirizada.

- Analisar as relações e condições de trabalho de professores que trabalham para o Grupo Laureate considerando, dentre outros aspectos: a jornada de trabalho, estrutura da carreira, formas de contratação, autonomia e participação nas decisões colegiadas, o tipo de gestão, os processos decisórios e as formas de avaliação.

1.4 Fundamentação teórico-metodológica

Segundo o método marxista, o exame crítico consiste em compreender a relação entre o modo de produção e reprodução da economia capitalista e suas particularidades, na relação com o todo, na identificação das forças motrizes do desenvolvimento da sociedade e da síntese como resultado do conhecimento histórico. Em outros termos, revelar os elementos na sua totalidade sob uma investigação minuciosa, a partir da realidade, das tendências de desenvolvimento da sociedade.

No entanto, uma análise meramente histórica não basta para compreender os enigmas do capital e a “loucura” da razão econômica (HARVEY, 2018). No plano das proposições marxistas, toda a história é a história da luta de classes. No Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels propunham que o motor da História da humanidade era:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corpo ração e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga, encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, outras gradações particulares (KARL, ENGELS e LÊNIN, 2017, p. 22).

Por certo, o principal aspecto que assenta a crítica marxista da sociedade capitalista, em linhas gerais, está relacionado às contradições oriundas do modo de produção e acumulação. A lei da exploração capitalista – isto é, a natureza econômica da exploração da classe trabalhadora – e a tendência da redução da taxa de lucro estão intrinsecamente atreladas ao ponto nevrálgico, a contradição capital trabalho, que, além de evidenciar as disfunções e a disjunção do sistema para gerar crises, é de onde explodem todas as contradições.

Segundo Harvey (2013, p. 19), “a conexão entre o sistema de crédito e os momentos de circulação diferencial dos diferentes capitais (particularmente a circulação do capital fixo nas áreas construídas) é, por exemplo, de fundamental importância”. A acuidade de analisar os aspectos contemporâneos da acumulação do capital marcados pelo entrelaçamento entre

exploração da força de trabalho e a “acumulação por despossessão”, é crucial para interpretar o capitalismo neoliberal, sobretudo o processo de financeirização da economia capitalista.

De imediato, entende-se que o processo de financeirização é caracterizado, de modo geral, pela “dominação da maximização do valor ao acionista entre os objetivos corporativos”. (GUTTMANN, 2018, p. 22). Este processo impõe uma série de medidas com a finalidade garantir a reprodução ampliada do capital e a hegemonia dos países do centro da economia capitalista sobre a sociedade em seu conjunto, especialmente nos países periféricos como o Brasil. Sem dúvida, pesquisar a financeirização da educação, no contexto da economia capitalista financeirizada, em que as grandes corporações dominam o sistema por meio do capital rentista especulativo, não é uma tarefa fácil.

Uma das características da financeirização, na atualidade (desde 1970), é a desigualdade aumentada pelas crises financeiras e pelos conflitos geopolíticos contemporâneos. Aparentemente, as funções e as contradições do dinheiro e das finanças articuladas às inovações tecnológicas têm produzido consequências sobre o mundo do trabalho.

As mudanças ocorridas nas forças produtivas, tanto pela via institucional quanto as provocadas pelo avanço tecnológico estão diretamente relacionadas com a financeirização. A redução dos custos com a produção é apontado como caminho para atender às exigências do capital financeiro (BRETTAS, 2020) e, de certa forma, tornar mais acessível a aquisição de determinadas mercadorias e, por consequência, aumentar o consumo e efetivar o processo de extração de valor.

Assim, ao tratar a educação como mercadoria, o setor privado mercantil a concebe como uma atividade produtiva ao transformar um bem social a um fim mercadológico. Educação, saúde, previdência social são valores de uso social, isto é, produzidos exclusivamente a partir da abstração do trabalho humano, imprescindível para o sistema metabólico da sociedade. Na educação, o dispêndio de trabalho durante o processo de produção está diretamente relacionado ao valor de troca da mercadoria. Este pressuposto é observado facilmente na oferta de cursos pelo setor privado-mercantil. Em geral, cursos em EAD custam menos que cursos presenciais que, por extensão, custam bem menos que cursos com maior prestígio social, como os cursos de medicina.

Antes de dar prosseguimento é necessário conceituar o que é mercadoria. Segundo Marx (2013), a mercadoria é, antes de tudo, uma coisa que satisfaz a necessidade humana de um tipo qualquer, logo, a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Também é um nexos entre: matéria natural e trabalho.

Para Marx (2013), esta tem uma natureza dialética: valor de uso e valor de troca. A primeira é a dimensão qualitativa da mercadoria, isto é, o valor relacionado à utilidade, cuja uma mesma mercadoria pode ter proveitos diversos. Todavia, essa utilidade não flutua simplesmente no ar; está condicionada pelo corpo da mercadoria. Em outras palavras, para que o valor de uso se efetive deve haver o consumo. É categórico a aquisição de um bem para usufruir dos atributos de determinada mercadoria. Isto, segundo Marx, forma o conteúdo geral da riqueza.

Já o valor de troca “[...] aparece inicialmente como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso são trocados por valores de uso de outro tipo. Uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013, p. 114). Por exemplo, a troca de dois objetos (um *Smartphone* por um relógio de parede comum), sem a intermediação do dinheiro, de imediato, pode-se concluir que esta troca é improvável, pois os valores de uso de ambos são incompatíveis. Mas, ao considerar a troca de uma *Smartphone* por um *notebook*, esta pode se efetivar a depender das condições e especificações de cada objeto.

Apesar de parecer accidental, o valor de troca é imanente à mercadoria, que tem de ser reduzida a algo comum, com relação ao qual a ele representa um mais ou um menos (MARX, 2013). Por isso, a utilidade de determinada mercadoria é justamente o que determina o valor de uso. Não é à toa que é improvável a troca de um relógio de parede comum por um *smartphone* pois o valor de uso de ambos não é na mesma proporção. “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferentes quantidades; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2013, p. 116).

Outro aspecto fundamental do núcleo atômico da mercadoria é justamente a força de trabalho socialmente necessária, pois, na lógica mercantil, toda produção de mercadoria é produto deste. Logo, uma mercadoria ou um bem “[...] só possui valor de troca por nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato [...]” (MARX, 2013, p. 116). Assim, o valor de uso e valor de troca são grandezas proporcionais determinadas pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria.

É importante ressaltar que:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é medida pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {É não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam

mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (MARX, 2013, p. 119 – nota do autor).

Outrossim, é necessário frisar a relação entre ser humano e natureza, isto é, a própria extração de materiais da natureza não apenas para consumo (alimentos), mas também utensílios e materiais são demonstrações que essa relação é íntima e dependente do meio ambiente. De acordo com Bastos (1991), alguns materiais são previamente fornecidos, como madeira e minério, porém estes são apropriação de capitalistas por serem donos da propriedade privada - o que coloca a classe subalterna em condições extremamente desiguais.

A história da humanidade é, pois, a história de como os homens se organizaram para produzir os bens materiais e de como o resultado da produção é apropriado pelas diferentes classes que compõem a sociedade. Isso nos mostra que os fatos relacionados com a atividade econômica são específicos de certos períodos da história. São fenômenos que ocorrem sob uma organização social específica e para compreendê-los é necessário levar isso em consideração (BASTOS, 1991, p. 12).

Nesse sentido, o entendimento de sistemas econômicos não pode estar desvinculado da história e das relações construídas entre as classes sociais, pois, são imprescindíveis para o curso da história e da formação capitalista. A influência e o domínio da classe dominante regem todo o sistema, que controla o capital com a produção de mercadorias para serem vendidas em massa, isto é, não importa qual a necessidade do bem em produção, mas sim o retorno lucrativo que a mercadoria produzida trará (BASTOS, 1991).

Segundo Marx (2013), assim como a mercadoria possui um caráter diverso, o trabalho também apresenta, pois é abstraído das diferenças das suas formas úteis, ou melhor, como produtor de formas úteis. Nas palavras do autor, o trabalho é “[...] diversificado, dividido segundo o gênero, família, espécie e subespécie de diferentes trabalhos úteis [...]” (MARX, 2013, p. 120). Isto quer dizer que a divisão do trabalho é conforme as exigências inerentes à produção: material, ferramenta, força de trabalho, tempo adequado. Marx (2013) caracteriza que a produção de qualquer mercadoria está subordinada a um processo de trabalho socialmente estabelecido, que independe da subjetividade tanto do trabalhador quanto do proprietário.

Desta forma, o posto de um trabalhador de uma empresa x é determinado tanto pela especificação do processo produtivo, quanto pela habilitação do trabalhador em desenvolver trabalhos qualitativamente distintos nas diferentes etapas do sistema complexo de produção da mercadoria. Por exemplo, a fabricação de um *smartphone* não é apenas distinta do processo de fabricação de relógio, como também é ainda mais complexo. Somente o processamento da placa

de silício, matéria prima dos chips eletrônicos, passa por diferentes etapas do fluxo do projeto de elaboração dos componentes eletrônicos.

Portanto, o caráter útil do trabalho é a “determinidade” da atividade produtiva dentro das condições objetivas possíveis, ou seja, no interior da sociedade estabelecido pelo modo de acumulação capitalista. É importante ressaltar que o trabalho não surge com sistema capitalista, mas, sim, é uma característica fundamental do sistema sociometabólico (MÉSZAROS, 2011) da sociedade anterior, aliás, ao sistema sócio, econômico e político do capital. Mas que, no sócio metabolismo do capital, o trabalho está intimamente relacionado à produção de riqueza social, de mais trabalho, de mais-valia.

Marx (2013) confere um caráter geral ao trabalho que é justamente o nexo entre trabalho e matéria natural. Para todo dispêndio de trabalho é necessário a utilização de matéria prima, de recursos extraídos da natureza. Desse modo, não há como falar em fim do trabalho, pois, independente do sistema social, econômico e político, sempre haverá o estabelecimento de mediação (físico e mental) do indivíduo para com a natureza. Este aspecto é importante para esta investigação, pois as mudanças no mundo do estão implicando num profundo processo de regressão social para a classe trabalhadora de modo geral; e não no desaparecimento do trabalho (ANTUNES, 2009).

Apesar da educação ser um bem social não fornecido pela natureza, o processo sócio pedagógico é mediado por atividades produtivas específicas adaptadas a este processo. Desde construção de salas de aula, passando pela contratação de professores e do corpo técnico à compra de equipamentos são necessários elementos da natureza para que todo este processo se transforme em valor de uso com fim específico: educar.

Em tese a educação é um bem social sem valor econômico, isto é, um bem público assegurado pelo Estado. Todavia, a condicionante que transforma a educação em mercadoria ocorre justamente quando há oferta de vagas e cobrança de mensalidade pelo setor privado. Daí, em diante, todo o processo inerente ao ensino está subordinado diretamente ao processo de produção de excedente, não obstante o dispêndio de trabalho docente no setor público e no privado serem aparentemente semelhantes: formar a classe trabalhadora

As diferenças entre um e outro estão na definição de público e privado. Para Chaves (2005), o setor público é compreendido como um espaço de promoção do bem comum, um direito social. Como tal, em tese, a educação sendo serviço público é produtora do conhecimento que é um valor social e não econômico. Todavia, com o processo de privatização e mercantilização, segundo a autora (CHAVES, 2005, p. 148), “[...] a transformação a que as universidades vêm sendo submetidas acaba por afetar e desvalorizar o trabalho docente, que

perde a sua autonomia e passa a ser controlado, adequado e uniformizado segundo critérios de produtividade, a partir da lógica racionalizadora do capital.”. É importante ressaltar que, no setor público, este processo está se dando pela via da privatização e terceirização das atividades universitárias.

No setor privado-mercantil este processo é latente. O trabalho docente é igualado ao trabalho industrial, sujeito às mesmas regras e às mesmas condições de mercado. Há uma deliberada comercialização da educação em detrimento de benefícios para a população. O que sustenta as Instituições de Ensino Superior e a rentabilidade é, justamente, a cobrança de mensalidade. Isso não quer dizer que, no setor público, mesmo que haja produção de valor, especialmente no campo tecnológico, o trabalho “ainda” não está diretamente relacionado a produção de mais-valia. Entretanto, há “[...] imposições e determinações tanto ao trabalho docente quanto aos projetos do governo que visam a privatização total do ensino superior público” (*Ibidem*).

Em suma, ressalta-se que esta pesquisa utilizará como fundamentação teórica e método de análise o materialismo-histórico-dialético para compreender as contradições do processo de financeirização do setor privado-mercantil como parte das exigências de lucratividade do capital financeiro, em especial por meio da exploração do trabalho docente como forma de adquirir o aumento do lucro por meio da extração da mais-valia.

A definição imediata deste método diz respeito à abordagem teórico-metodológica de compreensão sobre dos fatos dentro de um contexto histórico conforme as relações materiais provenientes das relações sociometabólica entre indivíduos e destes para com a natureza. Isso quer dizer que as relações sociais são dadas por condições históricas e materiais, como afirma Marx (2011, p. 25), “[...] os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

A concepção defendida por Engels (1892), no prefácio da obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, tem a ver com:

[...] uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, conseqüente divisão da sociedade de classes distintas e na luta entre as classes (BOTTOMORE, 1988, p. 260).

Desse modo, o fio condutor desta pesquisa é justamente a compreensão de que financeirização é moldada por condições históricas. Isso quer dizer que este processo não surgiu de um vácuo, mas a partir do desenvolvimento de novo modelo econômico do capitalismo, com

implicações em todo o sistema sociometabólico do capital. A seguir, o trecho de Engels é fundamental compreensão da financeirização com base na concepção materialista da história. Esta interpretação está de acordo com outro inscrito de Friedrich Engels (1844-1900):

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos (ENGELS, 2005, p. 69).

Em função do exposto, o que se pretende com esta investigação é analisar o processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil desenvolvido no Brasil, a partir das categorias do MHD: *totalidade, mediação e contradição*. Assim, sobre a categoria *totalidade*, considera-se que a financeirização não se restringe ao Brasil, mas, sim, está inserida num contexto marcado pela crise estrutural do capital iniciado desde a década de 1970, no século XX, cujas bases econômicas, políticas e sociais é organizada com base nos interesses econômicos próprios do capital. Nesse sentido, é importante fazer uma análise acerca da crise estrutural do capital, e como tal crise repercute no processo de financeirização da educação superior.

Acerca disso, é importante ressaltar que, para Marx (MARX, 2017, p. 24), “[...] o modo de produção da vida material condiciona desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. Os fatos não são apenas fatos, mas processos históricos determinantes, materiais; não deterministas. Dito de outra forma, significa que os processos históricos partem de outros processos históricos e, assim, sucessivamente.

Feita essas considerações, busca-se estabelecer as *mediações*, as interlocuções entre financeirização do ensino superior com os processos observados, que influenciam diretamente no processo de financeirização da educação para situar como as mudanças nas forças produtivas provocam consequências para o mundo do trabalho. Por fim, buscar-se-á evidenciar as contradições nesse processo, sobretudo as oriundas do nexo capital-trabalho. O contexto/etapa de financeirização do capital tem provocado mudanças no mundo do trabalho, que acentuam a intensificação e a precarização do trabalho.

Em síntese, será preciso analisar como são estabelecidas as relações de trabalho do docente que atua na rede Laureate e sua relação com o processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil brasileiro. O primeiro passo em direção a esta questão é tomar como base as imbricadas relações entre capital financeiro e o trabalho em relação à acumulação. Isso pode ajudar a estabelecer relações entre as estratégias do Grupo Laureate e as necessidades do

capital financeiro. Ao assumir esse pressuposto, a tarefa será dupla: analisar a atual fase do modo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, relacionar a financeirização da educação com o trabalho docente.

Por fim, ressalta-se que o objetivo do capitalismo é maximizar a acumulação do capital, isto é: produzir para lucrar a partir da mais-valia. Este processo é denominado de acumulação ampliada do capital. Desta forma, a exploração capitalista fundamenta-se numa relação capital/trabalho extremamente desigual, excludente e contraditória.

1.4.1 Procedimentos metodológicos:

A pesquisa realizou-se em *três fases*. Na primeira, foi feito o levantamento bibliográfico para aferir as principais temáticas e questões, assim como permitir o aprofundamento acerca da matriz teórica e analítica. Essa fase compreende o estudo do contexto, delineamento e as principais bases da financeirização da educação superior com a atuação de empresas estrangeiras na educação nacional, bem como a análise da crise mundial do capital e as possíveis implicações no trabalho docente. Também foi, ainda, levantada e analisada fontes documentais (primárias e secundárias, incluindo dispositivos legais).

Na segunda fase da pesquisa destinou-se ao levantamento e sistematização de dados agregados pertinentes ao processo de inserção da empresa *Laureate* na educação superior do Brasil, considerando: o movimento de fusão/aquisições de IES; a evolução do número de matrículas em cursos presenciais e a distância de 2010 a 2020. Para essa fase foi necessário consultar os Relatórios de fusões e aquisições publicados pela KPMG Corporate Finance; o site do grupo; os relatórios de gestão do grupo; os relatórios divulgados pela CM Consultoria; o site da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e o site do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União para analisar os recursos públicos oriundos do orçamento executado da União para o FIES. O levantamento dos dados de matrículas foi feito com base nos Censos de Educação Superior disponíveis no INEP no período.

No que tange ao trabalho docente, analisou-se o dossiê elaborado ex-professores da rede educacional Laureate, em 2019, no qual trata de denúncia feita à Assembleia Legislativa de São Paulo; ao Ministério Público de São Paulo e o Ministério Público Federal, sobre a situação que vivenciaram durante o período que trabalharam para o grupo. E o Inquérito Civil n. 1.34.001.003864/2019-58, cujo trata do processo de fiscalização de criação e/ou autorização para o funcionamento de Cursos superior com a finalidade de obter provimento jurisdicional e

processos fiscalizatórios nas instituições de ensino superior – IES do Grupo Educacional Laureate International Universities (“Grupo Laureate”).

Nesta análise procurou-se refletir sobre a relação entre o modelo de gestão do grupo e a financeirização, bem como a sua articulação com a política do governo para a classe trabalhadora por meio da Reforma Trabalhista, considerando os seguintes indicadores: falta de autonomia, demissões por conta da substituição do trabalho dos professores por *softwares* de inteligência artificial, expansão dos cursos de educação a distância e redução dos cursos presenciais como forma de intensificação do trabalho, fraudes em documentos oficiais que são enviados ao Ministério da Educação, irregularidades na contratação dos docentes, entre outros. Desta forma, as categorias de análise são: trabalho, trabalho docente e relações e condições de trabalho de professores que trabalham para o Grupo Laureate considerando, dentre outros aspectos, a jornada de trabalho, a organização do trabalho, estrutura da carreira, formas de contratação, tempo de atuação na IES, infraestrutura de trabalho, autonomia e participação nas decisões colegiadas, o tipo de gestão, a cultura institucional, os processos decisórios, os impactos das tecnologias e as formas de avaliação.

1.5 Estrutura da dissertação

Iniciamos o primeiro capítulo intitulado “A Financeirização da educação superior no contexto da financeirização e suas consequências para o mundo do trabalho” com discussões sobre a crise do capital, especulação financeira e breves considerações sobre dívida pública. Em sequência, tratamos sobre a expansão dos grupos estrangeiros no Brasil no segundo capítulo, intitulado “A Financeirização do ensino superior privado-mercantil na lógica do capital rentista do grupo Laureate”, e como a Laureate se consolidou no país até o processo de venda para o grupo Ânima Holding S.A. Por fim, no capítulo terceiro, nomeado “As repercussões da financeirização no trabalho docente: o caso da Laureate”, apresentamos uma análise sobre o trabalho docente no Brasil e na Laureate, a partir de um diagnóstico sobre o dossiê mencionado anteriormente.

Como resultado, é possível apontar, que uma das contradições encontradas, foi a de que os professores e os tutores “conformaram-se” com as condições de trabalho estabelecidas pelo grupo norte-americano, sobretudo, por medo de perder seus empregos. É possível visualizar, desse modo, uma coerção econômica, os trabalhadores não terão como sobreviver sem dinheiro. Em outros termos, é evidente a dominação do capital sob o trabalho.

Em síntese, é de extrema importância a realização de estudos que, além de produzir novos conhecimentos sobre um tema atual e de impacto significativo na formação da força de trabalho no país, possa desvelar a atuação de grupos estrangeiros na busca de lucratividade com implicações diretas no processo de desnacionalização da educação nacional. A relevância dessa pesquisa também se dá pela possibilidade em contribuir de forma concreta para a (re)definição das políticas para a educação superior no país, em especial no que se refere às consequências do processo de financeirização da educação na oferta desse nível de ensino e a necessidade de regulação do setor privado-mercantil.

2 CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre educação superior no contexto da financeirização do capital. A metodologia consiste em uma abordagem teórica, em especial a alguns aspectos teóricos relacionados ao movimento do capital. Em geral, trata-se de um aprofundamento, com base na literatura marxista e de estudos produzidos no campo da educação, que articula o entendimento entre capital financeirizado e financeirização do ensino superior e, portanto, dos efeitos desse movimento para o trabalho.

A fundamentação teórica tem como base, em primeiro lugar, os estudos de Mészáros (2008, 2011a; 2011; 2015), Harvey (2011; 2016; 2018) acerca do sistema capitalista. Sobre a mundialização capital, Chesnais (1996). Sobre a financeirização na Educação Superior Brasileiro, teremos como base Brettas (2020), Chaves (2010; 2016; 2019), Carvalho (2013; 2017), Sguissardi (2008; 2016; 2020).

2.1 A atual crise do capital, sua financeirização e implicações no mundo do trabalho.

Para analisar o fenômeno da financeirização na educação superior brasileira e suas implicações sobre o trabalho do docente no setor privado-mercantil, em especial nos grandes grupos empresariais de ensino, é necessário compreender o contexto político-econômico brasileiro das últimas décadas e sua relação com o financeirização da educação superior.

Mas, antes, é necessário fazer duas notas. A primeira: o capitalismo não se desenvolveu no vácuo, mas, sim, no âmbito de uma estrutura socioeconômica mundial, caracterizada por enormes diferenças. De acordo com a teoria do capitalismo tardio, a concentração de capital somente é possível num mundo profundamente desigual (MANDEL, 1985).

Esta consideração é de grande relevância, pois os desdobramentos da crise do capital na América Latina (especialmente no Brasil), ainda que faça parte de uma unidade complexa mundializada, há diferenças substanciais nos processos que ocorrem nestas regiões das que se manifestam na Europa ou nos Estados Unidos da América (EUA), justamente por sua posição na divisão mundial do trabalho.

A segunda é concernente a afirmação de Antunes (2009) e diversos outros pensadores marxistas de que a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia, portanto, ainda que haja um poderoso processo para subir a produtividade por meio do avanço tecnológico, o capital não pode eliminar o trabalho.

Além disso, antes de analisar o contexto de crise do capitalismo do século XX, também se faz necessário compreender o conceito de capital e de modo de produção. Em linhas gerais, “capital é valor em movimento” como caracteriza Harvey (2018). Um incessante movimento de valor sempre renovado, que não têm limites (LAFARGUE, 2014). No sistema do capital, de forma imperativa, o capital-dinheiro precisa ser posto em movimento para que a produção de valor sobreviva. E este movimento não é precisamente geográfico; é, sim, um resultado de uma permuta, de uma metamorfose, que não tolera pausas, interrupções e, tampouco, reduções na velocidade.

Conforme Harvey (2011), além de estar continuamente em movimento, é um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Desse modo, para se compreender o desenvolvimento gradativo do capital, sintetiza-se da seguinte maneira: uma vez tendo capital, o capitalista entra no mercado e compra as quantidades de trabalho e de meios de produção necessários; em seguida, a força de trabalho é combinada com as matérias-primas, instalações físicas, produtos intermediários, máquinas, energia e assim por diante por um processo de produção ativo sob a supervisão do proprietário do capital; e, por fim, como resultado, é produzido a mercadoria que é vendida no mercado por um lucro (HARVEY, 2011).

As condições para a acumulação e florescimento do capital são distintas, assim como os capitalistas também são diversos (comerciantes, proprietários, rentistas etc.). Assim:

O capitalista [...] toma uma porção dos ganhos de ontem, converte-a em capital novo e inicia o processo novamente em uma escala expandida. Se a tecnologia e as formas organizacionais não mudam, então isso implica a compra de mais força de trabalho e mais meios de produção para criar cada vez mais lucros no segundo dia. E assim segue, *ad infinitum*. (HARVEY, 2011, p. 42).

Capital, Estado e Trabalho são partes integrantes e elementares deste fluxo do capital e, portanto, inseparáveis. Para Chesnais (1996), o capital somente pode se originar no interior de um sistema de produção por meios das relações sociais (dentro do sistema de circulação de dinheiro, mercadorias e trabalho assalariado). Todavia, desde 1970, a atual fase de produção e acumulação capitalista tem sido comandada pela esfera financeira, sobretudo no que diz respeito à repartição e destinação da riqueza.

Segundo Harvey (2018), acumulação primitiva não somente possibilitou o desenvolvimento do capitalismo, como é um processo ainda presente no modo acumulação. O modo de partilha de bens, segundo Bastos (1991), ocorria de forma comunal e era repartido entre os membros, porém a privatização da propriedade impôs uma lógica nova que se baseou em classes, na apropriação do trabalho excedente e de uma classe sobre a outra - principal característica do capitalismo.

Originalmente, a produção dos bens era comunal e o produto do trabalho era repartido entre os membros da comunidade. À medida que se desenvolveu a capacidade produtiva, surgiu a propriedade privada da terra, provavelmente porque o controle da produção pelas unidades familiares permitia melhor organização e eficiência. A propriedade privada da terra estabeleceu a base para o surgimento da sociedade de classes e criou as condições para que uma classe se apropriasse do trabalho excedente de outra classe (BASTOS, 1991, p. 09).

É importante ressaltar que a organização do sistema capitalista possui seu funcionamento pela busca do lucro. O capitalista contrata um trabalhador, que possui unicamente a sua força de trabalho para sobrevivência, para a produção de mercadorias. Nessa lógica, os capitalistas são donos dos meios de produção e da propriedade privada, ou seja, são a classe dominante. Para quem não pertence a ela, resta apenas submeter-se para sobreviver dentro das condições pré-estabelecidas com a venda de sua força de trabalho em troca de um salário (BASTOS, 1991).

Assim, no sistema capitalista, o capital se manifesta na forma de dinheiro, “destinado à aquisição de instrumentos de trabalho, matérias-primas, da própria força de trabalho”, ou ainda está presente como capital-mercadoria. Ao intensificar esse caráter voltado para o lucro, o comércio deixou de ser movido pela troca entre os bens e foi transformado pela lógica monetária (representada pelo dinheiro) como condição reprodutiva de si. A produção de excedentes virou motivo para enriquecimento de um país, o qual virou investimento para aprimoramento dos meios de produção (BASTOS, 1991).

O capitalismo, entretanto, pelo seu caráter contraditório no qual, ao mesmo tempo em que precisa da força de trabalho para sua expansão e aumento da sua lucratividade, necessita gerar o desemprego. Mas o desemprego precisa estar sob controle do sistema, uma vez que é necessário ter trabalhadores contratados para a circulação do dinheiro (com o pagamento de salários) e o consumo se efetive. Em síntese, com o aumento do desemprego, a circulação do dinheiro e consumo sofrem interrupções e, assim, o sistema entra em crise devido não ter consumidores suficientes para adquirir as mercadorias produzidas.

Mandel (1985) afirma que as crises não são provocadas unicamente por uma desproporcionalidade de valor entre vários ramos da indústria, mas também por uma desproporcionalidade entre valorização do capital e consumo. A racionalidade empresarial e a frenética busca por novos campos de valorização do capital, têm aprofundado as contradições entre capital e trabalho. A relação entre essas duas grandezas, dentro da lógica capitalista, é inversamente proporcional, isto é, há uma redução na capacidade de consumo da classe trabalhadora na mesma proporção que aumenta o processo de extração de mais-valia.

É importante ressaltar que as análises sobre as crises do capitalismo, contribuem para o aprofundamento do entendimento no que diz respeito à nova arquitetura econômica de produção de mais-valia e, sobretudo, desvelar suas bases e deslocamentos. Segundo Brettas (2020), não se pode dissociar elementos estruturais dos conjunturais ao estudar as particularidades dos novos arranjos de acumulação capitalista. A análise central da autora refere-se a atual fase do capitalismo que tem como base a superexploração do trabalho.

Para Harvey (2013), às tendências de crise e o colapso inevitável do modo de produção capitalista expõe as contradições da acumulação crescente de riqueza em um polo, ao mesmo passo que produz uma crescente miséria no outro. Acerca disso, Harvey (2013, p. 524) afirma que a “sociedade burguesa parece ser incapaz de deter essa polarização crescente e sua concomitante criação de uma multidão miserável mediante a qualquer transformação interna de si mesma”. Como já ressaltado, isto tem a ver com o fato de que, dentro da lógica capitalista, é somente por meio da exploração do trabalho que a burguesia produz riqueza.

Consoante a isto, o avanço do capitalismo, quer dizer, da necessidade absoluta da burguesia de se apropriar do excedente do trabalho e a exaustão dos recursos ecológicos do planeta, trouxe consigo certos limites históricos intransponíveis que emergem do estreitamento perigoso das margens da estrutura sociometabólica do capital. Este aspecto define a crise estrutural do capital que se aprofunda e se defronta com as deficiências derivadas da crescente competição internacional e com as mudanças crescentes na sua própria estrutura de produção (MÉSZÁROS, 2011).

A crise do capital, portanto, é fundamentalmente uma crise estrutural, porque “[...] combina com crises capitalistas cíclicas e afeta todas as *formas concebíveis do sistema do capital* enquanto tal, não somente o capitalismo. A crise estrutural se faz valer *ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social e metabólica [...]*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 136 – Grifos do autor). O autor considera que o modo de desdobramento da atual crise, isto é, o empenho dado pela burguesia na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições é “rastejante”. Nas palavras de Mézszáros, a crise em curso “não pode ser superada”,

[...] nem mesmo com muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas. Assim, a cada vez mais se aprofunda crise estrutural do sistema combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em escala inimaginável torna perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes. E ele só se multiplica quando as formas e os instrumentos tradicionais de controle, à disposição do *status quo*, fracassam em sua missão [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 137).

Em *Para além do Capital*, o autor dispõe que “as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente estendidas, tanto no sentido temporal como em sua localização estrutural na ordenação geral” (MÉSZAROS, 2011a, p. 697). Portanto, as crises são parte integrante do sistema capitalista, como um movimento dinâmico e contraditório, com devastadora tendência para a auto expansão destrutiva, como se pode observar nos escritos de Marx:

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas destrutivas. (...) No sistema de propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade, mas também para simplesmente salvaguardar a própria existência (Marx apud Mézáros, 2011a, p. 58).

Sobre a crise atual do sistema do capital, Mézáros (2011), destaca a intensificação da taxa de exploração. Para o autor, o antagonismo social entre capital e trabalho, que se situa nas raízes das contradições do capitalismo, tem tido graves consequências para os trabalhadores. Nas palavras dele:

O capital quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem outra alternativa a não ser deixar que a classe trabalhadora sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro [...] (MÉSZAROS, 2011, p. 70).

Desse modo, é característico do capitalismo, desde o seu surgimento, a expansão das forças produtivas associado a agudização das contradições estruturais do próprio sistema econômico, pois o caráter incontrollável do sistema sociometabólico do capital: o complexo social, econômico, político que o capitalismo se forma, desenvolve e renova suas bases tende, permanentemente, a uma crise fundamentalmente estrutural de expressão incontrollável e destrutiva (MÉSZAROS, 2011).

Assim, a crise estrutural afeta a totalidade, isto é, todas as partes constituintes ou subcomplexos do sistema capitalista, como também todos os complexos nos quais está articulado. Aproxima-se dos limites fundamentais da estrutura mundial sob a qual se alicerçou o capitalismo (a tríade: capital, trabalho e o Estado). Este tipo de crise provoca o enfraquecimento do princípio organizador ou nuclear da sociedade e a erosão ou destruição das relações societárias (BOTTMORE, 1988). E a intensificação da degradação humana e da

natureza é reflexo direto da crise mundial do capital, cuja tendência é que se aprofunde ainda mais.

Em contraste, uma crise não estrutural afeta parcialmente a estrutura econômica e, logo, não importa o grau de gravidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global capitalista. Mészáros (2008) levanta uma divergência acerca da natureza da crise, especialmente, no que diz respeito à duração, isto é, se é longa ou um fenômeno periódico.

A premissa de Mészáros parte da constatação de que o sistema capitalista, atualmente, encontra-se, veementemente, na fase de agudização dos sintomas das suas contradições fundamentais verificada a partir dos anos 1970, considerando as novas configurações do mundo do trabalho das políticas públicas e sociais. A lógica expansionista, isto é, a busca por mais lucros torna as formações estatais do sistema do capital perigosamente insustentáveis nas atuais condições históricas. Para ele, as tentativas de superação das desigualdades sociais endógenas do sistema capitalista se defrontam com a contradição interna da inviabilidade dessa questão inerente ao próprio sistema.

Conforme Mészáros (2015), sob as condições do aprofundamento da crise estrutural e o fim da política liberal democrática demarca um fim de uma longa tradição histórica e o colapso de sua administração habitual. “A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do capital – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 606). Assim, a consolidação do domínio como um sistema de controle que a tudo absorve tem sido caracterizada por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). Esse novo quadro crítico, segundo o autor:

(...) ganhava autonomia (ainda que relativa) dentro das complexas inter-relações existentes entre a liberação e a mundialização dos capitais e do processo produtivo. Tudo isso num cenário caracterizado pela desregulamentação e expansão dos capitais, do comércio, da tecnologia, das condições de trabalho e emprego (ANTUNES, 2009, p. 34).

No atual contexto, decerto, a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) é a principal expressão da atual etapa do imperialismo, que tem conduzido a expansão de grupos empresariais pelo mundo, acirrado a concorrência e induzido reformas e, até mesmo, sanções e guerras. Antunes (2021) caracteriza isso como retorno ao trabalho do século XVIII e XIX, isto é, o retorno de utilização de formas pretéritas de exploração.

Para Harvey (2008), as crises, em geral, são produtos das fases de desaceleração da taxa de lucro que, por uma combinação de fatores e medidas, consegue se recompor e novamente

ampliar a taxa de lucros e de investimentos. Este pressuposto é fundamental para o reconhecimento do movimento fluido do capital, como também compreender as contradições que emergem e que se tornam absolutas provocadas pela oposição capital e trabalho (HARVEY, 2018). Especialmente, pois, a análise acerca do processo de financeirização exige um olhar atento sobre o fluxo e contrafluxos de capital. Retornaremos a essa questão mais adiante.

Segundo Harvey (2011), as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. A partir das crises, as reconfigurações, novos modelos de desenvolvimentos, campos de investimentos e novas formas de poder de classe surgem. Uma dessas mudanças, conforme o autor, sem dúvida, foi a criação de uma nova arquitetura financeira mundial com a finalidade de facilitar a circulação do fluxo capital-dinheiro líquido para a geração de lucro.

Harvey (2011) avalia que a crise de 2008, a chamada “crise das hipotecas *suprime*” que levou ao desmantelamento de todos os bancos de investimento de *Wall Street*, deve ser vista com o auge de um padrão de crise, as quais se tornaram mais frequentes e mais profundas considerando o quadro de crises anteriores. Nos estágios anteriores do capitalismo, predomina a exportação de mercadorias.

Nota-se, tanto em Harvey (2011; 2013; 2018) quanto em Chesnais (1996) que, no contexto de profunda recessão, combinado com baixas taxas de crescimento e elevadas taxas de inflação, e com as grandes e médias companhias trabalhando abaixo da capacidade de produção, a burguesia elaborou diversas estratégias de enfrentamento à crise com única finalidade de manter as taxas de lucro, tais como: remoção dos entraves burocráticos (leis, decretos, portarias), privatização empresas e serviços públicos, liberalização de qualquer empreendimento econômico ou social. Este conjunto de medidas é denominado medidas neoliberais.

Harvey (2011) caracteriza o neoliberalismo como produto do século XX, em resposta à crise nos anos de 1970, o qual teve como princípio proteger a todo custo as instituições financeiras. Segundo o autor, esta nova doutrina capitalista foi mascarada por uma falsa retórica sobre liberdade-mercado, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio. Todavia, a adoção do modelo neoliberal legitimou políticas excessivamente rigorosas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista, especialmente nos países de economia dependente, como o Brasil.

Para Brettas (2017), a introdução do neoliberalismo aprofundou a relação de dependência do Brasil, que sempre possuiu um papel preponderante para a garantia das condições gerais de acumulação capitalista. Segundo a autora, quanto maior o nível de

dependência, mais suscetível está um país a crises de longo alcance, por conseguinte reforça e amplia a transferência de valor em direção aos países imperialistas e, sobretudo, aprofunda os mecanismos de superexploração da classe trabalhadora.

A autora cita Osório (2014) para fundamentar esta ideia, escreve o seguinte:

[...] a debilidade estrutural das classes dominantes e a subordinação dependente exige que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação social condensada de enorme relevância. A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar projetos hegemônicos, mesmo em situações em que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar o fim da intervenção estatal (OSÓRIO, 2014, p. 207, *apud* BRETTAS 2017 – grifo da autora).

Em função do exposto, a dominância dos interesses mercantis e da rentabilidade sob a questão social, seguramente, é a principal marca das mudanças estruturais em curso, após a crise do Estado de Bem-Estar Social da Europa³, sobretudo no que diz respeito às políticas de proteção social. Diante desse novo contexto de superexploração, isto é, de que tudo vira mercadoria, a individualidade, competitividade e na instituição do Estado mínimo (na dimensão social, mas maximizado sob a doutrina do mercado) resultam, efetivamente, no alargamento da precarização do trabalho.

O avanço do modelo neoliberal tem repercutido na exploração tanto dos bens naturais, quanto do próprio trabalho em proveito da rentabilidade. Objetivamente, as implicações desse processo no que tange ao sistema de proteção social está relacionado às políticas de ajustamento dos padrões de bem-estar, tais como: no declínio das políticas sociais; na mercantilização, privatização de bens e serviços públicos e no desmonte dos direitos sociais.

No Brasil, este projeto tem sido bem-sucedido. Desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, já foram instituídas inúmeras reformas no Estado com centralidade na agenda neoliberal, especialmente pelo perfil interventivo dos sucessivos governos brasileiros, que se aprofundou após o golpe institucional de 2016. Entre 2010 a 2020, foram aprovadas Emendas Constitucionais - como a EC 95/2016 (Teto de gastos), a EC 103/2019 (Reforma da previdência) e a reforma trabalhista (instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017) que alteraram profundamente a Constituição Federal de 1988 afetando a classe trabalhadora, retirando direitos duramente conquistados após fim do golpe militar de 1964.

Este processo cresceu de maneira tão significativa que as reformas do Estado implementadas no país se tornam imprescindíveis para qualquer reflexão sobre o processo de

³É importante ressaltar que no Brasil não existiu o Estado de Bem Estar Social, mas apenas algumas medidas de proteção social para a classe trabalhadora após pressões feitas por essas.

financeiração, em especial da educação brasileira. Desta forma, a adoção ininterrupta de políticas neoliberais pelos governos brasileiros trata-se de uma mudança qualitativa para ampliação das bases de extração de mais-valia (BRETTAS, 2017).

Acerca disso, Harvey (2011), discute que um dos obstáculos para o contínuo acúmulo do capital e da consolidação do poder da classe capitalista no processo de introdução do neoliberalismo foi justamente o trabalho. Além da escassez da mão de obra, o trabalho era organizado, minimamente bem pago e possuía influência política, na década de 1970.

Em outras palavras, “o capital precisava de acesso a fontes de mão de obra mais baratas e mais dóceis” (HARVEY, 2011, p. 20) para a consolidação do capital financeiro. Entre tantas maneiras de concretizar esta medida, o estímulo a políticas de liberalização, privatização e mercantilização foi amplamente difundido como observa-se em documentos do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais que influenciaram, também, as políticas para a educação, especialmente, para o nível superior de ensino.

O fato é que os Estados, especialmente os países situados na América Latina, foram compelidos, a partir das orientações de organismos multilaterais, a redefinir seu papel. Isso implica no ajuste fiscal e na retirada dos direitos sociais conquistados pela sociedade, uma vez que a centralidade dessa reforma consiste em possibilitar maior mobilidade e rentabilidade ao capital.

Em síntese, pode-se afirmar que a situação mundial tem sido determinada por crises econômicas que, por extensão, tem produzido conflitos, intervenção imperialista e sucessivas crises humanitárias. De modo geral, as crises não são acontecimentos isolados e, apesar de gatilhos óbvios (geralmente econômicos), são processos complexos, distintos, multifacetários e podem se desenvolver por anos (HARVEY, 2015).

Brettas (2020) afirma que as mudanças no mundo das finanças estão diretamente relacionadas à diminuição da rentabilidade do setor produtivo e uma das suas marcas é exatamente a exploração do trabalho. A autora discorda que exista um suposto movimento de descolamento entre produção e finanças; mas há, sim, segundo ela, uma dependência entre essas esferas, sobretudo para que a rentabilidade se efetive. Questões relacionadas à financeirização serão tratadas na subseção a seguir.

2.2 A nova configuração do capitalismo na fase da financeirização

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, denominado de capital financeiro financeirizado (BRETTAS, 2020), afeta as economias do mundo inteiro e, conseqüentemente,

o papel do Estado, para atender às novas exigências da classe dominante mundial com vistas a aumentar a rentabilidade do capital e garantir a manutenção da sua dominação.

Chesnais (1996) afirma que o capital mundializado é o resultado de dois movimentos conjuntos que, apesar da inter-relação entre um e outro, são distintos. O primeiro diz respeito justamente ao mais longo processo de acumulação capitalista iniciada em 1914: a fase do imperialismo, que possui três características importantes: (a) concentração e centralização do capital industrial e à formação de grandes grupos empresariais; (b) surgimento do capital financeiro como resultado da concentração e centralização de capital monetário; (c) contraposição entre exportação de capital e de mercadoria.

O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas (CHESNAIS, 1996, p. 34). O autor caracteriza que a economia capitalista ingressou neste novo estilo de acumulação entre 1970 e 1980, quando surgem formas densas de centralização de capital financeiro. Ademais, a ascensão das finanças, ou da financeirização, deve-se, ainda, à reafirmação dos Estados Unidos na dominação capitalista mundial.

Neste período, diante do declínio da competitividade industrial norte-americana e das crises financeiras, deu-se início a diversas mudanças nos mecanismos que comandam e regulam a economia capitalista no sentido de uma nova configuração mundial. Estas transformações não remodelaram apenas o mercado, mas também a vida social no geral.

Entretanto, para Chesnais (1996), a mundialização do capital não deve ser pensada como uma simples fase específica ou, ainda, como meramente uma nova etapa da internacionalização do capital e de sua valorização. Trata-se de uma nova configuração do capitalismo.

A mundialização da economia de mercado – cada vez mais privatizada, desregulamentada e liberalizada – pôs fim ao *Welfare State*, especialmente em países europeus onde foi implementado. Para Chesnais (1996), a internacionalização do capital desempenhou um papel importante diante da crise do modo de regulação fordista: reverter os impactos provocados pelo encadeamento da recessão econômica de 1974-1975, sobretudo no que se refere às quedas das taxas de rentabilidade do capital. Acerca disso, o autor acrescenta:

O papel desempenhado pela internacionalização do capital, no processo de desregulamentação cumulativa dos mecanismos associados à regulação fordista, adquire importância ainda maior, quando se leva em conta a internacionalização do capital monetário, ao mesmo título do que a do capital produtivo, isto é, como expressões distintas, mas interligadas, de um movimento único de libertação do capital em todas as instituições que enquadravam e “regulavam” suas operações (CHESNAIS, 1996, p. 299).

Para reforçar esta ideia, na obra de 1998, intitulada *Mundialização financeira: gênese, custos e riscos*, especificamente na introdução geral, François Chesnais disserta que a mundialização financeira surgiu de um processo de interação entre o movimento de fortalecimento do capital privado (tanto industrial quanto bancário) e a crescente contradições clássicas do modo de produção do capital evidenciada pela crise do “modo de regulamentação fordista”.

Segundo o autor, a experiência adquirida no setor de *offshore*⁴ durante a década de 1960, e com base nas transferências de capital efetuadas, a partir do serviço da dívida pública aos países de economia dependentes, formaram a principal base da arquitetura financeira. Isso possibilitou o desenvolvimento da política monetária largamente favorável aos interesses dos credores e de uma maior liberalização financeira. Portanto, o processo de liberalização, em termos de novas oportunidades de aplicações e de mundialização estão ambos no mesmo sentido – ou melhor, num movimento acelerado – cujas grandezas desses processos estão sempre no sentido da valorização do capital. Em outras palavras, “cada avanço de uma reforça as condições favoráveis a mais um passo da outra” (CHESNAIS, 1998, p. 17).

No entanto, esse movimento conjunto ganhou, progressivamente, (especialmente a partir de 1992) um caráter incontrolável, com aspectos evidentes de “fuga para a frente” dos governos, cada vez mais impotentes perante as forças que ajudaram a desencadear. Mas esse processo tem consequências, sobretudo, no tocante a acumulação e ao emprego que incomodam sobretudo os partidários do “capitalismo virtuoso” (CHESNAIS, 1998, p. 17).

O aspecto da dívida privada do terceiro mundo é importante, justamente porque as repercussões sobre a macroeconomia têm produzido efeitos que perduram no século XXI:

Somente depois que foi forjada, juntamente com o mercado de eurodólares, uma liberdade de ação quase total em relação ao enquadramento do crédito pelos bancos centrais, é que o sistema bancário internacional pode incentivar os países em desenvolvimento econômico a contraírem junto a esse mesmo sistema, a partir de 1975, uma enorme dívida privada. O endividamento agravou, de forma qualitativa, a incapacidade desses países de se contraporem aos fatores que, de resto, iam no sentido de sua “desconexão” do sistema internacional de intercâmbio comercial (CHESNAIS, 1996, p. 299).

Os países, ao contraírem dívidas privadas com os credores internacionais, estão sob a dominância de instituições multilaterais, suficientemente fortes para impor mudanças nas economias dependentes, para favorecer este robusto sistema de crédito. A incapacidade de impor qualquer regulamentação ao fluxo de capitais, tem produzido mudanças não apenas no

⁴De modo genérico, são empresas que são abertas ou criadas em países que não são da nacionalidade de seus proprietários.

regramento jurídico geral, mas também no plano tecnológico. O avanço tecnológico da indústria tem potencializado a exploração, tanto dos bens naturais, como do próprio trabalho, em proveito da rentabilidade.

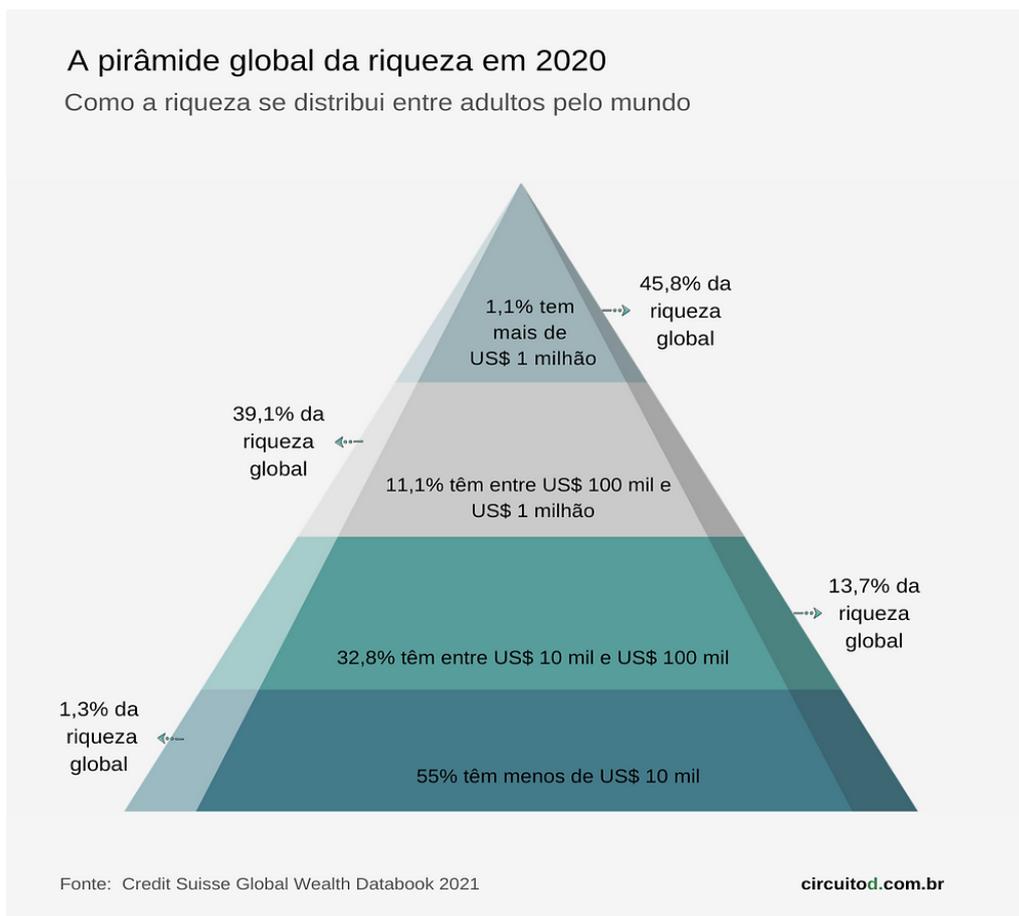
A consequência da mobilidade sem entraves do capital é, sem dúvidas, a destruição dos postos de trabalho. “Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o trabalho industrial recuperou para investir e desinvestir à vontade, ‘em casa’, ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional” (CHESNAIS, 1996, p. 304). Mais adiante o autor (1996, p. 306) continua:

Mesmo em grupos onde foi restabelecida a rentabilidade do capital, constata-se, por parte dos novos proprietários do capital (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, "eliminando gorduras de pessoal" e automatizando em velocidade máxima. É aí que se situa o ponto de partida de um encadeamento cumulativo e realimentador, cujos efeitos são depois agravados ainda mais pelas operações do capital monetário.

A análise de Chesnais (1996) dos mecanismos reguladores fordista e os atuais processos de desregulamentação e liberalização é interessante, pois a diferença entre uma e outra está justamente na estratégica, por exemplo, de combate ao desemprego. Segundo o autor, se antes os mecanismos de controle e desenvolvimento econômico se dava centralmente por medidas de proteção alfandegárias e legislativas, de efeito relativamente restritivos para as companhias, limitando sua mobilidade internacional, a partir da mundialização do capital, a financeirização permite o controle do mercado sob outros países, alinhando-os às regras do mercado e produzindo, de sobremaneira, reformas trabalhistas.

Para o autor, uma das características essenciais da mundialização é integrar um duplo movimento de polarização que, em primeiro lugar, está entre os mais altos e baixos rendimentos, e na ascensão do capital monetário e das relações salariais estabelecidas. Não há como dissociar este primeiro aspecto com a questão do desemprego e, por extensão, do aumento da pobreza. Para fins de estimativa, a figura abaixo evidencia uma hiper acumulação de 46% da riqueza global nas mãos de 1%.

Figura 1 - Pirâmide global a riqueza social em 2020



No Brasil, esta desigualdade é ainda maior, segundo (CREDIT SUISSE, 2021) 1% das pessoas concentram ainda mais riqueza, chegando a 49,6%. Entre as contradições disso, pode-se afirmar que, mesmo no contexto de crise econômica e sanitária, houve uma intensificação da desigualdade e do processo de precarização, pois, como afirma Braga (2017), diante dos agravos da crise estrutural do capitalismo, a classe trabalhadora está submetida à intensificação e à precariedade.

Em segundo lugar, a polarização está no plano internacional, especialmente no distanciamento e aprofundamento das diferenças sociais e econômicas entre os países situados no centro e na periferia da economia mundial. Segundo Chesnais (1996), as economias periféricas, como o Brasil, não são mais submetidas a dominação política, como na época clássica do imperialismo, as quais estavam em “desenvolvimento”. De acordo com o autor, são áreas de exploração de mão-de-obra de baixo custo salarial. Assim, em seu movimento de mundialização, o capital financeiro provoca mudanças nas legislações trabalhistas e nas convenções salariais nacionais.

Em função do exposto, conclui-se que não somente o processo de financeirização, mas também os movimentos de privatização e mercantilização, embora haja sutis diferenças entre si, são características fundamentais da atual fase de acumulação do capitalismo. Esse modo de acumulação capitalista é constituído pelas novas formas de centralização de enormes montantes de capital-monetário que retornam à produção em busca de valorização, isto é, para gerar mais dinheiro no interior da esfera financeira (CHESNAIS, 1996).

Quais as ações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais diante do avanço das práticas neoliberais? O Estado sempre terá como finalidade principal assegurar a rentabilidade e hegemonia da classe burguesa. Cabe, todavia, à sociedade civil, sobretudo dos movimentos sociais, a resistência e luta contra esse avanço da exploração capitalista. Sobre isso, Mészáros (2010) é categórico em defender a necessidade de se contrapor às forças extraparlamentares que ajudam a estabilizar o capital em crise para, de fato, construir uma ofensiva socialista. Portanto, a organização da classe trabalhadora não é apenas uma necessidade, mas, sim, uma urgência diante dos desdobramentos da crise estrutural que está cada vez mais próxima dos limites históricos e naturais.

2.3 Financeirização, especulação e dívida pública

O processo de financeirização surge, efetivamente, no período de 1970 a 1980. Esta década foi marcada por operações financeiras em escala global. Após a crise do estado de bem-estar social na Europa, dos chamados “anos dourados”, o projeto neoliberal tomou força em direção à liberalização e desregulamentação da economia em âmbito mundial. Para tal, estimulou abertura dos mercados domésticos ao mercado internacional, além da criação de novos mercados nacionais, como, por exemplo no Brasil, a liberalização dos serviços de saúde e de educação para a iniciativa privada com fins lucrativos.

Brettas (2020) realiza uma extensa análise que vai desde a acumulação primitiva à financeirização do capital financeiro. O ponto de partida da autora tem a ver com a separação entre trabalhadores e os meios de produção, pois com base nas elaborações de Marx, “tornou-se possível que os proprietários dos meios de produção atuassem por meio da exploração da força de trabalho, mecanismo pelo qual se dará a valorização do capital” (BRETTAS, 2020, p. 40).

Desse modo, a financeirização é um dos pilares fundamentais do atual padrão de acumulação do capital. E os elementos estruturais das especificidades trazidas pelo

neoliberalismo, no que diz respeito às mudanças ocorridas no Brasil desde a década de 1970 até os dias atuais, foram fortemente marcadas por este processo.

Segundo Brettas (2020), o período de reestruturação do capital inaugurou a passagem de um sistema financeiro baseado no crédito bancário para o mercado de capitais. A dominância financeira na esfera econômica é produto da instabilidade do modo de acumulação anterior pautado expressamente na produção. Esta nova característica confere ao proprietário do capital maior capacidade de fuga diante de qualquer obstáculo que possa interromper o fluxo e a rentabilidade do capital. Acerca disso Chesnais (1996, p. 268) argumenta que:

O número e complexidade dessas cadeias de transações "derivadas", bem como seu altíssimo valor conceitual, refletem a irracionalidade e a anarquia de uma esfera financeira que funciona cada vez mais, em circuito fechado, mas que impõe sua marca a todas as operações de investimento.

Brettas (2020) detém suas análises com base em dois elementos fundamentais para o entendimento do modo de produção capitalista em todos os seus estágios: a dívida pública e o sistema tributário. Segundo a autora, a dívida pública é uma dimensão indispensável para a caracterização do processo de financeirização e, por extensão, o atual modo de acumulação capitalista.

A questão da dívida tem relevância, pois o discurso acerca da crise financeira que omite as verdadeiras intenções burguesas, que é manter a taxa de lucro ascendente, tem sustentado efetivamente os planos de austeridade, reformas orçamentárias, trabalhistas, administrativas etc. Em outras palavras, a dívida pública tem um papel de destaque no processo de produção e reprodução ampliada do capital, sobretudo dada a capacidade de apropriação do fundo público (BRETTAS, 2020).

Certamente, a destinação de enormes montantes de recurso público nos circuitos financeiros, alimenta e amplia a possibilidade de rentabilidade dos grandes rentistas e, principalmente dos bancos. Os exorbitantes gastos com a dívida, de acordo com a autora, significam uma transferência direta de recursos oriundo do trabalho, isto é, da produção para as mãos do capital financeiro nacional e internacional.

No Brasil, por exemplo, a evolução da dívida evidencia o quão central é este tema na atualidade, sobretudo para compreensão da atual fase de acumulação capitalista, que segundo Silva (2021), é um mecanismo definidor de parcela substancial do orçamento público. Ainda segundo o autor, o orçamento público é apropriado pelo capital fictício (por meio da dívida), violando os direitos fundamentais, possibilitando o acúmulo de dinheiro que ainda pode ser absorvido.

Tabela 4 - Despesas da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (interna e externa) - 2003 a 2016. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2017 – IPCA

ANO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	REFINANCIAMENTO	TOTAL DESPESAS DÍVIDA PÚBLICA
2003	144.843.487.885	194.514.297.574	825.334.932.055	1.164.692.717.514
2004	153.801.189.587	163.718.698.236	737.953.883.427	1.055.473.771.249
2005	173.843.305.290	103.582.863.597	958.965.482.954	1.236.391.651.840
2006	280.740.432.450	231.863.435.056	692.650.545.853	1.205.254.413.359
2007	251.449.941.920	174.306.955.495	671.333.729.558	1.097.090.626.973
2008	186.865.016.249	292.823.735.420	468.534.676.831	948.223.428.500
2009	201.463.186.237	414.378.503.924	422.960.900.459	1.038.802.590.619
2010	188.432.079.092	220.224.216.763	570.987.302.669	979.643.598.524
2011	189.263.369.239	158.090.246.476	675.247.044.575	1.022.600.660.290
2012	183.610.295.685	440.644.538.455	406.940.718.592	1.031.195.552.733
2013	182.717.113.926	429.767.019.014	313.885.994.405	926.370.127.344
2014	206.578.949.079	233.701.265.481	745.615.079.770	1.185.895.294.330
2015	231.747.239.336	205.199.686.032	633.275.724.917	1.070.222.650.286
2016	209.571.465.339	280.970.417.923	665.430.246.391	1.155.972.129.654
TOTAL 2003-2016	2.784.927.071.314	3.543.785.879.445	8.789.116.262.456	15.117.829.213.215

Fonte: (CHAVES, REIS e GUIMARÃES, 2018)

De acordo com o estudo de Chaves, Reis e Guimarães (2018), a destinação de recursos públicos, entre 2003 a 2016 (Tabela 4), para honrar o pagamento da dívida pública, foi tratada como prioridade absoluta sendo o instrumento fundamental para a acumulação do capital. Os autores levantam uma contradição que surge como elemento estruturante desse processo: os sucessivos governos, ao proteger os detentores do capital e dos títulos da dívida pública, aprofundam a deterioração do trabalho e contradições sociais e culturais no país.

Outro aspecto destacado precisamente por Brettas (2020), diz respeito à mais-valia que, efetivamente, de onde se originam os juros e os lucros. Isso quer dizer que a financeirização, de modo geral, está diretamente relacionada à base produtiva. Este quadro tem produzido situações inimagináveis como a discrepância entre os ativos negociados no mercado financeiro e a riqueza de todas as nações juntas. Nas palavras da autora, isso tem gerado:

(...) uma situação em que a riqueza financeira parece ter se descolado das condições postas pela riqueza real, gerando uma hipertrofia financeira que tem conduzido à existência de inúmeras "bolhas especulativas" e a um enorme descompasso no mercado de câmbio. Para se ter uma ideia, o produto interno bruto (PIB) mundial estava em torno de US\$ 10 trilhões em 1980 e, em 2008, passou para cerca de US\$ 48 trilhões. Os ativos financeiros negociados passaram de US\$ 12 para 167 trilhões, aproximadamente. Isto significou um aumento do total de ativos financeiros negociados da ordem de 1.391,66% no período destacado. Mas não se trata apenas do

aumento dos fluxos: os valores fictícios passaram de algo em torno de 120% para 348% da riqueza de todas as nações juntas (BRETTAS, 2020, p. 55).

Aqui cabe um parêntese acerca das “bolhas especulativas”. O estudo de Corsi, Camargo e Santos (2018) confere um panorama acerca da crise do capitalismo global e a formação dessas bolhas quanto a constituição de novos espaços de acumulação, fundamentais para a compreensão do padrão de acumulação do capitalismo global, decorrente da reestruturação do sistema depois da crise estrutural da década de 1970.

Segundo os autores, a irracionalidade e a existência de “bolhas especulativas” têm relação com o fato do capital ser continuamente aplicado na especulação, o qual se dilata na esfera financeira e expande-se ao absorver de novos capitais formados na produção. Segundo eles, “[...] o inchaço da esfera financeira, na qual um volume crescente de capital se valoriza, foi acompanhado da formação de bolhas especulativas, responsáveis pelas recorrentes crises desde os anos de 1980” (CORSI; CAMARGO; SANTOS, 2018, p. 242).

Desta forma, o crescente volume de capital fictício infla continuamente a especulação, formando bolhas especulativas que se expandem na medida que o endividamento crescente das famílias, das empresas e do Estado se alargam. Esta característica está diretamente relacionada pela viabilização da expansão dos créditos, pelas baixas taxas de juros e pelos novos produtos financeiros, frutos da desregulamentação do setor. E deram fôlego ao capital, apesar de não ter conseguido colocá-la nos patamares anteriores (CORSI, CAMARGO e SANTOS, 2018).

Para corroborar com esta linha de raciocínio Lenas Lavinias, Araújo e Bruno (2017, p. 05), afirmam que aumento expressivo do grau de endividamento das famílias “veio compensar, nas economias avançadas, a estagnação dos salários, imposta pela primazia da ortodoxia em tempos de austeridade fiscal, que levou, inclusive, a uma retração da massa salarial”.

Entre 1987 e 2008, o capitalismo passou por nove crises vinculadas a bolhas especulativas, quais sejam:

(...) a crise da bolsa nos EUA em 1987, a bolha especulativa com imóveis no Japão em 1990 e 1991, a crise do México em 1994, a crise asiática em 1997, a crise da Rússia em 1998, a crise do Brasil em 1999, a crise da Argentina em 2000, a crise da NASDAQ em 2001 e a crise imobiliária nos EUA em 2007-2008. (Brenner, 2003; Corsi, 2006 e 2011; Harvey, 2012). O crescente endividamento sustentou em grande medida essas bolhas (CORSI; CAMARGO; SANTOS, 2018 – Grifos nossos).

O aumento da inadimplência de empresas e famílias aprofundou a crise do sistema financeiro e, por extensão, acelerou a crise no setor produtivo em decorrência da queda da atividade econômica. Todavia, como é comum no capitalismo, a crise estrutural do capitalismo não desencadeia mecanismos de controle do mercado, pelo contrário, aumentam a pressão nas

despesas e gastos públicos para que sejam aprovados: a) planos de austeridade cada vez mais severos; e b) diminuição dos direitos trabalhistas e dos gastos públicos em áreas como a educação, saúde etc.

Desse modo, o neoliberalismo faz parte da estratégia dos capitalistas para o enfrentamento das crises. Lima (2017) cita que a crise do Estado de bem-estar social passa pelo esgotamento com o compromisso de classe e, sobretudo, pelo fato do capital requisitar a criação de novos campos de exploração como a privatização e mercantilização dos serviços sociais executados pelo Estado.

Como consequência a agenda neoliberal, sob a égide da suposta ineficiência do sistema educacional público, pressiona os governos de economias dependentes, como os países da América Latina, a adotarem alternativas para a expansão do setor educacional de ensino superior mercantil. Isto tem sido objeto de preocupação de pesquisadores e dos movimentos sindicais, especialmente pelo impacto que este modelo tem provocado na qualidade do ensino e nas relações trabalhistas.

Com base nas reflexões feitas sobre as crises do capitalismo, a nova fase do capital especulativo e financeirizado e as exigências deste para a aplicação de políticas de ajuste fiscal e restritivas à classe trabalhadora, busca-se analisar as influências desse processo na educação superior brasileira, com o avanço do setor privado-mercantil e a abertura para empresas de capital estrangeiro expandirem sua lucratividade no país.

2.4 A financeirização da Educação Superior no Brasil – a expansão do setor privado-mercantil

Segundo Carvalho (2013), as mudanças ocorridas na educação iniciaram desde a Reforma Universitária de 1968, implementada durante o regime militar, mediante os incentivos jurídicos e econômicos do governo. Mas a tendência à mercantilização da educação superior no Brasil se acentua no final da década de 1990, como consequência direta da mundialização do capital.

Desta forma, para esta pesquisa, o marco referencial é a promulgação, em 1996, da Lei de Diretrizes de Base da educação. Nesta, são listadas marcações importantes alusivas a regulamentação da política educacional brasileira em cada rede de ensino. E, especialmente, a atenção aqui será voltada ao Art. 7º, o qual versa sobre liberação da oferta da educação superior pela iniciativa privada, como pode ser observado dispositivo legal a seguir:

Art. 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. (Brasil, (1996); grifos nossos).

Esta reforma produziu consequências paradoxais que, segundo Chaves (2010) resultaram em efeitos negativos para a educação superior pública no Brasil, uma vez que institucionalizou o processo de privatização e mercantilização e arregimentou o processo de financeirização da educação. A tese que Chaves (2010) discute é que o sistema de ensino superior, pós-LDB/1996, tornou-se mais diversificado e flexível, a objetificar a expansão do ensino com contenção de gastos nas universidades públicas e, sobretudo, favorecendo e incentivando diretamente o desenvolvimento do mercado educacional.

As particularidades trazidas pelo neoliberalismo deram contornos mercantis acentuados para a educação brasileira. Este viés é marcado pelo aprofundamento da privatização, pela financeirização da educação e pela consolidação de um novo mercado educativo sem entraves (CHAVES, 2016). Esta tendência tem sido materializada por via de reformas que, segundo a autora, foram “impostas por meio de ‘acordos comerciais’ estabelecidos entre esses organismos [internacionais] e os governos, com a finalidade de submeter a educação às exigências da lucratividade do capital.” (CHAVES e AMARAL, 2016, p. 2). Quanto a isso, os autores argumentam:

É nesse contexto de reformas e de formação de mercados educativos em que a educação é incluída como serviço comercializável e sujeita a condições de competição que se insere o processo de expansão e mercantilização da educação superior. Como parte desse processo as instituições privadas de ensino superior vêm sendo estimuladas, pelos governos, a se expandirem, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da desoneração fiscal, em especial, na oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa (CHAVES e AMARAL, 2016, p. 02).

Nesse sentido, as mudanças que sucederam a LDB incorporaram, gradualmente, modificações nas políticas públicas educacionais de financiamento e expansão a confeccionar e propiciar condições férteis para o surgimento de grandes empresas de capital aberto no setor da educação superior. Conforme Chaves (2010, p. 243) ressalta:

Dando curso a essa política, as instituições privadas de ensino superior foram estimuladas, pelos governos, a se expandir, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, em especial, da oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa.

Chaves (2010), evidencia, também, que o conjunto de medidas adotadas com a promulgação da LDB/1996, refere-se a uma resposta à crise mundial do capital, na qual o Brasil

está imerso. Com o desmonte da educação superior, esta reforma estatal alterou a lógica do ensino superior de forma substancial para atender princípios do mercado, tais como eficiência, competitividade e meritocracia. Em outras palavras, uma política de favorecimento que cresce a ritmos acelerados.

Segundo Mancebo, um dos primeiros passos da Reforma Universitária concretizada no programa governamental denominado Universidade para Todos em 2004, “seria a edição de medidas que, a um só tempo, suprissem a necessidade de ampliação da rede de ensino superior e não implicassem gastos para a União” (MANCEBO, 2004, p. 80). Contraditoriamente, sabe-se que o desenvolvimento do setor privado-mercantil somente se viabilizou com a destinação de recursos públicos, como evidencia Chaves (2010).

A defesa pela democratização do acesso ao ensino superior brasileiro é uma exigência antiga dos movimentos sociais em defesa da educação pública. Todavia, a implementação de políticas públicas educacionais desenvolvidas no país, vão no sentido contrário, ou seja, têm estimulado o avanço da privatização desse nível de ensino, desde o período da ditadura militar, e vem assumindo novas configurações a partir da década de 1990 aos dias atuais.

A inserção da educação superior brasileira no circuito econômico do capitalismo sob dominância financeira, alinha-se aos grandes objetivos econômicos mundiais contemporâneos, nos quais a educação não somente desempenha um papel primordial, mas também é um mercado abundantemente promissor. Acerca disso, Larval (2019, p. 30) assinala:

A educação não traz apenas uma contribuição essencial à economia, ela não é somente um *input* em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica. Por essa razão, é considerada como uma atividade com custo e retorno, cujo produto se assemelha a uma mercadoria.

Inquestionavelmente, o setor de ensino superior privado-mercantil se estabeleceu como um dos setores mais promissores do mercado brasileiro e tem atraído capital estrangeiro. Para Laval (2019), o Brasil está na vanguarda do estágio de “capitalismo escolar e universitário”, caracterizado especialmente pela intervenção direta e maciça do capital financeiro no ensino.

Segundo o autor, estas características brasileiras têm a ver com o fato da acelerada expansão dos grupos educacionais privado-mercantil que, em 2020, concentram mais de 87,6% das matrículas realizadas no ensino superior privado. Isto é evidenciado pelo “o crescimento notável do ensino superior privado no Brasil nos últimos vinte anos, sob a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsas (Kroton, Estácio, Anhanguera etc.) faz do país um caso único no mundo” (LAVAL, 2019, p. 13).

É importante salientar, conforme Chaves, Santos e Kato (2020, p. 08), que

(...) a inserção do capital especulativo no ensino superior brasileiro se deu de duas maneiras: 1) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores; 2) pela presença de grandes fundos de investimentos no controle das IES e pelo ingresso de grupos educacionais estrangeiros, de capitais fechado e aberto, no sistema educacional brasileiro.

Conforme o Censo da Educação Superior brasileira de 2020, 87,6% da rede de educação superior brasileira pertence às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, enquanto apenas 12,4% são IES públicas. Em números ordinários, isso significa que há 304 IES públicas e 2.153 IES privadas no Brasil.

Tabela 5 - Número de Instituições de Educação Superior, por organização acadêmica – Brasil – 2011-2020

Ano	Instituições				
	Total	Pública	%	Privada	%
2011	2.365	284	12,0	2.081	88,0
2012	2.416	304	12,6	2.112	87,4
2013	2.391	301	12,6	2.090	87,4
2014	2.368	298	12,6	2.070	87,4
2015	2.364	295	12,5	2.069	87,5
2016	2.407	296	12,3	2.111	87,7
2017	2.448	296	12,1	2.152	87,9
2018	2.537	299	11,8	2.238	88,2
2019	2.608	302	11,6	2.306	88,4
2020	2.457	304	12,4	2.153	87,6
Δ (%)					
2011/2020	3,9	7,0	...	3,5	...

Fonte: Brasil, INEP (Censos da Educação Superior, 2011-2020).

Nos dados da Tabela 5, observa-se que, no período de 2011 a 2020, o número de IES expandiu 3,9%. No caso das IES públicas a expansão foi de 7,0%, maior que as privadas que aumentaram 3,5% no período. Ao analisarmos o que representou, ao longo do período, a relação entre IES públicas e privadas, nota-se que, até 2019, as privadas representavam 88,4% do total de instituições, enquanto as públicas eram responsáveis por apenas 11,6% do ensino superior no país. Com a redução do número de IES privadas de 2019 para 2020, passando de 2.306 IES para 2.153, a relação entre os dois setores apresentou uma pequena redução, ficando em 87,6% de IES privadas e 12,4% das públicas.

É importante ressaltar que esse percentual menor de crescimento das IES privadas no período deu-se em função da redução no número de Instituições de 2019 para 2020, no entanto, não repercutiu no número das matrículas nesse setor que continuou em processo acelerado no

período investigado, como pode ser visualizada na Tabela 6 adiante. Observa-se, ainda que essa redução pode ser atribuída ao processo de fusões e aquisições ocorrido, como pode ser conferida na Tabela 7.

Quando se analisa os dados referentes a matrículas públicas e privadas nos cursos de graduação presencial e a distância, os dados confirmam a predominância do setor privado na oferta desse nível de ensino no país.

Tabela 6 - Evolução do Número de Matrículas de Graduação, por modalidade de ensino – Brasil 2011-2020.

ANO	TOTAL	PRESENCIAL	%	DISTÂNCIA	%
2011	6.739.689	5.746.762	85,3	992.927	14,7
2012	7.037.688	5.923.838	84,2	1.113.850	15,8
2013	7.305.977	6.152.405	84,2	1.153.572	15,8
2014	7.828.013	6.486.171	82,9	1.341.842	17,1
2015	8.027.297	6.633.545	82,6	1.393.752	17,4
2016	8.048.701	6.554.283	81,4	1.494.418	18,6
2017	8.286.663	6.529.681	78,8	1.756.982	21,2
2018	8.450.755	6.394.244	75,7	2.056.511	24,3
2019	8.603.824	6.153.560	71,5	2.450.264	28,5
2020	8.680.354	5.574.551	64,2	3.105.803	35,8
2011/2020	28,8	-3,0	...	212,8	...
Δ (%)					

Fonte: (INEP, 2010-2021)

Os dados da Tabela 6 acima evidenciam, ainda, que as matrículas no ensino de graduação no país aumentaram 28,8%, no período de 2011 a 2020. Entre os anos de 2011 e 2015 as matrículas aumentaram em 15,43%. Contudo, a partir de 2016 começou a apresentar uma queda, passando de 6.554.283 matrículas para 5.574.551 em 2020, reduzindo 14,95 %. Observa-se, também, que as matrículas em cursos presenciais foram reduzindo a cada ano, com exceção dos anos de 2014 e 2015 que apresentou um leve crescimento, o que pode ser explicado pela implantação do Programa de Expansão das Universidades federais denominado de REUNI⁵.

Considerando as matrículas em cursos de EAD, fica evidente que essa modalidade de ensino foi responsável pela expansão no período pois, em 2011, teve 992.927 estudantes matriculados e, em 2020, passou para 3.105.803 estudantes matriculados, correspondendo a um

⁵O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6096, em 2007, que tinha como objetivo ampliar o número de vagas nas universidades federais. Sobre o assunto ver: MEDEIROS (2012)

aumento de 212,8%. Considerando que a oferta do ensino superior no país é feita pelos setores público e privado, é importante analisar como o EAD vem sendo expandido por setor administrativo como será observado na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Evolução das matrículas em cursos de graduação a distância, por setor público e privado - Brasil-2011-2020

Ano	Total	Público	Privado	PU/T (%)	PR/T (%)
2011	992.927	177.924	815.003	17,9	82,1
2012	1.113.850	181.624	932.226	16,3	83,7
2013	1.153.572	154.553	999.019	13,4	86,6
2014	1.341.842	1.924	1.202.469	0,1	89,6
2015	1.393.752	128.393	1.265.359	9,2	90,8
2016	1.494.418	122.601	1.371.817	8,2	91,8
2017	1.756.982	165.572	1.591.410	9,4	90,6
2018	2.056.511	172.927	1.883.584	8,4	91,6
2019	2.450.264	157.657	2.292.607	6,4	93,6
2020	3.105.803	157.372	2.948.431	5,1	94,9
2011/2020 Δ (%)	212,8	-11,6	261,8	–	–

Fonte: Brasil, INEP (Censos da Educação Superior, 2011-2020).

Os dados expostos na Tabela 7 acima, comprovam a predominância das matrículas na modalidade do EAD no setor privado, sendo responsável pela expansão de 261,8% enquanto o setor público apresenta uma redução de matrículas nessa modalidade em – 11,6% no período. Observa-se, ainda, que, em todo o período, o setor privado foi responsável, em média, por 89,5%% das matrículas nessa modalidade de ensino, chegando ao ano de 2020 a concentrar 94,9% das matrículas em EAD, enquanto o setor público teve apenas 5,1% de estudantes matriculados nesse ano.

De acordo com o Censo do Ensino Superior (INEP/MEC, 2020) o contingente de matrículas na modalidade EAD cresce a ritmo acelerado, alcançando mais de 3 milhões em 2020, abrangendo 35,8% do total de matrículas de graduação (presencial e a distância). Este aumento, referente apenas à modalidade a distância, é de 26,8%, mais que o crescimento registrado no período 2018-2019 (19,1%). Em oposição, o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu (-9,4%) entre 2019 e 2020.

A expansão do EAD e a tendência de queda do ensino superior presencial pode ser explicada pela migração digital desempenhada em todo o mundo (em parte agilizado pela pandemia do coronavírus – Covid-19), em especial pelo fato de que os custos, com esse tipo de ensino é muito menor do que o ensino presencial, possibilitando o aumento da lucratividade do

setor privado. O cruzamento entre a crescente demanda por vagas no ensino superior e o aumento do mercado educacional tem provocado um alinhamento das IES, sobretudo pelas instituições privadas, por aderir às plataformas digitais para dinamizar o mercado e aumentar seu capital rentista.

A partir deste diagnóstico, o impacto mais marcante desta expansão é justamente “a privatização da educação superior, acarretando graves consequências para a formação superior, para a produção do conhecimento e da cultura e para o trabalho docente” (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015, p. 34). Em outras palavras, um ensino superior barato, com uma qualidade sofrível e, sobretudo, com desenvolvimento ampliado de cursos de ensino à distância.

Segundo Alonso (2010), a discussão sobre a expansão da EAD no Brasil apresenta, de fato, contradições importantes sobre a qualidade do ensino superior. Por um lado, os programas de financiamento do Estado, que canalizam recursos do fundo público para a esfera privada, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (FIES), favorecem tal expansão, por outro lado, o EAD, é visivelmente tomado como uma modalidade de ensino para aceleração rápida da expansão de vagas no ensino superior privado mercantil.

Leher (2013), ressalta que o setor privado-mercantil se limita a ofertar um ensino aligeirado, como os cursos superiores de tecnologia. Os cursos de graduação ofertados por empresas controladas pelo capital financeiro centralizam-se em cursos de formação de professores à distância e outras modalidades de educação terciária.

Conforme o autor, a evolução desta modalidade de ensino deve-se a três fatores de enorme relevância no contexto educacional brasileiro. O primeiro diz respeito a criação de novas vagas no ensino superior, sobretudo, pois a pressão pelo acesso ao ensino superior segue muito relevante em virtude da expansão do ensino médio nas duas últimas décadas. O segundo aspecto refere-se ao custo aluno e, o terceiro, ao potencial de alcance do EAD. Todavia, a contradição está justamente na relação entre a oferta de cursos tecnológicos e ou de curta duração com a expansão do ensino a distância que, segundo Leher (2013), tem provocado uma diminuição no custo relativo da força de trabalho com formação superior.

Segundo Paulo Presse (2022), coordenador da Área de Estudo de Mercado da *Hoper Educacional*⁶, um dos desdobramentos do ensino superior em 2020 foi o avanço do EAD potencializado pela pandemia da COVID-19. Segundo este analista, a modalidade a distância tem dois pilares: o primeiro, tem a ver com crise econômica e o segundo, e a restrição no FIES. A estratégia de investimento na modalidade a distância está relacionada ao contínuo

⁶Fundada em 1997, a Hoper Educação atua nas modalidades de Consultoria para Instituições de Ensino Superior e Básico, Estudos de Mercado, Cursos, Soluções de Aprendizagem e Educação Corporativa.

desenvolvimento do setor privado-mercantil, no qual esta modalidade tem garantido estabilidade ao setor privado diante da queda da matrícula total.

Acerca disto, conclui-se que a modalidade EAD é utilizada pelo setor privado-mercantil com fins mercadológicos, sob o discurso falso de democratização do ensino superior, desconsiderando as dimensões estruturais, como desigualdades de acesso aos bens naturais e culturais, o que foi evidenciado pela pandemia da COVID-19.

Desde a implementação dos programas ProUni e Fies, houve um aumento e prevalência do setor privado no país, tanto em relação ao número de IES como em relação ao número de matrículas.

O ProUni, por meio da isenção de tributos federais, possibilitou uma taxa de crescimento exponencial das IES privadas ao ampliarem os números de contratações de bolsas. Como consequência, o crescimento das matrículas em IES privadas e a renúncia fiscal revelam altos incentivos em favor do sistema privado-mercantil. Acerca disso,

ao privilegiar a ampliação do acesso do ensino superior por meio de instituições privadas o governo federal aumentou significativamente o financiamento público a tais instituições. Essa política, alicerçada em orientações do Banco Mundial, contribui para viabilizar os lucros dos grupos financeiros/educacionais em especial os grupos de capital aberto [...] A reorganização do setor privado foi fortalecida pelo mercado de capitais, mas, sobretudo lastreada pelo investimento público, principalmente, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade Para Todos (ProUni) (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020, p. 09)

Segundo Santos Filho (2016, p. 152), “devido à adesão ao ProUni, os valores dos impostos de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos tributos referidos.” Como consequência, ao priorizar a ampliação do acesso da educação superior por meio de renúncias na área educacional, o governo federal significativamente retrai o financiamento das IES públicas e estimula a formação de grandes negócios educacionais (MANCEBO, 2004).

Essa política, alicerçada nas orientações do Banco Mundial, contribuiu para viabilizar os lucros dos grupos financeiros/educacionais e o processo de financeirização da educação. Em Chaves (2010), Gouveia e Souza (2010), Castro (2009), Martins (2009) é evidente que programas, tais como o ProUni e Fies, fazem parte de um conjunto de políticas as quais estão sintonizadas com o projeto neoliberal em curso no Brasil. Assim, o processo de consolidação da privatização da educação superior foi catalisado por meio de incentivo do Estado brasileiro.

Além disso, o ProUni e o Fies valorizaram as ações dos grandes grupos educacionais empresariais de capital aberto, o que pode ser constatado no processo de fusão e aquisições de

instituições educacionais, em que o número de bolsas e de financiamentos que a IES possui, contribui para definir seu valor no mercado. Em outras palavras, quanto mais bolsas e financiamento, maior a valorização acionária, pois há maiores possibilidades de lucro, de rentabilidade. As estratégias de negócio para impulsionar este novo aspecto do mercado brasileiro incluem inclusão de materiais de marketing demasiadamente apelativos, com o único propósito de vender o produto.

Quanto maior a presença do capital fictício nacional e internacional, quanto mais sensível for o setor privado-mercantil às demandas e exigências do mercado, maiores são as mudanças ocorridas na organização e nas condições do trabalho docente. É notório como o processo de financeirização da educação superior ergue-se como uma tendência da mundialização do capital. Esta premissa parte da ideia de que este processo exige ao setor privado-mercantil novas saídas para continuar aumentando seu capital.

Entre as políticas de expansão da educação superior destaca-se, também, a inserção dos grupos empresariais educacionais no mercado de capitais. O estudo de Chaves e Amaral (2016) apresenta observações importantes e relevantes sobre esta tendência que, diante da concentração de capital, tem passado por um intenso processo de oligopolização e de financeirização. As autoras salientam que os principais vetores que fomentam estas novas configurações são: 1) a entrada, a partir de 2007, de grupos empresariais no mercado de ações; 2) o processo de fusões e aquisições; 3) a formação de grandes oligopólios na educação superior privado-mercantil do Brasil.

Após abertura de capital de grupos educacionais do setor privado mercantil, acelerou-se e aprofundou-se este processo de financeirização, permitindo pelo lucro auferido com a valorização das ações, a aquisição de instituições de ensino superior de pequeno porte. Como consequência desse processo deu-se início à formação de oligopólios educacionais. Segundo Chaves, Santos e Kato (2020, p. 08):

[...] Universidades e Centros Universitários privados passam a formar grandes conglomerados ou *holdings* estabelecendo uma concorrência predatória e dificuldades para a manutenção de estabelecimentos de menor porte, gerando crise financeira nesses, o que contribui para que os mesmos possam ser adquiridos pelo capital mercantil dos grandes grupos. A partir de 2007, se observa um intenso movimento de fusões e aquisições de IES, de tal modo, que o setor educacional passou a ocupar as primeiras colocações no ranking das Fusões e Aquisições do mercado econômico nacional divulgado pela consultoria KPMG (empresa responsável por publicar trimestralmente informações sobre as fusões e aquisições na economia brasileira). Em 2008, por exemplo, o setor ficou em terceiro lugar no conjunto de fusões e aquisições de todos os setores econômicos do País.

De 2007 a 2020, o quadro de fusões e aquisições no setor educacional privado no país é o seguinte:

Tabela 8 - Total acumulado dos processos de Fusões e aquisições na Educação - Brasil (2007-2021)

ANO	FUSÕES/AQUISIÇÕES	RANKING ANUAL
2007	19	-
2008	53	3º
2009	12	12º
2010	20	12º
2011	27	11º
2012	19	13º
2013	24	24º
2014	26	8º
2015	27	7º
2016	19	8º
2017	30	11º
2018	29	6º
2019	32	-
2020	27	9º
2021	46	8º

Fonte: KPMG Consultoria: Pesquisa de fusões e aquisições

Apesar das variações, as aquisições e fusões de IES no ensino superior privado é um movimento intenso, incontrolável e contínuo, conforme demonstra a tabela acima. No ano de 2008, o setor educacional ficou em 3º lugar no ranking anual da economia do país, com 53 aquisições/fusões de IES. Desde então, o processo apresenta oscilações, sendo o ano de 2009 o que apresentou o menor número com 12 aquisições e fusões, mantendo uma média de 27 aquisições/fusões de 2010 a 2021. Destaca-se, ainda, o ano de 2021 cujas aquisições e fusões apresentaram o segundo maior número de todo o período analisado, com 46 aquisições/fusões de IES.

Com a intensificação do processo de fusões e aquisições de IES, a organização do ensino superior no Brasil é alterada passando a ser controlada por grandes grupos empresariais de capital aberto, que concentram as matrículas privadas desse nível de ensino no país. Além disso, os grandes grupos se expandem para outras regiões, como a região Norte e Nordeste, potencializando exponencialmente os ganhos de uma maior fatia do mercado e vantagens pelo crescimento do número de alunos e de cursos já autorizados pelo MEC.

O processo de fusão e aquisição provoca transformações na configuração das IES adquiridas por grupos empresariais como a mudança no modelo de gestão, com a implementação do modelo da governança corporativa, transferida das empresas do setor produtivo para a educação. De acordo com Sestelo et. al. (2017), a financeirização implica além

das fusões e aquisições, na mudança na gestão das empresas e na expropriação do capital sobre o trabalho, como segue:

[...] a financeirização se desdobra segundo três facetas principais: a maximização do valor ao acionista como norma de gestão das empresas, o descolamento dos vínculos entre lucros (usados para operações de fusões e aquisições, distribuição e aquisição de ativos financeiros) e investimentos (tendo como resultado a redução das taxas de crescimento) e um processo de redistribuição de renda com crescente peso das rendas do capital sobre o trabalho, e dentre elas, juros, dividendos e comissões (SESTELO et al, 2017, p. 1099).

Esse processo de financeirização na educação, tem buscado outros espaços de expropriação dos serviços educacionais. Novas estratégias mercadológicas como a venda de produtos educacionais, de cursos sobre gestão escolar, de livros didáticos, entre outras. A atuação dos grupos têm buscado explorar também a educação básica, sobretudo pela atuação da Bahema, Sistema Educacional Brasileiro (Seb), Kroton, Grupo Eleva, Somos, Grupo Positivo, entre outros (COSTA, 2020).

Harrison (2005) afirma que o surgimento de oligopólios está relacionado com as aquisições, nas quais uma organização adquire o controle das ações de outra organização ou diretamente de seus proprietários. Sendo assim, esse processo de fusões e aquisições tem sido usado globalmente como estratégia de crescimento para as empresas de todos os ramos, onde, também, empresas pequenas são absorvidas por grupos maiores, num processo de concentração próprio da economia capitalista.

O processo de financeirização do capital concebe a educação superior como um instrumento fundamental aos múltiplos interesses e movimentações da produção econômica. E, nesse sentido, os autores Chaves (2010), Vale (2013), Santos Filho (2016), assinalam que a financeirização da educação superior se acelera com a entrada de grupos empresariais no mercado de ações (ver Tabela 9 abaixo), como parte de uma exigência do capital financeiro, o qual subordinou as atividades de ciência, tecnologia e formação em nível superior aos interesses mercantis.

Tabela 9 - Abertura de capital na BM&FBovespa – mercado educacional das companhias

Ano	Companhia	Mercado educacional
2007	Anhanguera Educacional	Educação básica, ensino técnico e profissionalizante e educação superior (graduação, pós-graduação e educação continuada), presencial e a distância.
2007	Estácio Participações	Educação superior nas modalidades presencial e a distância.
2007	Sistema Educacional Brasileiro (SEB)	Educação básica presencial e educação superior presencial e a distância.

2007	Kroton Educacional	Educação básica, educação superior (graduação, pós-graduação – mestrado e doutorado) nas modalidades presencial e a distância. Serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático.
2011	Somos Educação / Abril Educação	Educação básica e pré-universitária, cursos de idiomas e tecnologias da educação.
2013	Ser Educacional	Ensino técnico e educação superior (graduação, pós-graduação) nas modalidades presenciais e a distância.
2013	GAEC Educação / Ânima	Educação superior (graduação e pós-graduação) e cursos de extensão e aperfeiçoamento profissional nas modalidades presencial e a distância.

FONTE: SANTOS (2017)

Como parte desse processo, para alcançar bons resultados econômicos e superar as fragilidades impostas pelo comércio, as IES privadas também precisam adotar outras estratégias no âmbito do negócio, para além do marketing agressivo para a captação de novos alunos. Nesse sentido, são realizadas mudanças organizacionais que tendem a concentrar as atividades administrativas. Em seguida, a formação de grandes conglomerados ou holdings educacionais. E, por fim, a venda parcial do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro (CARVALHO, 2013).

Desta forma, Carvalho (2013) afirma que, o início do fenômeno de oligopolização pode ser facilmente identificado pelo monitoramento e controle dos medidores destas movimentações, que são realizados pela KPMG Corporate Finance⁷.

Como se pode perceber abaixo:

No ano de 2007, houve 19 aquisições no setor educacional, o que motivou o desmembramento, a partir do ano seguinte, da classificação até então genérica de “outros” para o setor “educação”. Em 2008, foram registradas 53 transações, o que levou o setor à impressionante posição de terceiro lugar no ranking nacional. Em 2009, em virtude da crise internacional que assolou o mercado financeiro em geral, e em especial o setor educacional, houve redução acentuada para 12 operações, ainda assim, o setor educacional ocupou a décima segunda posição entre os setores econômicos. Em 2010, ocorreu ligeira recuperação para 20 operações, mantendo-se o posicionamento, e em 2011 ocorreu novo aumento para 27 operações e a subida de uma posição no ranking de transações (KPMG, 2012 apud CARVALHO, 2013, p. 769).

Acerca da venda parcial do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro observa-se que até o momento, conforme aponta Vale, Carvalho e Chaves (2014), não há nenhum impedimento legal a esse tipo de movimento de internacionalização da oferta educacional, o que permite maior inserção dos negócios educacionais internacionais no Brasil.

⁷É uma rede global de empresas independentes que prestam serviços profissionais de *(audit)(tax)* e *(advisory)* e é responsável pela publicação trimestral sobre a trajetória das fusões e aquisições na economia brasileira (CARVALHO, 2013).

Dialogando com Vale, Carvalho e Chaves (2014) consideramos que este processo de aquisição realizado por meio dos fundos *private Equity*, compreende-se como uma das manifestações mais expressivas no processo de financeirização da educação superior. Carvalho (2013) afirma que as aquisições por meio dos fundos do *private Equity*⁸ pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores (IPOs), também se dão a partir de 2007. Nesse sentido, o valor, em termos monetários, aplicado nesta modalidade de investimento, injeta uma soma elevada de recursos por meio de grupos fechados, sob regra única do mercado, conseqüentemente, tornando o único horizonte possível às altas taxas de lucratividade.

As vultosas somas de injeções de recursos nos negócios educacionais, são decisivas na busca pelo controle acionário dos negócios. É importante ressaltar que esse movimento, conforme Oliveira (2009), fomenta a reestruturação das IES baseada na redução de recursos, na racionalização, na profissionalização da gestão e, sobretudo, mediante a adoção de normas e princípios de “gestão corporativa”, numa perspectiva claramente empresarial.

Segundo Santos Filho (2016), os dados referentes ao ProUni corroboram para o entendimento acerca do processo de expansão do setor privado-mercantil, em especial o de aquisições e fusões de instituições educacionais, pois permitem redução da carga tributária e ainda contribuem para o aumento de capital do grupo educacional.

Este fenômeno de financeirização, oligopolização e internacionalização da educação superior, conclui Carvalho (2013), é densamente complexo, multifacetado e, sobretudo, ilustra concretamente a incompatibilidade da política pública educacional para o Brasil.

O processo de financeirização em âmbito mundial requer a adoção, pelos países, de uma série de medidas com a finalidade de garantir a reprodução ampliada do capital e a reprodução das relações de dominação dos países hegemônicos do capital sobre a sociedade em seu conjunto.

De modo geral, o desenvolvimento da sociedade por ações e a intensificação do processo de concentração e centralização do capital são citados por Brettas (2020) como o aspecto fundamental para a constituição do processo de financeirização. Na fase anterior do atual e moderno sistema financeiro, o comércio de dinheiro, ou simplesmente sistema de crédito, contribuiu para concentrar, abreviar e reduzir os custos e o tempo com a produção. Acerca disso, Brettas (2020, p. 47) argumenta:

⁸Fundos de investimento em participações de empresas de capital aberto ou fechado, com envolvimento posterior da entidade gestora/investidora nos foros de gestão da entidade investida (SANTOS FILHO, 2016).

A busca por reduzir o tempo de rotação do capital por meio do desenvolvimento, no âmbito da circulação, de operações técnicas que possibilitaram reduzir a necessidade de dinheiro em espécie, acabou desencadeando uma série de mecanismos que contribuíram para a formação do sistema de crédito. Em outras palavras, o dinheiro necessário para adquirir matéria-prima, pagar salários e realizar as demais operações necessárias ao processo de produção pode ser adiantado por quem deseje emprestá-lo. Esse adiantamento acaba por virar o negócio específico daquele que passa a se configurar como o comerciante de dinheiro.

Na medida que a relação entre comércio de dinheiro e a produção capitalistas torna-se mais complexa e entrelaçada, o sistema de crédito se generalizou e não se tornou apenas um negócio, mas também o principal responsável por centralizar grandes montantes de dinheiro e, sobretudo, ao cumprir o papel de “administradores gerais do capital monetário”. Atualmente, este aspecto não se restringe apenas aos bancos, mas a todas as instituições financeiras que, no geral, canalizam grande quantidade de dinheiro ocioso, como fundo de pensão e de investimento, para direcioná-lo ao setor produtivo (BRETTAS, 2020).

Apesar da sociedade por ações não ser efetivamente um produto da mundialização do capital por ser anterior, passa ser uma das principais bases contemporâneas do regime capitalista, a qual instrumentaliza grandes unidades produtoras de riqueza em torno da rentabilidade. A sua principal característica listada por Brettas (2020) na formação desse tipo de sociedade diz respeito à distinção entre o capitalista industrial, o dirigente do dinheiro alheio (Bancos, fundos de investimento etc.), e o proprietário do capital.

As Bolsas de Valores, assim como os Bancos possuem um papel imprescindível dentro desta lógica como intermediários e têm sob controle todo o sistema financeiro. O proprietário do capital adepto a especulação financeira precisa “investir” antes de valorizar seu dinheiro, ou melhor, comercializá-lo a um terceiro. Ou, melhor ainda, pô-lo em movimento. Assim como, o capital se valoriza na produção, o capital financeiro só se efetiva em movimento. Acerca disso, Marx ([1894] 1988d, p. 244-245 *apud* BRETTAS, 2020), sintetiza da seguinte forma:

O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para os outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto, afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia.

O proprietário do capital, ou acionista, não está envolvido diretamente no processo de produção, ao entrar nesse arranjo financeiro tem sua renumeração da cota ou porcentagem

resultante da divisão dos lucros da empresa inserida no mercado financeiro. A frenética preocupação em encurtar os estágios da produção e a promessa da rentabilidade são as principais forças propulsoras do aumento de adeptos à especulação financeira que, porventura, tem contribuído para o surgimento de uma nova aristocracia financeira.

É importante ressaltar que, com o fortalecimento das elites rentistas, possibilitado pela consolidação e interconexão em tempo real dos mercados financeiros globais, o setor financeiro tem buscado sistematicamente conquistar novos espaços de valorização (LAVINAS, ARAÚJO e BRUNO, 2017).

Esse processo tem dois desdobramentos: 1) intensifica a autonomia financeira; 2) enfraquece a autonomia das empresas (BRETTAS, 2020). Por conseguinte, esse dinheiro:

(...) que se transforma em mais dinheiro, ou seja, o capital portador de juros, nada mais é do que o uma soma de dinheiro que, uma vez emprestada e empregada como capital, possibilita ao seu proprietário ter acesso a uma parcela da mais da mais-valia produzida (BRETTAS, 2020, p. 50).

“O advento da sociedade por ações permitiu a expansão em larga escala da produção e favoreceu um processo de concentração e centralização do capital sem precedentes” (BRETTAS, 2020, p. 49). Este aspecto é importante para ser destacado, especialmente quando nos referimos ao processo de financeirização da educação superior privado-mercantil brasileira. A entrada dos grandes grupos educacionais no país na Bolsas de Valores potencializou a capacidade das IES privadas no topo do ranking de maiores matrículas, como também reorganizou o mercado educacional tornando-o mais centralizado.

Segundo Brettas (2020), a empresa ao entrar na Bolsa de Valores torna-se capaz de reunir um volume bem maior de capital que, por consequência, ampliam em setores, como a educação, que antes somente era possível para o Estado dada as dimensões e complexidade deste setor. Ao mesmo tempo, tornam-se capazes de atrair novos investimentos, de expandir e aprimorar a capacidade produtiva. No entanto, a fragmentação da empresa aumenta o poder de mando dos acionistas.

Outro aspecto importante para ser destacado refere-se ao fato de os países situados na periferia da economia capitalista possuírem força de trabalho, terras e matérias-primas mais baratas (BRETTAS, 2020). Segundo a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem o menor piso salarial para educação entre os países listados por este organismo internacional⁹. Além da expansão e predominância do ensino superior privado mercantil os estímulos à financeirização com forte vinculação do capital estrangeiro têm provocado um

⁹Dados divulgados pelo ANDES, em set. 2021.

processo intenso de precarização do trabalho docente. No capítulo III desta dissertação, será demonstrado dados corroborando esta tese, especialmente no que diz respeito a presença de capital estrangeiro

Como já dito, foi apenas em 2007, com a entrada do primeiro grupo educacional na Bolsa de Valores (especialmente como as transações financeiras se tornaram mais complexas), que a financeirização adentrou efetivamente no mercado educacional após um longo período de maturação. Estas dimensões estão dialeticamente articuladas a mundialização do capital que tem produzido efeitos nefastos para o trabalho em todo mundo, tendo em vista sobretudo que a:

(...) a geração de valor é a atividade exclusiva do setor produtivo (via exploração do trabalho), a valorização que ocorre na esfera financeira tem como base um capital cuja origem está na produção. A busca da rentabilidade máxima no circuito financeiro faz uso da mais-valia gerada no processo produtivo, sendo o juro um ganho derivado desta atividade. (BRETTAS, 2020, p. 62 – Grifos da autora).

Esta ressalva é fundamental, pois a busca generalizada dos grupos educacionais por rentabilidade não apenas fortalece a autonomia relativa do capital financeiro sobre a educação brasileira, como tem intensificado o quadro de desemprego e precarização do trabalho docente. “Uma de suas expressões passa pelo fato de que o capitalista [os grupos educacionais estrangeiros] procura vantagem individuais e deseja aplicar seu capital onde quer que vislumbre possibilidades de lucro” (BRETTAS, 2020, p. 67). Nos capítulos II e III debater-se-á com mais centralidade este ponto.

Compreender os desdobramentos da financeirização da educação superior brasileira articuladas às bases materiais de produção e reprodução capitalista e às raízes desse processo é de suma importância. A alta rentabilidade do mercado educacional, propiciada pela financeirização do capital, tem acirrado a disputa para o controle do mercado educacional brasileiro entre redes educacionais nacionais e estrangeiras. Esta disputa, conforme Chaves (2010), faz parte um novo raciocínio financeiro das instituições de ensino superior em um contexto global de valorização econômica.

As repercussões da financeirização da educação superior sobre o trabalho docente, como parte da estratégia corporativa das IES privadas, podem ser avaliadas tendo em vista as contradições capital e trabalho que tomam novas configurações diante da atual fase de acumulação capitalista. Estas transformações aliadas à utilização de tecnologias, como o EAD, engendrou as condições materiais que, por meio da superexploração do trabalho, funcionam com os principais veículos das exigências da remuneração capitalista.

Neste ponto, é sempre importante destacar que o capital financeiro não apenas surge da produção, ainda que pareça brotar da circulação, mas também está relacionado à exploração da mão de obra precarizada e apoiado num sistema de crédito que lucra por meio do endividamento (BRAGA, 2017). Conforme Brettas (2020), somente o trabalho humano é capaz de produzir valor e mais valor. Portanto, a precarização seria a única maneira de transferir mais recursos aos capitalistas.

Para Ruy Braga (2017), o conceito de precariado é o proletariado precarizado, isto é, um setor da classe trabalhadora que se encontra em condições degradantes de trabalho, logo, inclui-se aqui o processo de terceirização do trabalho como principal manifestação da precarização. É importante ressaltar a diferença entre precariado e o proletariado precarizado entre os setores mais qualificados, como o trabalho docente, que, em tese, estão mais protegidos das ocupações mais mal remuneradas e condições mais precárias. Todavia, apesar do trabalho docente não poder ser classificado como um setor do precariado, como as implicações do processo de mundialização do capital estão sendo submetidos a espoliação dos direitos trabalhistas, de sobremaneira no setor privado mercantil diante do modelo de gestão corporativa.

Nessa perspectiva, a exigência, sob a lógica do regime de acumulação, não pode se sustentar sem uma reestruturação tecnológica e organizacional das IES privado-mercantil que, conseqüentemente, implicou em mudanças profundas na produção de conhecimento e de tecnologia. Ademais, este processo está atravessado por inúmeras reformas e alterações administrativas, assemelhando-se mais com empresas do que complexos educacionais voltados à pesquisa, ensino e extensão (SANTOS FILHO, 2016).

Em primeiro lugar, vale enfatizar que todas as estratégias de gestão dessas empresas devem convergir para ampliação dos lucros de curto prazo, com profundas e complexas implicações para os trabalhadores que nela atuam, incluindo-se os docentes.

Em segundo lugar, é impossível o controle sobre a origem do capital uma vez que são empresas de capital estrangeiro além de serem provenientes dos fundos de Private Equity e do investimento em renda variável (ações), que pulveriza a propriedade, permite a aquisição e a concentração societária por parte de especuladores ou de outras empresas educacionais estrangeiras, de modo a interferir nas decisões administrativas centrais por meio da compra de ações ordinárias que têm direito a voto nas assembleias de acionistas.

No próximo capítulo, vamos aprofundar a investigação do processo de financeirização, tendo como foco de análise o caso da rede Laureate, empresa americana de capital aberto, com

atuação no ensino superior em vários países do mundo, e que passou a explorar o mercado de educação no Brasil a partir do ano de 2005, como informado na introdução desse trabalho.

3 CAPÍTULO II: A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL, NA LÓGICA DO CAPITAL RENTISTA DO GRUPO LAUREATE

O objetivo geral deste capítulo é analisar a entrada e expansão de empresas e capital aberto e fundos de investimentos, com destaque para o Grupo Laureate, considerando as consequências para a educação superior no Brasil e a abertura de um novo mercado educativo global. Para tanto, buscou-se levantar dados sobre: a expansão da educação superior (presencial e a distância); analisar o movimento de compra e aquisições de IES privadas realizados por estes grupos; e, por fim, identificar as consequências da presença de empresas estrangeiras para a educação superior no Brasil.

A metodologia empregada teve caráter quanti-qualitativo, a qual foi dividida em duas etapas. O primeiro momento consistiu no levantamento dos documentos (relatórios, atas, estatísticas, etc.) disponíveis nos sites dos grupos estrangeiros Laureate e a DeVry. Também foram consultados os sites da KPMG e da CM Consultoria. Além disso, foram levantados dados no Censo da Educação Superior do INEP sobre a expansão da educação superior presencial e a distância do setor privado, com destaque para os grandes grupos empresariais estrangeiros.

A segunda etapa refere-se à sistematização dos dados levantados, a partir das categorias de análise definidas preliminarmente tais como: expansão, modalidades de ensino (presencial e a distância) e financiamento. Essa etapa forneceu o suporte concreto para o diálogo com a teoria, redefinindo as categorias conceituais e delimitando os focos de análise, com vistas à elaboração deste capítulo.

Na fase de coleta de dados, foram obtidos dados sobre: aquisições e fusões de IES privadas realizadas por grupos estrangeiros no Brasil, a evolução do número de IES privadas no Brasil do grupo Laureate e sobre a participação brasileira na composição da receita, especificamente, da Laureate. Os dados foram levantados a partir de diversos procedimentos exploratórios e de campo, tais como: (1) revisão bibliográfica e documental; (2) visitas virtuais em sites dos grupos estrangeiros e do INEP; (3) análise dos dados.

3.1 Financeirização e expansão de grupos estrangeiros no Brasil

Como dito no capítulo I, a financeirização ou o capitalismo de dominância financeira é a principal característica do projeto burguês contemporâneo cujo objetivo é recuperar a

hegemonia burguesa enfraquecida pela crise estrutural do capital e, por extensão, aumentar as margens de lucratividade da estrutura macroeconômica mundial.

Lênin ([1917] 2021), na obra *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, publicada em 1917, discute que a exportação de capital tem impactos e implicações diretas e profundas no desenvolvimento dos países aos quais ele se direciona, o qual traz consigo a perda da “independência política dos países e dos povos subordinados”. Lênin define este processo como cômodo para os países no epicentro da economia capitalista, pois estabelece a constituição de monopólios que, inevitavelmente, transformam-se em oligarquias financeiras.

Isso, de modo algum, significa que a produção de mercadoria não é mais o centro da produção capitalista, afinal o capitalismo é a produção de mercadorias em um patamar superior de seu desenvolvimento, quando também a força de trabalho se transforma em mercadoria (LÊNIN, 2021). Mas é evidente que,

enquanto o capitalismo permanecer capitalismo, o excedente de capital dirige-se não à elevação do nível de vida das massas de um país, pois isso significa a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros por meio da exportação de capital para o estrangeiro, para os países atrasados. Nesses países atrasados [aqui se inclui o Brasil] o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários são relativamente baixos e as matérias-primas são baratas (LÊNIN, 2021, p. 86).

Como também enunciado anteriormente, na lógica da produção, a constante continuidade deste processo é imprescindível, isto é, não pode haver interrupções no fluxo do capital, pois pode incorrer em perdas, bloqueio na circulação e, logo, gera a desvalorização do montante investido. É necessário acrescentar que a compra de mais força de trabalho e meios de produção pelo processo de aquisições e fusões não está relacionada à geração de um número crescente de empregos, mas sim à centralização do capital, segundo as leis da dinâmica do movimento plural do capital.

Harvey (2011, p. 43) argumenta que o capital é direcionado para onde há redução do atrito e dos obstáculos à circulação, isto é, para onde se encontra plena mobilidade do capital. Desse modo, “aumentar a cobertura e garantir um bom enquadramento jurídico para o comércio internacional (...)” são vistos como essenciais dentro da lógica neoliberal, para a redução geral das barreiras comerciais e a aceleração do movimento do capital. No entanto, a circulação não depende apenas do regramento legal dos Estados, mas também fatores externos, como a estabilidade política. Além do mais, conflitos políticos e guerras podem interferir no fluxo do capital.

Outro fator que dá dinâmica ao capital é o ambiente competitivo. “As leis coercitivas da concorrência”, segundo o autor, impõem ao capitalista a necessidade de reinvestir em expansão para permanecer competitivo no mercado, em face da tendência à monopolização. Há, porém, uma outra motivação para o reinvestimento com a finalidade de expandir a acumulação e a riqueza. Esta, sem dúvida, revela o interesse subterrâneo dos capitalistas: o poder social. Nas palavras do autor:

[...] O dinheiro é uma forma de poder social que pode ser apropriado por particulares. Além disso, é uma forma de poder social que não tem limites inerentes. Há um limite para a quantidade de terra que posso ter, de ativos físicos que posso comandar. [...] Mas não existem limites inerentes aos bilhões de dólares que um indivíduo pode comandar. A ilimitação do dinheiro e o desejo inevitável de comandar o poder social que ele confere oferecem uma abundante gama de incentivos sociais e políticos para querer ainda mais dinheiro. E umas das principais maneiras de ter mais é reinvestir uma parte dos fundos excedentes conquistados ontem para amanhã gerar mais excedentes. Existem, é triste dizer, muitas outras formas de acumular poder social que o dinheiro possibilita: fraude, corrupção, banditismo, roubo e tráfico ilegal (HARVEY, 2011, p. 44).

É importante este último aspecto, pois fundamenta dois pontos relevantes para este estudo: a) a necessidade permanente dos grupos educacionais em encontrar novos campos de atividade para absorver capital investido, de onde parte o entendimento sobre o processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil; e b) sobre as práticas extraleais do grupo Laureate e a subsunção legislativa do congresso nacional brasileiro de implementar quaisquer limites ou barreiras ao capital estrangeiro no país, em especial no setor educacional.

A contradição entre superacumulação em relação às possibilidades de uso desse capital de forma lucrativa revela a fase da natureza “criativo-destrutiva” inerentes ao capitalismo (HARVEY, 2011). Para o autor, a geografia histórica do capitalismo é permeada por crises de superacumulação, que tem aprofundado as desigualdades sociais e de classe diante da crescente volatilidade econômica. No entanto, segundo o autor, dentro dessa geografia, existe uma luta perpétua em superar os limites aparentemente absolutos em barreiras transponíveis.

O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais para a acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistência ou ineficiência no processo de trabalho; e vi) falta demanda fundamentada em dinheiro para pagar o mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo do capital e, se prolongado, acaba produzindo crises e desvalorização (HARVEY, 2011, p. 46-47).

A burguesia consecutivamente empregou sua hegemonia e poder social de diferentes formas (políticas ou militares) para influenciar e reconstruir as formas de Estado. Não obstante

aos meios sancionados legalmente, a acumulação do capital empreendidas pelas potências europeias, no fim do período medieval, não se fundamentou na produção, mas sim em violência, depredação, furto, escravização etc. No curso histórico, econômico e social do mundo outros regimes de acumulação foram adotados pela burguesia.

Harvey (2011) expõe que onexo Estado-finançase dá, em especial, pelo aumento da dívida pública. “À medida que mais e mais excedente de capital criado ontem é convertido em capital novo hoje, mais e mais dinheiro investido hoje vem dos lucros obtidos de ontem”. Em outras palavras, a superacumulação reinvestida é oriunda da superexploração do trabalho que se sustenta na medida em que o capital avança sobre o trabalho, tanto em meios legais quanto em meios ilegais.

A esta altura, está claro que a dívida é um pilar particular que cristalizou o processo de financeirização da educação ao longo das mudanças que vêm ocorrendo no século XXI. A dívida pública e privada, o endividamento familiar está implícito no movimento mundializado do capital. Dowbor (2017, p. 248) afirma que as finanças são a extração de excedentes num patamar superior, onde “somos explorados a cada compra ou transação, seja através dos crediários, dos cartões, tarifas ou juros abusivos, seja na estrutura injusta da tributação”. A financeirização é sistematicamente mais exploradora e, por consequência, um entrave aos processos produtivos e às políticas públicas, pois tanto o consumo, quanto a capacidade de investimento foram apropriadas pelos intermediários financeiros.

A “acumulação por despossessão”, para Harvey (2011), continua a desempenhar um papel na concentração de capital, sobretudo no contexto de dominância financeira. Nas palavras do autor:

[...] a “acumulação por despossessão” continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro inicial. Meios tantos legais quanto ilegais – como violência, criminalidade, fraude e práticas predatórias do tipo das que foram descobertas nos últimos tempos no mercado de hipotecas *suprime* ou de forma ainda mais significativa no comércio de drogas – são implementados. Os meios legais incluem a privatização do que antes era considerado como recursos de propriedade comum (como água e a educação), o uso do poder político para apreender bens, as práticas generalizadas de aquisições, as funções e outros mecanismos similares que resultam no “desmembramento de ativos” e o cancelamento de obrigações de pensão e saúde, por exemplo, num processo de falência. As perdas de ativos que muitos têm experimentado durante a crise recente podem ser vistas como uma forma de despossessão, que pode ser transformada em mais acumulação na medida em que os especuladores compram os ativos mais baratos hoje pensando em vendê-los como lucro quando o mercado melhorar. Isso é o que os banqueiros e os fundos de cobertura fizeram durante o *crash* de 1997 a 1998 no Leste e Sudeste Asiático. As perdas nessa parte do mundo alimentaram os cofres dos principais centros financeiros (HARVEY, 2011, p. 48).

Nota-se que em um período de crise financeira, o capital retorna ao seu dono originário: os bancos (HARVEY, 2011). Certamente, a aquisição, fusões e a compra das maiorias das ações de uma empresa com capital aberto tem sido um grande negócio no mercado educacional. Essas práticas, conforme o autor, podem acarretar novas formas de despossessão.

Nos últimos tempos, grupos privados de capital (como Blackstone) normalmente adquirem empresas públicas, reorganizam-nas, tiram-lhes ativos e demitem funcionários antes de vendê-las de volta para o domínio público com lucro substancial. Além disso, existem todos os tipos de truques em que grande capital pode abater um o pequeno (a regulação estatal que é particularmente pesada para as pequenas empresas leva a maior centralização do capital). A despossessão dos pequenos operadores (loja de bairro ou agricultura familiar) para abrir caminho para as grandes empresas (cadeias de supermercados e agronegócios), frequentemente com ajuda de mecanismo de crédito, também tem sido uma prática de longa data (HARVEY, 2011, p. 49).

A liberalização e desregulamentação à iniciativa privada têm corroborado fortemente para a formação do mercado educacional em que a educação-mercadoria está sujeita às mudanças próprias do mercado em geral. Em outras palavras, o modo como as mudanças ocorridas na educação brasileira e a mundialização do capital andaram *pari passu*, e, portanto, a financeirização do ensino superior privado-mercantil com a entrada de grupos empresariais no mercado de bolsas de valores está em consonância ao processo de liberalização e mundialização. Pode-se, facilmente, concluir que financeirização da educação não seria possível sem as condições favoráveis introduzidas na década de 1990, as quais são particularmente claras quando se analisa o desenvolvimento do setor privado-mercantil no país.

A inserção de capital internacional na educação superior brasileira ainda não tem regulamentação no país, operando sem nenhuma restrição legal (SANTOS FILHO, 2016; SANTOS, 2017). E todas as grandes transações entre as empresas de educação “[...] são analisadas pelo Estado brasileiro por meio do CADE, unicamente, pela perspectiva da concorrência. Existem quatro Projetos de Lei que visam à regulação da inserção de capital estrangeiro nas IES privadas brasileiras” (SANTOS, 2017, p. 73). Todavia,

ainda que seja oportuna a regulação da presença de capital internacional no setor de educação, a dinâmica econômica quitou-lhe validade, haja vista que a negociação de propriedade das instituições passou para a esfera da bolsa de valores. Território que dissipa a questão da nacionalidade dos capitais, já que é admissível se ter capital internacional em um fundo de ações nacional. Dado que a negociação de ações de empresas educacionais via bolsa de valores é legal, esse processo não teria interferência de uma eventual limitação legal. Estamos diante de mais uma consequência da financeirização da economia (SANTOS, 2017, p. 76).

A comercialização de ações na bolsa é um dos mecanismos pelo qual a financeirização se apropria das atividades educacionais, em que os grupos empresariais são regidos por: 1) pela

lógica do lucro, provindo da venda de produtos e serviços; 2) pela lógica financeira e especulativa do comércio de títulos (FRONT, 2020).

Hoje, as lógicas financeira e especulativa que regem o comércio de títulos são marcadas pela amplitude econômica global e pela volatilidade. Os investidores que aplicam seu capital nas bolsas não estão preocupados com a origem nacional das empresas com o tipo de produtos ou serviços que estas geram. Não estão interessados tampouco com os efeitos que estas empresas têm sobre o desenvolvimento ou o atraso do país. A única coisa que importa, independente da índole individual de cada investidor, é o grau de rentabilidade que aquele título de propriedade oferece. Esta é a lógica que rege a esfera financeira. Por isto, o capital financeiro e especulativo pode migrar em questão de horas de um setor para outro, e de um país para outro, gerando uma rápida valorização de uma empresa em um determinado momento. Isto tem muitas implicações, afinal a especulação financeira destrói progressivamente a oferta de bens públicos e eleva o custo de vida da maioria da população ao se apropriar de serviços que anteriormente eram oferecidos gratuitamente pelo Estado [...] (FRONT, 2020, p. 5).

A presença de capital e de grupos estrangeiros no país marcam um novo patamar no processo de financeirização da educação brasileira. Segundo Chaves (2010), com abertura de capital na bolsa de valores, as quatro¹⁰ empresas educacionais, nacionais, com maior relevância neste mercado de capitais têm grande parte do capital oriundo de grupos estrangeiros, em especial, de bancos de investimentos norte-americanos, que encontraram, nesse setor, um mercado muito favorável ao aumento de seus lucros (CHAVES, 2010, p. 491).

A expansão descontrolada e mercantil desse nível de ensino está vinculada a processos intensos de desnacionalização da educação, no Brasil, com a entrada de capitais estrangeiros no mercado educacional, introduzindo, efetivamente, a educação no setor de serviços a serem negociados na OMC (CHAVES, 2010, p. 496).

Isto impõe uma concorrência predatória, com implicações, pois

a abertura do capital dessas empresas ao mercado de ações e a valorização destas últimas possibilitam o aumento de seu capital, a compra de outras instituições menores, espalhadas no país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais, também denominados “redes”. Como passam a adquirir materiais e equipamentos em grandes quantidades, conseguem reduzir seus custos operacionais e aumentar suas margens de lucro e, assim, podem diminuir os valores das mensalidades. Com o crescimento desses grandes grupos empresariais e a redução das mensalidades cobradas por eles, as pequenas faculdades não conseguem se manter no mercado e acabam sendo vendidas. A maioria das instituições adquiridas por essas grandes empresas são de pequeno ou médio porte e estão localizadas no interior do país e endividadas (CHAVES, p. 491).

As disputas por fatias cada vez maiores do mercado educacional leva a formação dos grandes oligopólios, cuja alta rentabilidade com os negócios do ensino superior, propiciada pela

¹⁰São estas: a Anhanguera Educacional S.A., com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e a empresa SEB S.A., também conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”, com sede em São Paulo. (CHAVES, 2010)

financeirização do capital, acirra a disputa para o controle do mercado educacional brasileiro entre redes educacionais nacionais e estrangeiras, como é o caso da rede educacional Laureate Brasil. Esta disputa pelo mercado educacional brasileiro entre oligopólios nacionais e estrangeiros fazem parte, conforme Chaves (2010), do novo raciocínio financeiro das instituições de ensino superior em um contexto global de valorização econômica.

Destarte, os Organismos Internacionais (OI's) e do capital estrangeiro, conforme (BRETTAS, 2020; LEHER, 2007) são os grandes responsáveis por inspirar as reformas no Brasil que viabilizaram a transição do país para uma economia mundializada. No âmbito do ensino superior, possibilitou a expansão de empresas educacionais privado-mercantil e a entrada tanto de capital, como de grupos estrangeiros no país, como o Grupo *Laureate International Universities*.

Segundo Leher (2007), o reposicionamento da América Latina, especialmente do Brasil, na economia-mundo diluiu o modelo de universidade pública, gratuita e referenciada no princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, tornando-a mais adaptada às demandas do mercado. Essa realocação tem a ver com os ajustes estruturais delineado pelos Organismos Multilaterais (especialmente, pelo Banco Mundial e FMI) que exigiram reformas constitucionais nos países de economia dependente, com a finalidade de consentir a livre circulação dos títulos da dívida pública no circuito do capital portador de juros e que, simultaneamente, levou:

[...] a) uma busca incessante de divisas provenientes de exportações (...); b) acentuados cortes nos gastos públicos por meio de privatizações e da redução dos gastos sociais, almejando elevados superávits primários; c) reformas do Estado; d) liberalização do fluxo de mercadorias e capitais; e) controle inflacionário por meio de juros elevados; f) desregulamentação dos direitos trabalhistas (...) **Essas medidas repercutiram intensamente na universidade pública, produzindo efeitos tectônicos nos espaços públicos de produção de conhecimento e na definição, mesma, de problemática científica** (LEHER, 2007, p. 10. *Grifos nossos*).

Em síntese, a busca incessante por maiores lucros impôs, continuamente, a implementação de reformas no aparelho do Estado aos sucessivos governos brasileiros, a fim de facilitar o ajustamento da economia brasileira a: 1) maior flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas; 2) menor rigidez das fronteiras econômicas; 3) maior grau de abertura comercial; 4) a inserção a crescente do capital internacional no cenário nacional.

Do ponto de vista histórico, a mercantilização da educação superior brasileira se desenvolveu, segundo Carvalho (2013), desde a Reforma Universitária de 1968, implementada durante o regime militar, mediante os incentivos jurídicos e econômicos. Mas essa tendência

se intensificou, no final da década de 1990, como consequência direta da mundialização do capital.

É importante retomar que o processo de mercantilização e privatização da educação brasileira ocorre desde a aprovação da CF/1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, que liberam a atividade de ensino à iniciativa privada. No estudo de Chaves, Santos e Kato (2020, p. 06), é evidente que, até o final da década de 1990, “o setor educacional era pouco atrativo para os investidores nacionais e internacionais, sobretudo, porque apresentava forte regulação por parte do Ministério da Educação (MEC)”.

Em contrapartida, o desenvolvimento do mercado educacional brasileiro é dividido em duas fases. A primeira diz respeito às políticas de incentivo e às sucessivas ações legislativas com a finalidade de possibilitar o incremento no número de cursos, IES e matrículas. No segundo momento se percebe o aparecimento de grandes fundos de investimento e a formação de grandes oligopólios (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020). Ainda segundo as autoras, a partir desta fase que ocorre o aprofundamento da mercantilização da educação superior,

[...] concretizada pela opção política de expansão privada da oferta desse nível de ensino e pela entrada de Instituições de Educação Superior (IES) nas Bolsas de Valores. Com a oferta das ações das empresas educacionais na bolsa de valores, pode-se afirmar que a educação superior passa a ser financeirizada uma vez que segue as regras do mercado financeiro. (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020, p. 07).

Segundo Chaves e Amaral (2014), o setor privado-mercantil tem sido beneficiado pela renúncia fiscal e pelo acesso a recursos federais. Por meio da adoção pelo Estado brasileiro, de uma série de mecanismos, as empresas de capital aberto que atuam no setor educacional encontram recorrentemente no Brasil facilidades que tornaram a educação superior um ramo demasiadamente lucrativo e promissor, sob a lógica do mercado e se tornado atrativas para o capital estrangeiro.

Nesse cenário, segundo Taschetto (2014), boa parte do tamanho e da capacidade dos conglomerados educacionais, como resultado de uma lógica comercial, é determinada por fusões e aquisições. O que significa que o número de *players*¹¹ no mercado diminui drasticamente após o aquecimento do processo de oligopolização. Desta forma, Taschetto (2014, p. 01) afirma:

O movimento das corporações educacionais e a prática de fusões e aquisições não só desvendam o potencial estratégico para investimento e geração de lucros da educação superior, mas também a escala global da mercantilização. Assim, estas corporações estão envolvidas na produção e na promoção da globalização no campo da educação superior, a fim de gerar uma cadeia global com fins lucrativos.

¹¹Como são chamados os grupos educacionais pelas consultoras de educação, como Hoper.

Em síntese, o impacto desse fenômeno no Brasil, em linha de consolidação direta e acelerada favoreceu a rápida expansão dos estabelecimentos privados lucrativos dedicados à comercialização da educação superior. Ainda, segundo Taschetto (2014), a partir dos anos de 1990, cresce vertiginosamente no país o número de instituições com fins lucrativos.

Outro destaque importante é para *Private Equity*¹² como um setor específico. Estes fundos de investimentos ganham muita relevância no setor privado-mercantil e para seus investidores, sobretudo pela promessa de retornos superiores. Segundo Oliveira (2009, p. 743), esses fundos:

[...] têm condições de injetar altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em que empreendem ou induzem processos de reestruturação das escolas [e universidades] nas quais investem, por meio da redução de custos, da racionalização administrativa, em suma, da “profissionalização” da gestão das instituições de ensino, numa perspectiva claramente empresarial.

As mudanças introduzidas por esta “profissionalização” da gestão – ou melhor, por esta perspectiva “racionalizadora” – é fundamentalmente orientada para a maximização de lucros, chegando ao paroxismo em algumas situações. Um dos exemplos destacados pelo autor refere-se ao loteamento das salas de aula, como uma forma de diminuir os custos, como “[...] o pagamento dos professores é por hora-aula, dependendo do número de classes que são agrupadas, a economia pode ser intensa” (OLIVEIRA, 2009, p. 743).

O autor cita que a primeira ação resultante desses fundos é justamente a aquisição da Universidade Anhembi-Morumbi pela Laureate. “O Banco Pátria, administrador do principal fundo de investimentos em educação no país, [...], foi o responsável pela reestruturação organizacional da Anhembi Morumbi para sua venda”. (OLIVEIRA, 2009, P. 744). No tocante a isso, é importante trazer a citação utilizada pelo autor acerca da manifestação do Banco Pátria:

A aquisição do controle acionário da universidade paulista Anhembi Morumbi pelo grupo americano Laureate, em dezembro, representou muito mais que um bom negócio para o arquiteto Gabriel Monteiro Rodrigues, de 73 anos, fundador da instituição. Com a venda, fechada por 165 milhões de reais, pela primeira vez uma instituição estrangeira passou a mandar em uma universidade no Brasil, um marco da entrada do capital internacional num setor da economia que tem aumentado exponencialmente de tamanho. No ano passado, somente os cursos universitários privados movimentaram algo em torno de 15 bilhões de reais, ou 50% mais que três anos atrás. A injeção de recursos de um grupo do porte do Laureate, com universidades espalhadas por 15 países, deve dar novo fôlego a esse mercado. De acordo com os planos do Laureate, 100% das ações da Anhembi Morumbi serão adquiridas pelos americanos até 2013 (*Apud OLIVEIRA, 2009, p. 744-745*).

¹²*Private equity* é um tipo de atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, com o objetivo de alavancar seu desenvolvimento. Esses investimentos são realizados via Fundos de Private Equity (SGUISSARDI, 2015).

Nesse cenário, em boa parte por iniciativa de empresas norte-americanas presentes no Brasil, destacamos a Laureate International Universities com uma das protagonistas nesse processo. Como elencado acima, a primeira aquisição de uma instituição de ensino superior por um grupo estrangeiro foi realizada pela Laureate, em dezembro de 2005, ao adquirir 51% do capital da universidade Anhembi Morumbi, fundada pelo professor Gabriel Mário Rodrigues.

Estas mudanças no ensino superior não são diferentes das que ocorrem em outros setores, tampouco em outros países, especialmente naqueles localizados na periferia do sistema capitalista, onde muitos passam por mudanças profundas e colapsos sociais, políticos e econômicos.

Para Santos Filho (2016), os benefícios e/ou incentivos do Estado ao setor privado-mercantil correspondem a uma forma de “nexo entre o Estado e o capital financeiro” que, no âmbito educacional, os interesses do capital sobrepõem-se aos interesses sociais. A consequência disso é a expansão de instituições privadas e, por extensão, o favorecimento à acumulação financeira de investidores nacionais e internacionais (acionistas-proprietários), em decorrência do processo de financeirização da educação superior. Nesse sentido, como afirma o autor:

O capital apropria-se de parcelas crescentes da riqueza pública, em geral, que constituem o fundo público, ou, mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal da economia e sociedades capitalistas. Assim, o “financiamento público mantém-se como peça fundamental do processo de acumulação capitalista, só que em novas bases histórico-materiais” (SANTOS FILHO, 2016, p. 64).

Segundo o autor, estes incentivos estatais fomentaram o desenvolvimento do setor privado-mercantil e, sobretudo, revelam a concepção privatista de ensino dos governos brasileiros, endossada por organismos multinacionais como o Banco Mundial. Em consequência, este processo ofereceu as principais condições ao desenvolvimento da financeirização da educação no país. Em outras palavras, sem o apoio institucional e financeiro do Estado, as instituições privadas-mercantis não teriam o impulso necessário para atrair investimentos dos detentores do capital financeiro.

Santos Filho (2016) argumenta que o financiamento público favoreceu a expansão do ensino superior pela via da privatização, reforçando os antagonismos sociais. Também destaca a existência de um conjunto de contradições nesse processo. Entre elas, Santos Filhos (2016) destaca duas contradições importantes: (1) a concessão de benefícios fiscais a entidades privado-mercantis; de acordo com ele, este aspecto é contraditório, pois “utilizam recursos do

fundo público em incentivo à acumulação capitalista, [...] exige-se redução da intervenção estatal, com desregulamentação do controle sobre os rendimentos financeiros do capital”, ou seja, é o Estado que financia e dá condições ao desenvolvimento ao capital financeiro, mas é posto em segundo plano nos processos decisórios – ou simplesmente é descartado – e, ainda, sofre ingerências e coerções caso não cumpra as “recomendações” do mercado. (2) as medidas de incentivo ao ensino superior privado mercantil frente a crise fiscal.

Se o Brasil é atravessado por uma crise marcada por estagnação econômica e por altas taxas de desemprego, por que prevalecem as políticas de concessão de renúncias de receitas em benefícios de instituições privado-mercantil com a criação de benfeitorias tributárias de isenção e renúncia fiscal? Esta questão está mediada por conflitos, que são de classes, especialmente referente ao papel do Estado. Desta forma, o incentivo para o ensino superior se expandir pela via da privatização, é a política adotada no país, reduzindo a responsabilidade do próprio Estado em fornecer o serviço educacional à população.

Como já dito, este processo contou com diversos incentivos governamentais, por meio de programas educacionais que proporcionam redução de tributos. Todavia, as constantes disputas na arena educacional pelo fundo público também evidencia, segundo o autor, a omissão do Estado em legislar sobre o controle do capital financeiro. Assim, observa-se que a financeirização se insere livremente no ensino superior privado-mercantil, especialmente quanto à captação de recursos financeiros de fontes estrangeiras e remessa de lucros para o exterior.

No que diz respeito à financeirização da educação superior, Santos Filho (2016) discute que as mudanças na macroestrutura da política educacional brasileira devem ser assinaladas como condicionantes estruturais no processo de entrada do capital financeiro (nacional e estrangeiro) no sistema educacional brasileiro. É “indispensável compreender a política educacional como sendo integrante da superestrutura social” (SANTOS FILHO, 2016, p. 52). Isso quer dizer que o processo de financeirização da educação superior está relacionado intrinsecamente à estrutura produtiva da sociedade, que, por extensão, também está inserida num contexto de crise estrutural do capital.

O autor concorda com o pressuposto de Mészáros (2009) que as crises estruturais têm implicado o alargamento das concepções privado-mercantil. Em consequência, a diminuição da intervenção estatal nas políticas econômico-sociais se constitui com base nos princípios neoliberais: de manutenção do sistema capitalista e de sua hegemonia. Nesse sentido, a lógica de privatização, mercantilização e privatização tem a ver com o processo de “racionalização social do capitalismo”, o qual, citando Smith (1993), o autor caracteriza como um movimento

de “reformas institucionais com origem no Estado” (SANTOS FILHO, 2016, p. 56). E, acrescenta:

[...] a concentração da propriedade privada passa a não envolver somente os meios produtivos, mas também os meios de formação do trabalho, em decorrência de um aumento constante do número de vagas nos cursos superiores ofertados pelas entidades particulares de ensino, por meio de incentivos do Estado, com a utilização do fundo público. (SANTOS FILHO, 2016, p. 56).

Em função do exposto, concluímos que, apesar do indubitável potencial lucrativo do setor privado-mercantil, por conta dos inúmeros fatores internos que possibilitam o desenvolvimento do ensino superior privado, a implementação de políticas pautadas num modelo econômico que pressupõe investimentos públicos e privados proporcionaram as condições econômicas necessárias para o surgimento de oligopólios educacionais e oportunidades para os fundos de investimentos (nacionais e estrangeiros) no Brasil.

Na atual fase de acumulação capitalista, uma das principais características do Estado é o processo de desregulamentação econômica, flexibilização e terceirização do trabalho. Nesse sentido, as discussões acerca do Estado neoliberal numa economia mundializada são fundamentais para compreender os novos arranjos que favorecem a inserção do mercado educacional brasileiro no contexto da financeirização.

Desta forma, a financeirização é um movimento de desmontagem do sistema educacional brasileiro, mas também provoca desestabilização generalizada na garantia de outros direitos que foram garantidos na Constituição Federal de 1988 que, primeiramente, repercute na ordem do trabalho e tende ir para além dele. Ou melhor, este fenômeno não é um processo isolado e provoca instabilidade no conjunto da sociedade.

A crise estrutural do capital tem exigências econômicas, estruturais e sociais sérias. Entre elas está a privatização, mercantilização e financeirização dos direitos sociais mais básicos. A principal consequência desse movimento imbricado seja, talvez, o processo de precarização do trabalho. Ao longo deste estudo, analisaremos como esse processo afeta os trabalhadores docentes vinculados a rede Laureate Brasil, com base nas denúncias realizadas por docentes vinculados a esta instituição. Esta constatação precisa de uma análise profunda sobre esse fenômeno.

Destaca-se também a cumplicidade do Estado no processo de financeirização, isto é, a ausência de regulação do capital financeiro. Segundo o autor, o histórico de tramitação do

Projeto de Lei Nº 2.138/2003, de autoria do Dep. Federal Ivan Valente¹³, com o objetivo de proibir que as instituições de ensino superior com fins lucrativos capturem recursos e investimentos estrangeiros. Santos Filho (2016), cita outros projetos de lei, mas destaca este em especial, considerando os riscos da lucratividade e da noção mercadológica sob a educação. Na justificção do referido projeto, o deputado destaca três razões para a apresentação da iniciativa legislativa e a consequente necessidade de aprovação:

[...] a) o interesse do capital estrangeiro movido pela lucratividade do setor; b) a indevida consideração da educação como mercadoria e o risco de degradação do ensino superior brasileiro; c) a possibilidade de descompromisso das instituições de ensino com os valores maiores de lealdade ao povo brasileiro, com a soberania da nação e sua história. Para o autor, esses fatores resultam em colonização cultural e política e na disseminação de ideias e valores dissociados dos interesses nacionais (SANTOS FILHO, 2016, p. 127).

Acerca da tramitação, constata-se que o projeto ficou parado desde a proposição, em 2003 até 2007, quando foi enviado à mesa diretora da Câmara dos Deputados e arquivado em fevereiro de 2007. Neste mesmo ano, após requerimento do Deputado Ivan Valente, desarquivou e foi anexado, em 2009, no Projeto de Lei Nº 6358/2009 e, em 2010, no Projeto de Lei Nº 7.040/2010. Houve outro arquivamento e desarquivamento em 2011 pela câmara. De 2011 a 2014, tramitou no âmbito da comissão de Educação e Cultura. Mas, em 2015, houve outro arquivamento e desarquivamento.

Portanto, é evidente que, entre tantos arquivamentos e desarquivamentos, a legislação brasileira está permeada por disputas acerca da captação de recursos no exterior para a expansão do ensino superior privado-mercantil. Como aponta Santos Filho (2016), trata-se de uma correlação de forças que, de um lado, estão os grandes grupos empresariais e o empenho de poucos deputados que defendem a educação brasileira contra a lógica de acumulação rentista pautada na especulação.

A “omissão” possibilitou a transição da educação superior com fins lucrativos no sistema financeiro internacionalizado e, especialmente, liberou a entrada dos grupos educacionais estrangeiros no país. Entre aspas, pois fundamentalmente não se trata de omissão, mas sim de uma política deliberada. Nos debates na Comissão de Educação, Cultura e Eventos da Câmara dos Deputados, ocorridos em 2010, o Dr. Celso da Costa Frauches argumenta que “o ensino [superior] é livre à iniciativa privada, não importando a origem do capital ou a

¹³Em 2003, o Deputado Ivan Valente era filiado ao Partido dos Trabalhadores; atualmente (2022) ele ainda é Deputado Federal por São Paulo, mas se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2006 e continua desde então vinculado a este partido.

nacionalidade da mantenedora. Isso é muito claro em toda a legislação educacional brasileira, no caso, mais especificamente a educação superior” (BRASIL, 2010).

Esta afirmação baseia-se na prerrogativa que, independentemente da origem do capital ou da nacionalidade da mantenedora, os critérios de avaliação, de credenciamento e reconhecimentos são os mesmos para todas as IES que ingressam no ensino superior brasileiro. Isto é, os grupos educacionais, nacionais ou não, estão submetidos à legislação do país ao ingressarem no ensino superior e nele permanecer.

A contradição existente está relacionada, segundo a afirmação de Brettas (2020, p. 26), à financeirização, pois “ao se generalizar, impõe alterações na forma como as empresas atuam e orientam suas estratégias em busca da rentabilidade”. Para evidenciar esta contradição, a autora cita as dramáticas mudanças ocorridas na Vale S.A.

Todavia, essa autonomia é aparente, pois tendo em vista os nexos entre financeirização e educação a esfera financeira se impõe definindo limites e mudanças no modo de gestão desses grupos empresariais com capital aberto. A remuneração dos acionistas indica um deslocamento do papel central das IES na oferta de ensino superior para a órbita financeira.

Lênin ([1917] 2021, p. 71), no século XX, escreveu que “basta possuir 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade por ações”. Ainda que neguem o poder da “oligarquia financeira” com frases altissonantes e pautas no regramento legal, a presença do capital financeiro no país, sob nenhuma regra de controle, por si só modifica profundamente as IES por força dos interesses financeiros. Acerca disso, Lênin ([1917] 2021, p. 71-72) é enfático ao afirmar que:

Mas o "sistema de participação" não serve apenas para aumentar em proporções gigantescas o poder dos monopolistas; ele permite, além disso, fechar impunemente toda a espécie de negócio obscuro e sujo, e roubar o público, pois os dirigentes das "sociedades-mães", formalmente, segundo a lei, não respondem pela "sociedade-filha", que é considerada "independente" e pela qual pode “fazer passar” tudo.

Isso tem a ver com o fato que o capital financeiro é uma força tão decisiva em todas as relações econômicas e nacionais que é capaz de subordinar até os Estados no centro da economia capitalista. “Mas é evidente que a dominação mais lucrativa “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países [dependentes] e dos povos subordinados” (LÊNIN, [1917] 2021, p. 107).

Conforme Bettomore (1988), num sentido geral, esta integração trata-se de um aspecto intrinsecamente elevado da etapa do capitalismo monopolista, na qual a relação com o mercado financeiro controla o setor produtivo, impondo-lhe mudanças, especialmente pela compra de ações. Outro aspecto acerca disso, na fusão entre indústria e o setor bancário, de acordo com

Lênin ([1917] 2021), a predominância do capital financeiro na indústria implica ascendência dos interesses rentistas e o surgimento de oligarquias financeiras.

Sob tal enfoque, devemos atentar-nos para a relevância dessa consideração, uma vez que reforça o entendimento de que ações do governo federal robustecem o intenso processo de financeirização da educação superior. Mas que isso, são fundamentais para compreender as influências das empresas privadas de ensino superior no processo legislativo.

Em relação aos dados acerca do movimento de compra e aquisições de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas pelos grupos estrangeiros, o setor educacional prosseguiu em intenso processo de fusões e aquisições. E, nesse cenário, em boa parte por iniciativa de empresas norte-americanas presentes no Brasil, destacam-se como grandes protagonistas as empresas Laureate International Universities e Ilumno Cube (ex- Whitney International) e Adtalem Educacional do Brasil (ex-DeVry). Uma das primeiras aquisições por um grupo estrangeiro foi realizada pela Laureate, em dezembro de 2005, ao adquirir 51% do capital da universidade Anhembi Morumbi, fundada pelo professor Gabriel Mário Rodrigues.

Tabela 10 - Aquisições e Fusões de IES privadas realizadas por grupos estrangeiros no Brasil de 2005 a 2016

Ano	Wyden	Laureate	Ilumino
2005	-	1	1
2006	-	-	-
2007	-	3	-
2008	-	3	-
2009	2	1	-
2010	-	2	-
2011	-	-	1
2012	3	1	-
2013	1	-	-
2014	2	2	-
2015	3	-	-
2016	1	-	-
2017	-	-	-
2018	-	-	-
2019	-	-	-
2020	-	-	-
Total	12	12	2

Fonte: Laureate International University; Wyden Educacional; Ilumno Cube (2018)

Pode-se perceber que a Laureate começou a investir no setor de ensino superior privado no Brasil em 2005 quando adquiriu parte da Anhembi Morumbi. O negócio é tido como o primeiro da onda de aquisições de instituições privadas brasileiras por grupos internacionais controlados por fundos de investimento. De 2005 até 2016, a Laureate já adquiriu outras 11

instituições de ensino superior em oito Estados do País, entre elas a *Business School* São Paulo e a Universidade de Salvador.

3.2 O grupo Laureate – criação e atuação no Brasil

De acordo com informações do website da Laureate, o grupo oferta educação superior em 25 países desde 1999, com atuação na graduação, pós-graduação e especialização. Em 2022, a rede expandiu sua atuação em outros países da América Latina com a aquisição das seguintes IES: a Universidade no Vale do México (UVM) e Universidade de Tecnologia do México (UNITEC), ambas no México; Universidade Privada do Norte (UPN), Universidad Peruana de Ciências Sociais Aplicadas (UPC) e *Cibertec* todas no Perú.

No decorrer desta pesquisa, a Laureate vendeu boa parte de suas instituições em diversos países. O trabalho de Monteiro (2020, p. 87) demonstra que, entre 2000 a 2016, a rede possuía:

30 instituições de ensino superior licenciadas, com operações no Brasil, Chile, Costa Rica, Honduras, México, Panamá e Peru, nas quais foram matriculados aproximadamente 843.000 estudantes até 31 de março de 2016 (LAUREATE EDUCATION, INC., 2016). Em 2018, a Laureate Brasil possuía um montante de 60 instituições em 20 países [...]

Segundo a autora, o grupo predominava suas operações, em número de instituições localizadas na América Latina, totalizando 28. Destas, 12 estão concentradas no Brasil, representando o país com a maior atuação mundial, em número de instituições, da Laureate International Universities (MONTEIRO, 2020).

No Brasil, a empresa americana entrou no país em 2005, com a compra de 51% da Universidade Anhembi Morumbi (São Paulo), no valor de US\$ 69 milhões. Segundo o esquema elaborado por Monteiro (2020), a linha do tempo de fusões e aquisições do Grupo no Brasil se apresenta da seguinte forma:

Tabela 11 - Fusões e Aquisições de IES realizadas pela Laureate International Universities no Brasil (2005 - 2020)

Ordem	Instituição	Sigla	UF	Nº Campi	Fundação	Fusão /Aquisição	Valor da Fusão/Aquisição
1ª	Universidade Anhembi Morumbi	UAM	SP	8	1970	2005	US\$ 69 milhões
2ª	Universidade Potiguar	UNP	RN	7	1981	2007	Não divulgado
3ª	Faculdade dos Guararapes	UNI	PE	3	2002	2007	Não divulgado
4ª	Faculdade Internacional da Paraíba	FPB	PB	1	2005	2007	Não divulgado

5 ^a	Centro Universitário do Norte	UNINORTE	AM	12	1994	2008	R\$ 200 milhões
6 ^a	Centro Universitário FADERGS	FADERGS	RS	8	2004	2008	R\$ 9,3 milhões
7 ^a	Centro Universitário IBMR	IBMR	RJ	5	1969	2009	R\$ 9 milhões
8 ^a	Universidade Salvador	UNIFACS	BA	14	1972	2010	R\$ 100 milhões
9 ^a	Centro Universitário Ritter dos Reis	UNIRITTER	RS	4	1971	2010	50 milhões
10 ^a	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	SP	11	1968	2014	1 bilhão
11 ^a	Faculdade Rio-Grandense – Fapa** (incorporada a UniRitter)	FAPA	RS	-	1994	2014	Não divulgado

FONTE: Laureate International Universities (2019) e CM Consultoria (2015) *apud* Monteiro (2020).

Segundo Monteiro (2020, p. 91),

Laureate Brasil atua no país utilizando três estratégias: a) opera com a compra física de empresas locais; b) oferta curso pelo sistema Laureate EAD e; c) estabelece política de estágios e parcerias de estudos em complementação com empresas estrangeiras. A Laureate International Universities, está organizada de acordo com a gestão corporativa.

O grupo Laureate atua no mercado financeiro mundial, e tem participação na Bolsa de Valores de Nova York. Grandes bancos como o Banco Mundial Group e a Fundação Rockefeller têm investido no grupo Laureate, o que demonstra ter crédito (aceitabilidade) no mercado financeiro (MONTEIRO, 2020).

A hipótese da autora é de que a política de expansão pelo grupo Laureate deu-se via EAD, que passou a predominar nas IES como política principal de expansão, após serem adquiridas. Segundo a autora, essa política de expansão foi flexibilizada pelas legislações que induziram o crescimento avassalador do EAD (Tabela 12), especialmente pelo Decreto nº 9.057/17 e a Portaria nº 1.428/18 (MONTEIRO, 2020). Pretende-se corroborar com esta hipótese, pois nos relatórios da Laureate observa-se que o interesse de expandir as operações do grupo, sobretudo no Brasil, tinha como base a legislação, que favorece a criação de cursos ao setor privado-mercantil.

Tabela 12 - Evolução do número de matrículas por Modalidade de Ensino (Presencial x EAD) – Laureate Brasil – 2010-2020

Ano	Total (T)		(PRE) PRESENCIAL			EAD		
	Número	Δ (%) anual	Número	Δ (%) anual	PRE/T (%)	Número	Δ (%) anual	EAD/T (%)
2010	143.020	-	139.419	-	97,4	3.601	-	2,5
2011	162.453	13,6	155.113	11,3	95,5	7.340	103,8	4,5
2012	190.212	17,1	178.906	15,3	94,1	11.306	54,0	5,9
2013	219.887	35,4	201.910	30,2	91,8	17.977	144,9	8,2
2014	239.892	9,1	219.308	8,6	91,4	20.584	14,5	8,6
2015	256.786	7,0	231.464	5,5	90,1	25.322	23,0	9,9
2016	251.100	-2,2	224.119	-3,2	89,3	26.981	6,6	10,7
2017	259.411	3,3	226.046	0,9	87,1	33.365	23,7	12,9
2018	271.836	4,8	228.130	0,9	83,9	43.733	31,1	16,1
2019	278.300	2,4	214.045	-6,2	76,9	64.255	46,9	23,1
2020*	274.854	-	-	-	-	-	-	-
2010/2020 Δ (%)	92,2	-	53,5**	-	-	1684,4**	-	-

Fontes: INEP (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021) – Elaboração do autor

*Não está especificado no microdados do Censo de 2020 quantidade de matrículas presencial e EAD

**Variação de 2010-2019

Os dados referentes à evolução das matrículas das 11 instituições de educação de ensino superior associadas a *Laureate International Universities*, dentre universidades, faculdades e centros universitários, apresenta o seguinte quadro: entre 2010 e 2020, ocorreu um crescimento no número total de matrículas (presenciais e a distância), que passou de 143.020 em 2010, para 274.854 em 2020, com um aumento, portanto, da ordem de 92,2%, conforme a Tabela acima.

Em relação ao movimento da expansão do número de matrículas na modalidade de ensino a distância, percebe-se que o avanço da *Laureate International Universities* no Brasil é marcado pelo incremento contínuo e ininterrupto de matrículas em EAD nas IES pertencentes ao grupo. De 2010 a 2019¹⁴, houve uma expansão de 1.684,4% de matrículas em EAD. Portanto, a oferta de vagas em cursos de ensino a distância passou de 3.601 alunos em 2010, para 24.255 em 2019. Observa-se, ainda, que no ano de 2019 as matrículas em cursos presenciais reduziram em -6,2%, enquanto as matrículas em EAD ampliaram em 46,9%. Nesse mesmo ano, o percentual de estudantes matriculados em cursos presenciais representava 76,9%

¹⁴Aqui cabe uma nota metodológica: o atual banco do INEP, mudado no último censo da educação superior, de 2020, apenas disponibiliza dados genéricos, isto é, não detalhados como anteriormente. Os microdados são organizados em apenas dois bancos de dados: cursos e IES. Dessa forma, o conjunto de dados por alunos e por docentes, os quais permitiam maior detalhamento, não estão mais disponíveis.

e nos cursos em EAD tinha 23,1% de toda a matrícula. Comparando com os dados referentes ao ano de 2010, em que 97,4% das matrículas foram em cursos presenciais e, apenas 2,5% estavam matriculados em cursos EAD. Nos relatórios anuais, é evidenciado pelo grupo o interesse pela expansão de cursos EAD como uma forma de aumentar a rentabilidade dos acionistas.

Segundo Alonso (2010), a discussão sobre a expansão da EAD no Brasil apresenta contradições importantes sobre a qualidade do ensino superior. Se há, por um lado, programas de financiamento que canalizam recursos da esfera pública para a esfera privada, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), o EAD é claramente tomado como modalidade de ensino para aceleração rápida da expansão de vagas no ensino superior privado mercantil.

A partir deste diagnóstico, observa-se que o impacto mais marcante desta expansão é justamente “a privatização da educação superior, acarretando graves consequências para a formação superior, para a produção do conhecimento e da cultura e para o trabalho docente” (MANCEBO, ARAÚJO DO VALE e BARBOSA MARTINS, 2015, p. 34). Em outras palavras, um ensino superior barato, com uma qualidade sofrível e, sobretudo, com desenvolvimento ampliado de cursos em EAD.

Outro dado importante de ser destacado, pois vem contribuindo para essa expansão do setor privado no país, são os números acerca do financiamento estudantil, pois evidenciam que o movimento de financeirização da educação é firmemente amparado pela política governamental de transferência dos recursos públicos para o capital financeiro que, além de fomentar o setor privado-mercantil, drena a economia, ou melhor, inibe os gastos com o financiamento à educação pública (DOWBOR, 2017).

Os dados evidenciam que o número de financiamento estudantil (reembolsável e não reembolsável) atende mais de 1/3 do número total de matrículas da Laureate. Somente o FIES teve um aumento de 195%, entre 2010-2020. Segundo os relatórios, os programas de financiamento estudantil, especialmente o ProUni e Fies, são fundamentais para as operações do grupo. Todavia, as alterações no Fies feitas desde 2015, implicou em perdas de bolsas e no aumento de estudantes inadimplentes (Ver Tabela 13).

Tabela 13 – Evolução do número de financiamento estudantil de matriculados Laureate (2010-2020)

ANO	(T)	REENBOLSÁVEL					NÃO-REENBOLSÁVEL				
		FIES		(O)*	PROUNI		REGINAL		IES	ENT-EX	OUTROS
		(P)	(I)		(M)	(E)					
2010	38080	6924	83	2739	4457	3571	7797	118	988	1173	10230
2011	51272	7791	374	660	4881	6983	12076	126	1045	2170	15166
2012	42354	12507	1	320	4264	7304	15395	0	350	1682	531
2013	50704	26924	0	0	3847	8203	6116	0	4430	1184	0
2014	52259	38570	0	0	1191	11695	659	0	144	0	0
2015	58295	45468	1	1	640	9948	1479	0	759	0	0
2016	82816	43397	0	1	271	19207	1643	0	18187	110	0
2017	105781	51573	0	0	392	20147	2711	0	30801	157	0
2018	96253	40519	1	2	50	21845	882	0	32904	50	0
2019	85740	29530	0	0	35	20279	2810	0	33034	52	0
2020	73972	20432	0	0	22	19693	0	0	33502	0	323**
Δ											
2010-2020	94,25	195,09	-	-	-99,51	451,47	-	-	3290,89	100,0	-96,84

Parcial: (T) Total; (O) Outros (P) Parcial Integral (I); Municipal (M); Estadual (E); Entidade Externa (ENT-EX).

**A partir de 2020, quantidade de concluintes - alunos que utilizam financiamento estudantil reembolsável - pelo governo estadual, municipal, entidades externas à IES e outras entidades

Fonte: INEP (2011;2012;2013;2014;2015;2016;2017;2018;2019;2020;2021)

Observa-se, que o número de financiamento (reembolsável e não reembolsável) atinge mais de 1/3 do número total de matrículas da Laureate. Somente o FIES teve um aumento de 195%, entre 2010-2020. Segundo os relatórios, os programas de financiamento estudantil, especialmente o ProUni e Fies, são importantes para as operações do grupo. É preciso destacar que de 2010 até 2017 uma parte substancial dos financiamentos é aplicado como recursos reembolsáveis (empréstimos). E em 2016, há um salto no contingente de financiamento não-reembolsável concedido com recursos da própria IES. A hipótese é de que com a crise do FIES em 2017, em decorrência da inadimplência dos alunos egressos, somados à redução de contratos com financiamento reembolsável, explica, em parte, a busca por novos subsídios e fonte de financiamento como estratégia de crescimento no número de matrículas. Nos relatórios anuais do grupo, é expresso a preocupação com as mudanças nos programas de financiamento estudantil nos segmentos onde a Laureate possui operações, pois conforme consta no relatório de 2019:

Regulatory changes that affect the timing of government-sponsored student aid payments or receipt of government-sponsored financial aid could materially adversely affect our liquidity (LAUREATE, 2017, p. 72).

[Tradução livre: Mudanças regulatórias que afetam o pagamento proveniente dos programas de financiamento estudantil destinados pelo governo ou o recebimento de ajuda financeira patrocinada pelo governo podem afetar materialmente nossa liquidez.]

Nos relatórios da Laureate, é evidente que grande parte da receita do grupo é proveniente do pagamento de mensalidades em conexão com os programas de financiamento estudantil e incentivo fiscal. A estabilidade, ou melhor, a continuidade das operações do grupo nos países onde a Laureate controla IES está relacionada à garantia de incentivos tanto financeiros, quanto no regramento geral – no sentido de proibir ou limitar instituições privadas de ensino superior ou propriedade estrangeira ou controle ou proibir ou limitar nossa capacidade de firmar contratos ou acordos com essas instituições (LAUREATE, 2017).

O relatório do grupo Laureate (2019) é categórico quanto a isto:

The laws of the countries where we own or control institutions or may acquire ownership or control of institutions in the future must permit both private higher education institutions and foreign ownership or control of them. For political, economic or other reasons, a country could decide to change its laws or regulations to prohibit or limit private higher education institutions or foreign ownership or control or prohibit or limit our ability to enter into contracts or agreements with these institutions. If this change occurred, it could have a material adverse effect on our business, financial condition and results of operations and we could be forced to sell an institution at a price that could be lower than its fair market value or relinquish control of an institution. A forced sale or relinquishment of control could materially adversely affect our business, financial condition and results of operations.

[Tradução livre: As leis dos países onde possuímos ou controlamos instituições ou podemos adquirir propriedade ou controle de instituições no futuro devem permitir tanto instituições privadas de ensino superior quanto propriedade ou controle estrangeiros delas. Por razões políticas, econômicas ou outras, um país poderia decidir mudar suas leis ou regulamentos para proibir ou limitar instituições privadas de ensino superior ou propriedade estrangeira ou controlar ou proibir ou limitar nossa capacidade de firmar contratos ou acordos com essas instituições. Se essa mudança ocorresse, poderia ter um efeito adverso material em nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações e poderíamos ser forçados a vender uma instituição a um preço que poderia ser menor do que seu valor de mercado justo ou renunciar ao controle de uma instituição. Uma venda forçada ou renúncia ao controle pode afetar materialmente nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações] (LAUREATE, 2019, p. 48).

O trecho acima evidencia dois aspectos. O primeiro sobre a liberdade de movimento do capital estrangeiro, que se direciona para onde for mais vantajoso. O segundo, diz respeito à dependência do setor privado mercantil das políticas governamentais, incluindo os recursos públicos. É evidente que o processo de financeirização do ensino superior e sua expansão no país não seria possível sem uma ampla política de incentivos públicos, tanto em termos de legislações como de financiamento que os favoreçam.

O impacto financeiro que estes grupos podem gerar no sistema financeiro brasileiro, em especial se for considerado o endividamento estudantil, tem como objeto de investigação. Segundo Guimarães (2018, p. 368),

As informações sobre a operacionalização do Fies e dos seus impactos no crescimento da renda do egresso assim como do comprometimento dessa renda com os encargos da sua amortização são um forte indicativo de que a maior parte dos casos de inadimplência do Programa pode ser explicada pelo fato dos egressos não disporem de renda para honrar os pagamentos. Inclusive, o Fies não é a única dívida ou compromisso assumido pelos estudantes que já iniciam sua vida universitária com acesso a cartão de crédito entre outros produtos bancários que ampliam as possibilidades de endividamento [...]

[...] A dívida média por estudante superou, em 2012, os US\$ 25 mil, um crescimento de 25% em dez anos. O estudante que deixar de saldar apenas um empréstimo estudantil é colocado na condição de mau pagador e após nove meses estará em default (inadimplência) e com isso o volume total do empréstimo vence imediatamente. Essa dívida afeta os contribuintes, pois 80% dos empréstimos norte-americanos são emitidos ou garantidos pelo Governo, quando não são amortizados, as dívidas são transferidas para o contribuinte, aumentando ainda mais os déficits federais. No entanto, o governo tem plenos poderes de cobrança como a capacidade de executar os salários de um tomador e confiscar reembolsos tributários e a Previdência Social.

Em contrapartida, o ponto chave identificado pelo autor é, justamente, os incentivos do Estado brasileiro no desenvolvimento do setor privado-mercantil via destinação de recursos (diretos e indiretos). Segundo Guimarães (2018), um dos motivos dos estudantes não honrarem com suas dívidas está relacionado à “necessidade de gastar com a sobrevivência do que qualquer outra coisa ou intenção de burlar as regras do financiamento”. Isto, por sua vez, está conexo com os motivos que levam a população brasileira a buscarem alguma forma de financiamento para custear seus estudos que, conforme o autor, tem a ver com as dificuldades de entrar numa universidade pública.

O Fies, aponta Reis (2018), tornou-se um problema para as famílias brasileiras, pois os contratos e, principalmente, as taxas de juros fomentam o aumento da dívida exponencialmente, tornando-as impagáveis. Em tese, o programa que deveria democratizar o acesso do ensino superior aprofundou as contradições internas no país para além da educação, gerando, diversas revisões do programa. Na mesma linha de raciocínio, Dowbor (2018, p. 171), disserta que a dívida das famílias e o endividamento público:

[...] são dinâmicas interligadas, o que vai se evidenciar tanto no endividamento do setor público como no endividamento das empresas produtivas, das famílias, dos idosos, e mais recentemente o enforcamento financeiro dos estudantes na vida profissional para pagar bancos.

O fato é que como evidência Santos (2017), o mercado educacional está ancorado no sistema financeiro (nacional e internacional) e nas subseqüentes políticas governamentais de

favorecimento ao mercado educacional. Nesse sentido, segundo Santos (2019), o Fies é fundamentalmente uma ferramenta de lucro, de captação de estudantes, de ocupação de vagas ociosas e de consolidação do setor.

Em contrapartida, no terceiro trimestre de 2019, a Laureate passou por um processo de revisão estratégica que incluiu a venda das IES brasileiras adquiridas pelo grupo. Entre os destaques, a receita do grupo diminuiu 12% para US\$ 243,5 milhões, em decorrência, sobretudo, do enfraquecimento das moedas em relação ao dólar americano. Observa-se que os impactos da crise financeira influenciam diretamente nos mecanismos, na lógica de funcionamento e na localização desses grupos estrangeiros. Desse modo, a conexão entre saída e entrada de capital estrangeiro com a estabilidade do sistema financeiro é direta.

Dentre os motivos da descontinuidade das operações da rede *Laureate Education, Inc.* no Brasil estão as dívidas que o grupo acumulou nos países que atua. No Brasil, a subsidiária da Laureate firmou dois empréstimos adicionais, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 190,0 milhões (aproximadamente US\$ 47,5 milhões no momento do empréstimo). Esses empréstimos têm datas de vencimento de abril de 2021 e novembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo devedor desses empréstimos foi de US\$ 33,8 milhões e US\$ 46,6 milhões, respectivamente (LAUREATE, 2020).

Os gastos totais de capital para as operações continuadas e descontinuadas, excluindo recibos da venda de subsidiárias e bens e equipamentos, foram de US\$ 89,2 milhões, US\$ 173,3 milhões e US\$ 257,9 milhões, durante os anos de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. A redução de 49% nos gastos de capital para 2020, em relação a 2019, deveu-se principalmente a uma redução e adiamento direcionados em todas as linhas de negócios para preservar o caixa em meio à pandemia de COVID-19, bem como ao resultado das transferências executadas. A redução de 33% nos gastos de capital para 2019, em relação a 2018, foi impulsionada principalmente pela redução dos gastos de capital em decorrência da transferência de domínio, bem como da redução dos gastos na Costa Rica, Peru e Brasil, devido aos gastos significativos de capital realizados em períodos anteriores para o lançamento de diversos novos campi nessas regiões, e pela redução dos gastos com credenciamento/regulação no Brasil.

Como resultado desses esforços para explorar alternativas estratégicas e evitar perdas financeiras substanciais durante o terceiro trimestre de 2020, a Companhia anunciou que concluiu a venda de suas operações no Chile e assinou acordos para vender suas operações no Brasil, Austrália e Nova Zelândia, bem como na *Walden University*, sua instituição de ensino superior totalmente online nos Estados Unidos (LAUREATE, 2020).

Durante o terceiro trimestre de 2020, a Laureate assinou um acordo para vender suas operações no Brasil e, como resultado, o país foi classificado como uma Operação Descontinuada para todos os períodos apresentados. Em relação à decisão de vender suas IES no Brasil, o grupo registrou um prejuízo de aproximadamente US\$ 190 mil dólares com custo contábil para habilitar a venda dos ativos físicos da empresa. Como os critérios mantidos para venda foram atendidos no terceiro trimestre, o valor contábil utilizado, a fim de descrever o valor agregado dos negócios brasileiros ao seu valor justo estimado menos custos para vender, inclui perdas acumuladas no processo de conversão da moeda, de real para dólar. Durante o quarto trimestre de 2020, a Companhia registrou um prejuízo adicional de aproximadamente US\$ 15.000 para ajustar os valores dos ativos para vender a partir de 31 de dezembro de 2020 (LAUREATE, 2020).

Apesar de não citar diretamente, os casos de denúncia contra a Laureate, pois, além das dívidas e dos efeitos provocados pela pandemia, a companhia tem uma preocupação evidente em relação aos prejuízos relacionados ao nome comercial da marca e sua possível desvalorização. O fato é que o conselho de administração do grupo havia autorizado explorar alternativas estratégicas para cada um de seus negócios com a finalidade de destravar o valor dos acionistas (LAUREATE, 2020). No Brasil, estas estratégias tiveram como base uma série de irregularidades como ficará evidente no capítulo III desta dissertação.

Outro prejuízo, apontado no relatório de 2020 da Laureate, foi durante o desenvolvimento de um software de graduação (EG2) no Brasil, uma ferramenta de gestão de uso interno para a padronização global de processos relacionados à gestão acadêmica e financeira com os alunos vinculados à rede Laureate.

No segundo trimestre de 2020, a Laureate determinou que não era mais possível que o projeto Brasil E2G, o software educacional, fosse concluído e colocado em serviço. A probabilidade de um potencial comprador desta ferramenta era baixa, devido ao seu custo e complexidades associadas. Durante o segundo trimestre de 2020, a *holding* registrou uma taxa de prejuízo por conta da não conclusão do projeto.

Outra mudança estratégica que teve um grande efeito nas operações e resultados financeiros da Companhia diz respeito à venda de algumas operações do grupo. Assim, Chile, Brasil, Austrália e Nova Zelândia, e Walden também foram contabilizados como operações descontinuadas para todos os períodos apresentados de acordo com a ASC 205¹⁵ (*Accounting*

¹⁵Em síntese, são orientações sobre quando os resultados das operações de um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda seriam relatados como uma operação descontinuada nas demonstrações financeiras da entidade.

Standards Codification). Para as instituições da Laureate no México e no Peru, o conselho da empresa, após uma avaliação minuciosa de todas as opções estratégicas, incluindo uma possível venda, decide continuar a operar esses ativos sob a gestão Laureate.

Em 20 de dezembro de 2017, uma das subsidiárias do grupo no Brasil firmou um acordo para emprestar R\$ 360 milhões (aproximadamente US\$ 110 milhões na época do empréstimo). O empréstimo estava previsto para ser acertado em 25 de dezembro de 2022. Em 2020, durante a pandemia COVID-19, os pagamentos trimestrais foram adiados de junho para dezembro de 2020 e o vencimento do empréstimo foi prorrogado para 25 de julho de 2023. Em 2020, o empréstimo exigiu pagamentos principais totais de R\$ 99 milhões (US\$ 19,1 milhões em 31 de dezembro, 2020) em 2021, R\$ 108 milhões (US\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2020) em 2022 e R\$ 76,5 milhões (US\$ 14,8 milhões em 31 de dezembro de 2020) em 2023. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o empréstimo tinha um saldo de US\$ 54,7 milhões e US\$ 75,0 milhões, respectivamente.

A conclusão da venda das IES controladas pela Laureate no Brasil para a Ânima Holding S.A. (Anima) terminou em 2021. Segundo relatório daquele ano, os rendimentos líquidos recebidos, com base nas taxas de transação e liquidação de valores relacionados à troca de taxa de variação cambial, foram de aproximadamente de US\$ 625.000. Além disso, o grupo Ânima assumiu o endividamento da Laureate no país, cujo valor era aproximadamente de US\$ 121.000. Entre os motivos da descontinuidade da operação da Laureate está justamente o processo de endividamento da empresa. A estratégia de aquisição de inúmeras IES pelo mundo se concretizou, e a nova estratégia empregada pelo grupo é, justamente, descapitalizar para investir nos segmentos onde há maior rentabilidade.

Com a compra do portfólio da Laureate pelo grupo Ânima, este grupo estimou um crescimento de até 90% dos cursos de medicina. Segundo o site Exame (2020), considerando vagas já aprovadas e outras em avaliação, a expectativa da Ânima é chegar a 2.260 vagas em cursos de medicina, com 16.254 alunos. Conforme a matéria, a Ânima vai pagar 4,4 bilhões de reais pela Laureate do Brasil, sendo 3,7 bilhões de reais de *Equity* e 623 milhões de reais de dívida. A compra será totalmente financiada por um sindicato de bancos formado por Santander, Bradesco, Itaú e Banco do Brasil (EXAME, 2020).

O curso de medicina esteve entre os critérios para aquisição dos ativos da Laureate. Este é considerado um dos mais rentáveis do setor privado-mercantil. Com a aquisição, a Ânima amplia o número de vagas em cursos de medicina de 873 para 1770, com 8.636 alunos. Considerando as vagas de medicina já aprovadas e outras ainda a serem aprovadas, a expectativa da Ânima é chegar a 2.260 vagas em cursos de medicina, com 16.254 alunos, um

crescimento de 88% em relação ao número atual, considerando Ânima e Laureate (EXAME, 2020). Apesar de não ser o foco desta pesquisa, pretende-se aprofundar esta temática posteriormente.

Em função do exposto, os dados acima mostram que a efervescência do mercado educacional encontra no Brasil liberdade nas ações e transações financeiras entre o mercado nacional e internacional. Estes grupos ingressam no cenário brasileiro, adquirindo instituições já estabelecidas a partir dos processos de fusões e aquisições.

O contexto, portanto, de entrada de grupos estrangeiros no mercado educacional brasileiro é marcado por um movimento de mercantilização e financeirização da educação, que segue em ritmo acelerado. A participação de capital internacional na educação superior brasileira ainda não tem regulação no âmbito nacional, operando sem nenhuma restrição legal. Atualmente, todas as grandes transações entre as empresas de educação são analisadas pelo Estado brasileiro por meio do CADE, unicamente pela perspectiva da concorrência.

Essas novas formas de inserção do capital estrangeiro na exploração da educação superior do Brasil ocorrem com a atuação de grupos norte-americanos que, ao adquirirem instituições de ensino superior, por meio do processo de fusão e aquisições, expandiu seus “negócios” em vários estados do país, com a oferta de cursos de graduação presenciais e a distância.

A educação constitucionalmente é direito social. Todavia, as contínuas reformas não apenas liberou este serviço à iniciativa privada, mas também facilitou, tanto a instalação de grupos estrangeiros, quanto entrada e saída de capital internacional no país. A evidente falta e ou debilidade de controle e fiscalização do Ministério da Educação (MEC) somada à diminuição considerável dos direitos trabalhistas, instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017, impactar desfavoravelmente nos docentes vinculados aos grupos privados com fins lucrativos, provocando crescimento da precariedade do trabalho.

Com a possibilidade de rentabilizar o ensino via venda de cursos à distância, como é o caso da Laureate, especialmente, o trabalho docente torna-se um meio de valorização do capital. Portanto, aprofundar os estudos acerca das condições de trabalho e como estes são afetados em função do exposto é fundamental para entender o processo de intensificação, disciplinarização, controle e exploração do trabalho docente.

A Agência Pública, de jornalismo investigativo, produziu diversos conteúdos de denúncia de irregularidades cometidas por este grupo estrangeiro de capital aberto. Em 2019, foi publicada uma reportagem por esta agência, de autoria de Thiago Domenici, intitulada “Professores acusam Laureate de forjar documentos para obter o reconhecimento de cursos

EAD no Brasil”, a qual evidencia irregularidades nos cursos de ensino a distância (EAD) e na atuação de docentes em cursos fora de sua área de formação sem o consentimento dos discentes vinculados à rede.

Em 2020, foram publicadas outras denúncias. A primeira, refere-se ao uso de robôs no lugar de professores sem que os alunos saibam, conforme a (Figura 2). A segunda, diz respeito às demissões de docentes de EAD e substituídos pela figura de um “profissional monitor”. Neste mesmo ano, outra reportagem, intitulada “É cruel”: professores relatam de aulas on-line com 300 alunos a demissões por pop-up”, demonstrou que, mesmo diante da pandemia da COVID-19, milhares de docentes foram demitidos de universidades privadas em São Paulo e relatam precarização e depressão.

Figura 2- Uso do corretor automático

**PARA SABER MAIS SOBRE A ATUALIZAÇÃO
(SISTEMA DE REVISÃO/CORREÇÃO), vá para a página 4!**

**INFOS SOBRE O CORRETOR AUTOMÁTICO (LTI)
NOVO FORMATO DE ATIVIDADES DISSERTATIVAS**

1. Introdução

O formato de algumas Atividades Dissertativas mudou, pois estão integradas com uma ferramenta de correção automática*.

*** Atenção: esta informação não deve ser compartilhada com os estudantes!**

Fonte: AGÊNCIA PÚBLICA. 2020

Segundo a denúncia, além das “indigestas surpresas que foi saber da demissão por uma mensagem de pop-up na tela do computador ao acessar o sistema”, constata “a precarização do ensino superior privado’ – sobretudo com o aumento do uso de educação a distância (EAD)”, isto é, pela superlotação on-line de turmas virtuais que ultrapassam mais de 250 discentes por vez.

Como não há nenhuma regulamentação no que tange à entrada e saída de capital financeiro para conter o fluxo de capital estrangeiro, também não há limites quanto aos efeitos que a financeirização tem no ensino superior brasileiro. Quanto a esta questão, Brettas (2020) cita que os lucros podem ser auferidos pelo rebaixamento do preço pago pela força de trabalho.

Todavia, observa-se, a partir dessas denúncias, que o argumento dos grupos empresariais, de que não importa a origem ou a nacionalidade dos investimentos ou das mantenedoras de ensino superior, é controverso. Não obstante, as alegações dos grupos empresariais educacionais que vão no sentido oposto, são notórias que as instituições brasileiras de ensino superior estão à mercê do capital financeiro ao priorizarem a rentabilidade dos acionistas. O próximo capítulo trará a análise da situação dos docentes que atuaram no grupo e que integra o Dossiê entregue ao Ministério Público.

4 CAPÍTULO III – AS REPERCUSSÕES DA FINANCEIRIZAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE: O CASO DA LAUREATE

Neste capítulo, conforme consta na introdução, será analisado as relações e condições de trabalho de professores que trabalham para o Grupo Laureate considerando, dentre outros aspectos: a jornada de trabalho, estrutura da carreira, formas de contratação, autonomia e participação nas decisões colegiadas, o tipo de gestão, os processos decisórios, os impactos das tecnologias e as formas de avaliação.

Para tanto, será utilizado como fonte de dados o dossiê, que é resultado de um trabalho coletivo realizado por ex-docentes vinculados a rede Laureate que trouxe a público inúmeras irregularidades cometidas pelo grupo. A elaboração do dossiê, conforme o próprio documento, só foi possível, porque a Laureate concentrava as operações em EAD de todas as IES vinculadas ao grupo no Brasil em São Paulo, coordenadas pela mesma equipe.

Para corroborar com as análises acerca das consequências da financeirização também foram coletados dados, no Censo da Educação Superior (CES), acerca da função docente em nível nacional e, especificamente, da Laureate, detalhados conforme o objetivo central desta pesquisa. Ademais, também será analisado matérias e atas publicadas pela ALESP, como também de outras fontes que versam sobre as irregularidades e casos de denúncias contra a Laureate.

É importante ressaltar, como também consta na introdução, que, para fins metodológicos e teóricos, este capítulo será fundamento com base na literatura marxista, especialmente nos escritos de Antunes (2009, 2013a, 2013b,) sobre a categoria trabalho, Braga (2017) sobre a precarização do trabalho e em outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da educação acerca do trabalho docente e financeirização.

Em função do exposto, o objetivo desse capítulo se concentra na análise de como a lógica do sistema financeiro vem convertendo a concorrência no ensino superior privado-mercantil num processo profundo de precarização do trabalho docente. Assim, analisou-se um conjunto de denúncias acerca da relação e condições do trabalho docente na Laureate Brasil que, diretamente, relaciona-se à problematização sobre as implicações do processo de financeirização do ensino superior brasileiro e, especialmente, no que tange ao trabalho docente considerando, dentre outros aspectos: a jornada de trabalho, plano de carreira, formas de contratação, autonomia e participação nas decisões colegiadas, o tipo de gestão, os processos decisórios, os impactos das tecnologias e as formas de avaliação

A origem do dossiê analisado nesta pesquisa, deu-se no dia 01 de outubro de 2020, ao ser protocolada uma ação pública, com a finalidade de obter provimento jurisdicional que obrigasse a União, por sua Secretaria de Regulação do Ensino Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC), a promover os processos fiscalizatórios nas instituições de ensino superior vinculadas ao Grupo Educacional *Laureate International Universities* (“Grupo Laureate”) em razão dos fortes indícios de fraudes. Como desdobramento, em São Paulo, foi instaurado o Inquérito Civil nº 1.34.001.003864/2019-58 na Procuradoria da República a partir de representação feita pelo Deputado Estadual Carlos Giannazi, de São Paulo, relativo aos crimes contra o sistema federal de ensino, noticiando a prática de diversas fraudes no credenciamento de cursos das IES junto ao Ministério da Educação - MEC, em especial os cursos à distância – EAD.

O dossiê possui cinco partes. A primeira, apresenta as irregularidades trabalhistas exercidas pela Laureate Brasil. Na Segunda seção, traz alguns indícios das inúmeras práticas fraudulentas acionadas pela empresa no credenciamento de cursos junto ao MEC. O ponto três, apresenta outras irregularidades e descumprimentos dos padrões mínimos de qualidade estabelecidos para os cursos EAD pela legislação brasileira. O quarto tópico traz as “trapalhadas” da Laureate Brasil, erros e incorreções que, de tão pueris, não puderam ser encaixadas nas demais sessões. Por fim, no quinto ponto, destaca-se o clima antisindical presente na empresa.

Como parte do procedimento metodológico, as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa estão sistematizadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Documentos analisados presentes

ID	Data do documento	Documento
39403434	01/10/2020	Petição Inicial
39403811	01/10/2020	Ação Pública
39404283	01/10/2020	Depoimento da Professora I
39404286	01/10/2020	Depoimento do Professor II
39404287	01/10/2020	Depoimento da Professora III
39404291	01/10/2020	Depoimento do Professor IV
39412951	01/10/2020	Anexos

Fonte: Ministério Público Federal - elaborado pelo autor.

Considera-se que, para uma compreensão em relação às consequências da financeirização no trabalho docente, não se pode ignorar o cenário nacional. Assim, compreender, de modo geral, como está situado o trabalho docente no país é imprescindível.

Para tanto, coletou-se e analisou-se os dados extraídos do banco de dados dos Censos da Educação Superior do INEP com relação à função docente.

Não se pretende fazer uma análise exaustiva dos dados nacionais relacionados ao trabalho docente, mas apresentar alguns elementos que sustentam e corroboram com o presente estudo.

4.1 Trabalho docente nas IES privado-mercantis – dados gerais

Como se afirmou desde o início desse texto, as mudanças no mundo trabalho somado ao processo privatização, mercantilização e financeirização da educação (movimentos que aprofundam a concepção de educação como um produto do trabalho comercializável), estimularam tanto a expansão do ensino privado-mercantil quanto, também, contribuíram diretamente para a precarização e para o rebaixamento do valor da força de trabalho docente.

Em vista disso, a desvalorização docente sob o prisma do capital financeiro também é um aspecto indispensável para compreender as mudanças no cenário educacional, a quais evidenciam que as relações e condições de trabalho dos professores que estão aquém de patamares considerados adequados, isto é, insuficientes para atender às demandas de reconhecimento. Desta forma, a subsunção formal do trabalho ao capital é um aspecto central do processo de generalização da educação na forma de mercadoria (MOTTA e ANDRADE, 2020).

Segundo Antunes (2009), as mutações em curso têm relação direta com a crise estrutural do capital, cuja reorganização produtiva tem como principal característica a retomada do patamar de produção e de acumulação em níveis e ao seu projeto global de dominação.

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm como resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; **precarização e terceirização da força humana que trabalha**; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2009, p. 55).

Dessa maneira, docentes contratados por grupos educacionais privados-mercantis tornaram-se, produtores de mais-valia igualmente, tal como o ensino converteu-se em mercadoria para o capital (SEBIM, 2014). Nessa relação, as estratégias de gestão moldaram tanto as IES às novas demandas do mercado quanto o trabalho docente. A respeito disso, Sevim (2014, p. 91) argumenta:

O controle do trabalhador foi e continua a ser objetivo das organizações empresariais. Nessas instâncias, a cultura organizacional, como um dos princípios da gestão, cumpre um papel fundamental, pois é por meio dela que os trabalhadores são disciplinados segundo a lógica de produção do capital.

Nesse sentido, entre 2010 e 2020, conforme a tabela 15, observa-se uma diminuição no número de docentes vinculados à rede privada. Este dado, não obstante os inúmeros fatores relacionados a diminuição, indica uma desvalorização do trabalho docente que, na combinação de reformas trabalhistas necessárias aos arranjos da mundialização do capital, há uma “[...] tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho [...]” (ANTUNES, 2009, p. 32).

Tabela 14 - Evolução do número de funções docentes na educação superior por categoria administrativa – 2010-2020

ANO	TOTAL		FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO			
	Nº	Δ (%)	PÚBLICA Nº	Δ (%)	PRIVADA Nº	Δ (%)
2010	345.335	-	130.789	-	214.546	-
2011	357.418	3,50	139.584	6,72	217.834	1,53
2012	362.732	1,49	150.338	7,70	212.394	-2,50
2013	367.282	1,25	155.219	3,25	212.063	-0,16
2014	383.386	4,38	163.113	5,09	220.273	3,87
2015	388.004	1,20	165.722	1,60	222.282	0,91
2016	384.094	-1,01	169.544	2,31	214.550	-3,48
2017	380.673	-0,89	171.231	1,00	209.442	-2,38
2018	384.474	1,00	173.868	1,54	210.606	0,56
2019	386.073	0,42	176.403	1,46	209.670	-0,44
2020	366.289	-5,12	171.330	-2,88	194.959	-7,02
Δ (%) 2010-2020	-	6,07	-	31,00	-	-9,13

Fonte: INEP (Censos da Educação Superior de 2010 a 2020)

Os dados expostos na Tabela 14, demonstram crescimento no total das funções docentes em exercício no período de 2010 a 2020 em 6,07%. O setor público foi responsável por esse crescimento pois no período cresceu 31% das funções docentes enquanto o setor privado apresentou uma redução em -9,13%, evidenciando a situação de precarização do trabalho docente e o resultado do processo de fusões e aquisições que trazem como implicações a demissão da categoria. Observa-se que, apesar do setor público apresentar um crescimento expressivo no período (31%) cabe destacar que no ano de 2020 ocorreu uma redução -2,88% das funções docente em exercício, o que por hipótese, pode ser atribuída às aposentadorias ocorridas em função da reforma da previdência aprovada no governo Bolsonaro (2019-2022). O setor privado apresenta oscilação entre os anos, com redução nos anos de 2012 (-2,5%); 2013 (-0,16%); 2016 (-3,48%); 2017 (-2,38%); 2019 (-0,44%) e, com destaque para o ano de 2020, cuja redução foi de -7,02%.

Esta tendência está diretamente relacionada ao processo de reestruturação subordinando o trabalho à máxima da “mercadorização” que afeta a saúde, energia, telecomunicações, previdência e, inclusive, a educação (ANTUNES, 2009). O resultado não podia ser outro: intensificam as formas de exploração e extração mais-valor do trabalho.

De modo geral, há um processo de destruição das forças produtivas, desmontagem de postos de trabalho em escala mundial, que gera enormes contingentes de trabalhadores precarizados e de desemprego. Segundo Antunes (2009, p. 36):

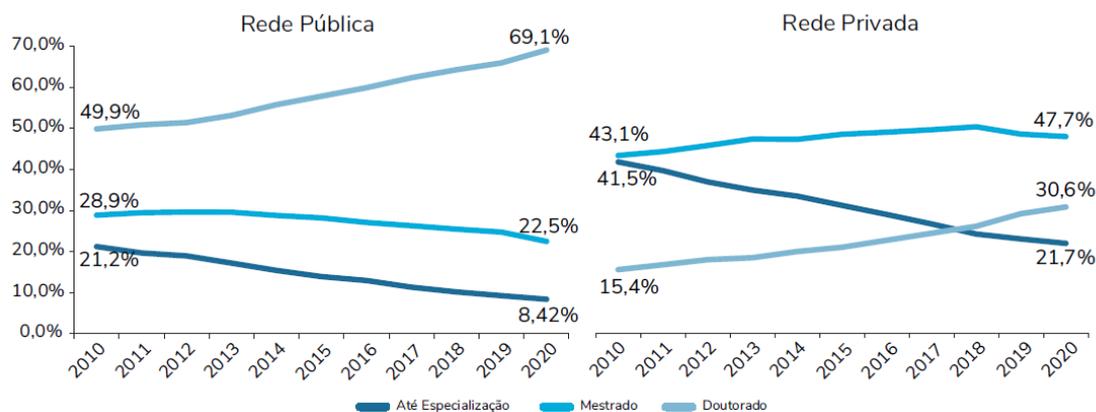
Pela própria lógica que conduz essas tendências (que, em verdade, são respostas do capital à sua crise estrutural), acentuam-se os elementos destrutivos. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. Como tem sido enfatizado insistentemente por diversos autores, o capital, no uso crescente do incremento tecnológico, como modalidade para aumentar a produtividade, também "necessariamente implica crises, exploração, pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza", entre tantas formas destrutivas (Carcheti, 1997: 73).¹² Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital.

Outra característica no que se refere ao trabalho do docente no Brasil diz respeito à contratação de especialistas, mestres e doutores (Figura 3). Enquanto na rede pública, há um aumento significativo no número de doutores; na rede privada, apesar do contingente de matrículas ser maior, a evolução de docentes doutores é menor, além do mais, o setor privado-mercantil é constituído majoritariamente por mestres. Isto, certamente, tem uma implicação no regime de trabalho.

Para compreender a baixa contratação de doutores no setor privado-mercantil, seria preciso desenvolver um estudo profundo no que diz respeito ao tema. No entanto, a tendência em reduzir os custos salariais e o cumprimento da exigência do Ministério da Educação (MEC) com relação à qualificação mínima do corpo docente nas universidades pode explicar a diminuição da presença de doutores no setor privado, especialmente com dedicação exclusiva.

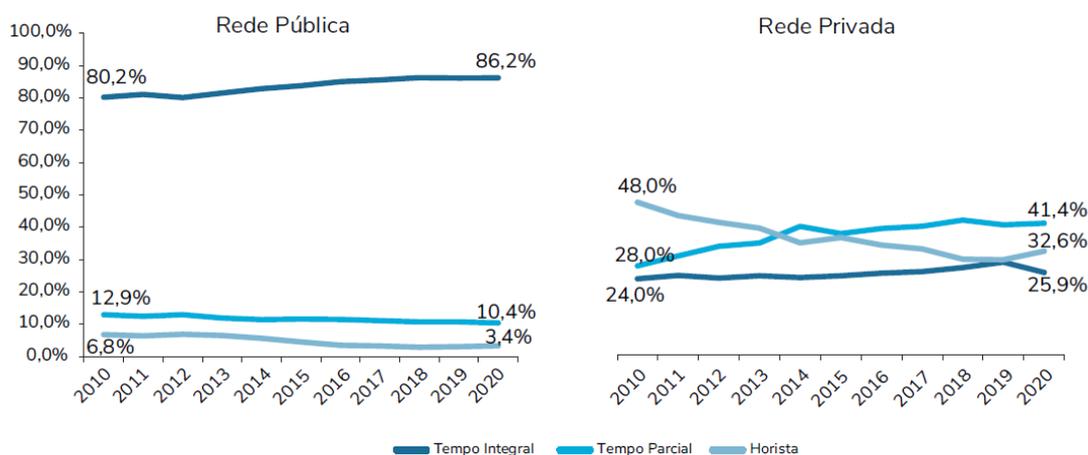
Figura 3 - Percentual de participação de docentes na educação superior por categoria administrativa, segundo formação – 2010-2020

Fonte: INEP (2020)



Em relação ao enquadramento funcional (Figura 4), enquanto na rede pública há um predomínio de professores em regime integral e os dados são constantes, no setor privado o arranjo é completamente diferente. As oscilações demonstram um cenário que indica mudanças institucionais fortes que interferem diretamente na formação e na qualidade do ensino. Outra informação importante para a análise do trabalho docente, se refere a forma de contratação e o regime de trabalho em cada setor (público e privado).

Figura 4 - Participação percentual de docentes na educação superior por regime de trabalho



Fonte: INEP (2020)

Os dados evidenciam que, enquanto na rede pública a expressiva maioria dos docentes são contratados em regime de tempo integral (86,2%, em 2020), na rede privada o regime predominante é o de tempo parcial e horista (com 74%, em 2020), o que demonstra a precarização do trabalho docente nesse setor, seguindo a lógica capitalista de obtenção do lucro

pela exploração do trabalho uma vez que a forma de contrato parcial e horista representa salários menores e uma redução do custo na folha de pagamento, além de outras formas de contenção de custos empreendida pelas empresas do setor privado.

4.2 O trabalho docente no grupo Laureate: qualificação, regime de trabalho e formas de contratação

Certamente, a maior parte é, de longe, a mais rentável das atividades financeiras acontece nos mercados de capitais. O florescimento desse mercado no setor educacional é recente, tendo um pouco mais de uma década. No entanto, o fato mais marcante da ascensão do capital financeiro são as orientações de decisões de investimentos relacionadas à intensidade da exploração dos assalariados e às formas que esta assume (CHESNAIS, 1996). É o caso dos grandes oligopólios educacionais.

Nesse item apresentamos os dados gerais dos docentes que trabalharam na rede Laureate no período de 2010 a 2020, considerando a qualificação, regime de trabalho e formas de contratação. Observou-se que nesse período, houve uma redução significativa no número de docentes nas IES vinculadas ao Grupo Laureate. Isto tem a ver, entre outros aspectos, com o contínuo exercício de demissões, sobretudo de professores mais antigos para a contratação de novos professores com baixa qualificação e em regime de trabalho temporário. Certamente, a redução de professores implica alterações no trabalho docente, tais como criação de novas atribuições, a crescente perda de direitos e a não progressão de carreira. Nesse período, a título de exemplo, constata-se que a média de afastamento para qualificação foi de 2,9%.

Tabela 15 - Situação dos docentes vinculados Laureate (2010-2020)

Ano	Em exercício	Afastado para qualificação	Afastado para exercício em outros órgãos/entidades	Afastado por outros motivos	Afastado para tratamento de saúde	Total
2010	4569	3	1	32	-	4605
2011	5592	3	-	58	-	5153
2012	5905	7	-	63	-	5975
2013	6023	2	-	40	3	6068
2014	6534	2	-	55	6	6597
2015	6615	2	-	94	2	6713
2016	6021	8	1	44	21	6095
2017	5829	2	-	1	2	5834
2018	5715	-	-	42	4	5761
2019	4573	-	-	-	-	4573
2020**	3969	∅	∅	∅	∅	3970*

*Categoria incluída no Censo em 2016;

∅No censo de 2020 não é mais possível fazer esse detalhamento

*Em exercício e afastado

FONTE: INEP (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020;2021) – Elaboração do autor.

Conforme Freitas (2018), a inserção da educação em um livre mercado competitivo tem como consequência a desqualificação do trabalho docente tanto na formação quanto no exercício profissional. Assim, a lógica concebe o trabalho docente da mesma forma que concebe a instituição de ensino: uma mercadoria. Nesse cenário, não há estabilidade no emprego, sindicalização etc., tendo em vista as condições que possibilitam o mercado de extrair mais-valor. Indiscutivelmente, as grandes empresas financeirizadas veem a estabilidade e os direitos trabalhistas como um bloqueio sob as punções de lucros.

No caso da Laureate, cabe uma nota crítica a respeito das consequências no universo sindical: há quase uma inexistência de professores afastados para o exercício de atividades em outros órgãos e entidades, incluindo-se a atividade sindical aqui. É importante indicar no tocante a essa temática que, em sintonia com o dossiê, havia uma política deliberada de embargo à sindicalização. Em consonância com o documento, a postura dos gestores era de demitir qualquer professor que solicitasse contribuição sindical.

Em relação ao regime de trabalho, em concordância com a análise da Tabela 15, observa-se uma tendência desfavorável em relação aos professores com dedicação exclusiva. O professor IV relata detalhadamente que havia uma prática de demissões de professores com carga horária integral, sobretudo por redução salarial. O professor associa também as demissões à lógica da financeirização. Para ele, as demissões de professores antigos estão diretamente associadas à contratação de novos professores com baixo custo salarial, corroborando a hipótese desse estudo.

Ainda conforme o professor, em 2017, a Laureate demitiu 2.500 professores do seu quadro de funcionários, no mesmo dia, as ações do grupo na bolsa de valores tiveram um aumento de oito pontos. Em outro momento, relata o professor que “[...] demitiram 70% dos professores EAD, e logo na sequência recontrataram professores por um valor mais baixo, eles demitiram todo mundo para contratar novas pessoas com valor de hora-aula mais baixo” (Id. 39404291 - P. 29).

Outro paralelo referente a deliberada política de demissões de professores é relacionado ao emprego de tecnologias. A Laureate contratou uma plataforma digital, Gomining, de correção de textos discursivos, de apoio à gestão acadêmica e, entre outras coisas, de agilidade no processo pedagógico. De acordo com o professor IV, a contratação desse serviço ocasionou instantaneamente na demissão de professores e na subsequente contratação de mais monitores que não se enquadram na categoria docente. Segue, na íntegra, o depoimento do professor:

[...] agora a gente tem um corretor aqui para fazer o trabalho de vocês, vocês não precisam corrigir e a ideia é que com isso vocês se liberem para fazer outras atividades”, 2 meses depois eles são demitidos né, e aí LAUREATE contratou um número muito menor, e agora não mais de professores, mas de monitores, que nem se enquadram na categoria docente, são pessoas apenas com graduação, são pagas um baixíssimo salário para trabalhar uma quantidade de horas, os caras recebem, sei lá, R\$1.500, R\$2.000, para trabalhar 40 horas semanais, 44 horas, e a ideia que eles fiquem ali num trabalho ali meio enfadonho de responder solicitação específica de alunos, mas o trabalho de correção não vai ser do professor e a lógica é sempre essa de minimizar custo, porque ai eles não precisam contratar professores EAD, que já vai ter já vai ter um Inteligência Artificial corrigindo as avaliações [...]. (Id. 39404291 - p. 34).

Esse tipo de contratação foi possível, devido a atribuição eventual de matérias e disciplinas a professores e tutores aos quais, independente de pertencer ou não ao seu campo de conhecimento, podiam atuar. Essa prática era clássica nos cursos EAD que, de acordo com o depoimento, “[...] numa disciplina EAD, você bota uma foto de um professor qualquer, enquanto do outro lado do computador, quem trabalha é um tutor mal pago, ou pago a preço baixíssimo [...]” (Id. Nº 39404291 - p. 30). A tabela 17, a seguir, apresenta os dados referente ao regime de trabalho dos docentes vinculados à rede Laureate no Brasil.

Tabela 16 - Regime de trabalho dos docentes vinculados a Laureate (2010-2020)

Ano	(TI) com Dedicção Exclusiva	(TI) sem Dedicção Exclusiva	(T) Parcial	Horista	Total
2010	214	1196	1138	2021	4569
2011	11	1529	1192	2360	5092
2012	69	1375	1843	2618	5905
2013	55	1868	1806	2264	6023
2014	57	1840	1775	2862	6534
2015	59	1806	1801	2949	6615
2016	57	1629	1589	2746	6061
2017	48	1646	1184	2951	5829
2018	-	1475	998	3242	5715
2019	1	1461	786	2325	4573
2020	-	1155	550	2264	3969

FONTE: INEP (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020;2021) – Elaboração do autor.

Conforme a Tabela 16, a relação entre os regimes de trabalho é desproporcional, especialmente entre os professores com dedicação exclusiva e os horistas. Observa-se que o regime de trabalho predominante do grupo Laureate é o de professor horista que representava, em 2020, 57% do total de docentes que trabalhavam. No outro extremo observa-se que, em 2020, não tinha nenhum contrato de trabalho com dedicação exclusiva e os contratos com tempo integral apresentaram uma redução de -37,23%, de 2014 para 2020.

É incontestável que a política de contratação da rede Laureate está em conformidade com as novas condições do mundo do trabalho impostas pelo projeto neoliberal, marcada pelas formas flexíveis de contratação e pelo desemprego (ANTUNES, 2009).

Os traços particulares da experiência do grupo norte-americano no país, permite elucidar uma das principais tendências que vem ocorrendo no mercado educacional: a implementação de novos mecanismos que têm submetido o trabalho aos ditames do capital. A estratégia da Laureate foi no sentido da flexibilização das relações contratuais que, somados à introdução de novas tecnologias, impactou no conjunto das relações trabalhistas e na condição do trabalho docente.

Essa flexibilização contratual pode ser conferida, ainda, no depoimento do professor II que, consoante a ele, o:

[...] CEO do EAD, ele chegou e demitiu vários professores antigos da casa e aí começou a contratar alguns professores via uma empresa terceirizada, então alguns professores começaram a trabalhar lá, não contratados pela LAUREATE, mas de uma empresa terceirizada, que ficavam praticamente o contrato de experiência que era de 3 meses né, então eles entravam ali e ficava até o final de semestre e eram desligados, então não eram nem contratados pela LAUREATE, eles davam as aulas sem serem professores contratados pela Instituição. (Id. 39404286 - p. 16).

A gravidade da denúncia exposta acima demonstra a estratégia utilizada pelo grupo para a exploração do trabalho docente, ou seja, sequer eram contratados em nenhum regime. Aproveitando-se da legislação trabalhista do Brasil, estabeleciam contratos com empresas terceirizadas que, por sua vez, estabeleciam contratos temporários de experiência por três meses e, em seguida, desligavam os docentes (o que coincidia com o final do semestre letivo).

Além disso, o professor afirma que, sequer, havia um plano de carreira. E eram orientados pelos gestores, se questionados pelo MEC, a dizerem que o plano de carreira estava em elaboração. Relativo a isso, a professora I menciona que, caso o professor mudasse de titulação (por exemplo, de mestrado para doutorado), a progressão de carreira era quase inacessível. Dependia da avaliação do professor entre o corpo discente, do coordenador, da carga horária e, sobretudo, de critérios subjetivos próprios da gestão. Não à toa, conforme já elencado, os dados sobre o afastamento para qualificação do trabalho docente são tão baixos frente à política de desvalorização profissional.

Isto tem relação direta com o estudo de Freitas (2018), especialmente no que tange às formas de controle do processo educacional e da precarização do trabalho docente. Para o autor, a lógica empresarial estimula os profissionais a trabalhar mais para ter aumentos salariais o que induz uma política de valorização seletiva. O professor que bate meta, agrega e traz resultados satisfatórios à empresa são “recompensados”. Na mesma lógica, os professores de baixo

desempenho deve ser demitidos e substituídos por outros mais eficazes ou alinhados aos interesses da empresa.

Para corroborar com a definição de Freitas (2018), conforme o professor IV, existia um clima constante de ameaças e constrangimentos. Em seu depoimento, relata que uma gestora da Laureate ameaçou um professor dizendo “se você não assinar e seu curso tiver nota baixa, a responsabilidade é sua” sob ameaça de demissão. A professora I afirma que foi demitida por contrariar as pressões feitas pelos coordenadores para que os professores ocultassem a verdade ao MEC.

Referente ao indicador da escolaridade dos docentes vinculados a Laureate, há uma curva descendente em relação aos docentes doutores, tendo como ponto mais alto da curva o ano de 2015 e, desde então, houve uma diminuição abrupta do quadro de professores, conforme a tabela abaixo. Observa-se também uma prevalência de especialistas e mestres no quadro geral de docentes, mesmo considerando as oscilações seguintes.

Tabela 17 – Escolaridade dos docentes vinculados a Laureate (2010-2020)

Ano	Sem graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2010	-	130	1577	2091	807	4605
2011	-	79	1705	2432	937	5153
2012	-	28	1895	2969	1083	5975
2013	-	-	1802	3096	1170	6068
2014	-	16	1866	3390	1325	6597
2015	-	2	1826	3424	1461	6713
2016	-	-	1568	3130	1397	6095
2017	-	1	1434	3055	1344	5834
2018	-	-	1407	3048	1306	5761
2019	-	-	1164	2419	990	4573
2020	-	-	992	2028	949	3969

FONTE: INEP (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020;2021) – Elaboração do autor.

Os dados expostos na Tabela 17, acima, evidenciam uma redução no número de docentes especialistas a partir do ano de 2015 até 2020. A mesma política de redução de mestres e doutores é adotada a partir desse mesmo ano, o que repercute no total de docentes contratados que apresenta uma redução de -13,8% de 2010 a 2020. Os dados evidenciam ainda que, no ano de 2015 apresentou o maior número de docentes contratados em todo o período analisado (6.713), sendo reduzido a cada ano subsequente. De 2015 a 2020 o percentual de docentes demitidos chegou a 40,9%. Se compararmos com os dados de estudantes matriculados no período de 2010 a 2020 houve um crescimento de 92,2%, sendo que em cursos EaD o

crescimento foi de mais de 1.600% (vide Tabela 12) enquanto o número de docentes foi reduzido de forma substancial o que indica como o trabalho docente vem sendo intensificado, em especial, a partir de 2015.

Conclui-se que a política adotada pela rede Laureate-Brasil é a de aumentar sua lucratividade com a exploração da mais-valia absoluta e relativa do trabalhador docente. A análise dos dados corrobora com a hipótese da intensificação e precarização do trabalho docente como será aprofundado no item seguinte.

4.3 A flexibilização do trabalho docente na Laureate: expropriação/intensificação do trabalho e perda da autonomia intelectual

É importante destacar que no dossiê os docentes denunciam que, durante o processo de avaliação do MEC, a Laureate recorria a atribuições “relâmpagos” para as quais docentes eram designados como coordenadores interinos de curso, membros de instâncias acadêmicas-pedagógicas e também como professores de disciplinas. As pressões de gestores para que docentes com a titulação necessária assumissem coordenações e disciplinas fora de suas áreas de formação tinha como tática burlar o credenciamento, recredenciamento ou avaliação para que os cursos contaram com a quantidade mínima exigida de profissionais qualificados, em sua maioria mestres e doutores.

Estes professores eram constantemente coagidos, como fica provado no depoimento da professora III, coordenadora de diversos cursos da área de saúde da UNIFACS, entre 2009 e 2019, que teve que dar aula em outros cursos: “[...] esse semestre você vai dar aula no curso de Nutrição, um exemplo. Nutrição porque você tem o mestrado então isso agrega valor porque vai ter reconhecimento do curso” (Id. 39404287 - p. 3).

A professora cita, após as IES serem adquiridas pela Laureate, que houve um processo de intensificação do trabalho que levou “[...] fadiga de cansaço, o corpo de gestores, que levou a gente a um estresse emocional muito forte, porque a gente tinha que criar coisas que muitas vezes não iam de encontro com o que nós gostaríamos de fazer [...]” (Id. 39404287 – p. 4).

Já o professor II relata que era “convencido” a dar aula em cursos mesmo não sendo habilitado. Conforme o depoimento:

[...] dei um curso de um semestre de história medieval oriental, eu não sabia nada sobre história medieval oriental até ser designado para dar essa disciplina na Faculdade, eu nunca tive nenhuma formação mínima em História medieval oriental que me habilitasse a isso (Id. 39404286 - p. 11).

A respeito disso, o professor continua:

[...] eu sequer tinha conhecimentos do assunto e o material que era fornecido, que eram as apostilas, segundo alguns professores, não era para eu me guiar por aquele material porque era um material que, inclusive, continha uma Teoria da Conspiração sobre um sobre um povo judaico que teria habitado ali a região dos povos eslavos, ali perto da onde seria a Croácia e tudo mais, que era uma espécie, depois a gente foi ver isso era uma teoria da conspiração, esse não esse povo nunca foi um reino que existiu. Eu cheguei a dar uma aula mencionando porque como não tinha formação acabei mencionando isso, depois a gente viu o que esse povo esse povo não, na verdade, considerado um povo, um reino judaico que havia naquele lugar (Id. 39404286 - p. 11).

Ainda sobre a titulação, o corpo de tutores nas modalidades presencial e EAD era constituído majoritariamente por mestres e especialistas na área objeto da tutoria, tendo também graduados. Estes tutores eram compartilhados por diversas IES pertencentes ao grupo, muitas vezes sem a devida formação. O dossiê aponta que docentes, com diferentes titulações, eram compelidos a concordar com atribuições para as quais não foram contratados, como, eventualmente, prestar serviços em outras instituições de ensino do grupo conforme “as necessidades” da empresa, sem a devida anotação na carteira de trabalho.

Além desses aspectos, a Laureate estabeleceu, no âmbito da gestão, uma nova categoria profissional relacionada ao trabalho docente exigida pelo grupo aos docentes contratados: o professor generalista. Eram profissionais não certificados/diplomados, isto é, sem qualificação específica para o exercício das distintas ocupações. Conforme o dossiê, para a Laureate “é só ler um e-book para lecionar qualquer disciplina e preparar questões para diferentes disciplinas”. Nesse contexto, o dossiê denuncia que é uma evidente prática de:

[...] descumprindo a legislação e os códigos de ética das profissões e dos especialistas, a Laureate exige que seus docentes lecionem em áreas nas quais não possuem aderência. Como exemplo, da professora 2, educadora física, que leciona disciplinas no curso de enfermagem. Ou mesmo a professora 3, assistente social, mas que fora obrigada a produzir conteúdo para a disciplina de libras¹⁶ (DOSSIÊ, 2019, p. 10).

O relato da professora 4, mestra em Biologia Molecular, evidencia a feição das atribuições de aulas e atividades fora da área de aderência e acompanhamento de disciplinas fora da área de formação dos docentes vinculados ao grupo. Segue o relato da professora:

Sou formada em biologia, com Mestrado em Biologia Molecular de plantas, e estava dando aula de Gestão em Serviços de Saúde, por exemplo. Não sou da área da saúde, muito menos da área de gestão. Inclusive, solicitei para a fulana [ocultado o nome da gestora] não mais me atribuir a disciplina, porque eu não dominava o assunto, mas foi negado por ela. Em junho/2018, a fulana enviou uma planilha com as disciplinas e pediu para falarmos quais estavam dentro de nossa área. Preenchi a planilha e não

¹⁶Ocultamos os nomes das professoras por questões éticas e legais.

coloquei Gestão em serviços de saúde como matéria que eu estaria apta a dar, mas mesmo assim caiu comigo de novo (DOSSIÊ, 2019, p. 11).

Outro item importante que corrobora com a categoria de professor generalista é a situação dos tutores. Com base no documento, estes não somente atuavam fora de sua área de aderência, mas também substituindo os docentes. Isto se dava, especialmente, sem anuência dos profissionais, por meio de “empréstimo”, deliberado pela gestão, de *login* e senha de acesso às ferramentas digitais da instituição. Como consta entre as denúncias expostas no dossiê:

Exemplo emblemático é da tutora 1, formada em Direito, mas que corrigia atividades da disciplina Matemática Financeira. Como ilustrado no ANEXO 3.1, é tarefa quase impossível definir a área de formação de um profissional do EAD Laureate olhando apenas a grade de disciplinas sobre sua atribuição. Ademais, percebe-se duas outras irregularidades sempre associadas a este tipo de situação: a realização do trabalho docente pelo tutor, e a execução de trabalho realizado por um profissional sem formação e competência na área (DOSSIÊ, 2019, p. 11-12).

Essa irregularidade é parte do processo de expropriação do trabalho¹⁷ que, no caso aqui analisado, se dá por meio da substituição da mão de obra do trabalhador qualificado (o docente) pela contratação de tutores (que não possuem, necessariamente, a qualificação exigida para os docentes), aliada ao uso das tecnologias de comunicação, por meio do uso de plataformas digitais, seja em cursos EaD ou em cursos presenciais.

O caso relatado no Dossiê e exposto na Figura 5, a seguir, demonstra o tipo de expropriação do trabalho que o docente vem sendo submetido, ao ser designada uma quantidade diferenciada de disciplinas que extrapolam sua qualificação o forçando a executar atividades que não domina, o que podemos denominar como forma de flexibilização do trabalho.

¹⁷A expropriação do trabalho se dá de duas formas: por meio das extensivas jornadas de trabalho (que foi controlada por meio da limitação da jornada de trabalho). Outra forma se dá por meio da mais-valia relativa (MARX, 2013). Essa se dá por meio das inovações tecnológicas na qual o ritmo de trabalho é intensificado sem, contudo, ter que ampliar as horas trabalhadas, ou seja, aumenta-se a produtividade do trabalho em menos tempo mediante os progressos técnicos.

Figura 5 - Anexo 3.1



Fonte: Imagem [Anexo 3.1] (Num. 39412951 - p. 5)

É perceptível a mudança na organização do trabalho, na qual ao torná-lo mais flexível, transforma os docentes disponíveis como mera capacidade produtiva a fim de aumentar o lucro do capitalista.

Outro ponto fundamental que não se pode deixar de mencionar neste trabalho é referente ao uso da produção intelectual sem prévio consentimento, “disciplinas fantasmas” e trabalho sem anotação na CTPS. Professores relatam a apropriação indevida de material intelectual (banco de questões, e-books e conferências online) utilizados em IES para as quais não trabalhavam. É o caso do professor 5 que denuncia no trecho a seguir destacado:

É o caso do professor [Nome ocultado], por exemplo, que nos relatou, com base na troca de e-mail com o gestor 1 (ANEXO 1.4) que chegou a produzir e-books para uma série de disciplinas, a princípio naquelas IES para as quais fora contratado. Construiu todo o material didático sem a devida remuneração, conforme ministrava as aulas e gravava a webconferências (DOSSIÊ, 2019, p. 12).

Este mesmo professor produziu novos conteúdos para outras disciplinas ministradas por ele nas IES que estava vinculado. Porém, descobriu, no final do semestre de 2018, que todo o material produzido por ele estava sendo veiculado não apenas nas IES que trabalhava, como também em outras instituições da rede, sem a aquiescência dele. O referido docente só pôde constatar a irregularidade, quando foi requisitado para a correção de algumas questões

pendentes da sala virtual da UniRitter (ele não possuía vínculo empregatício com esta instituição). Ou seja, com base nas denúncias expostas no dossiê:

(...) fizeram uso de suas videoaulas e de toda sua produção intelectual sem o devido consentimento e sem a devida remuneração, já que afinal, Gaspar produziu toda a disciplina e recebia por isso “horas administrativas”. Na prática, o episódio aponta uma prática recorrente da Laureate, de “copiar e colar” disciplinas inteiras de um professor para aquelas IES de interesse, conforme sua conveniência (DOSSIÊ, 2019, p. 13).

Outra denúncia citada se refere ao fato de que os docentes também eram coagidos a assinarem contratos abusivos para gravação de aulas. Uma das estratégias da Laureate Brasil era comprar os direitos autorais das aulas gravadas, por sessenta anos, no valor irrisório de 4(quatro) mil reais pela cessão de direitos, com a finalidade de reduzir as despesas com o corpo docente. No entanto, o mais grave nesta denúncia é que, ao comprar os direitos de imagem, a Laureate “demite a maioria do corpo docente, não lhes paga os devidos encargos e depois ainda os impede de tornarem públicas eventuais irregularidades (ANEXO 1.5)”.

Essa compra de direitos autorais das videoaulas, seguidas da demissão em massa dos profissionais tem ainda duas implicações fundamentais. A primeira é que a Laureate Brasil, seguindo a tendência em curso no setor da educação privada, caminha para a consolidação de uma educação sem professor. A segunda tem relação com as estratégias da própria Laureate, que anunciou recentemente a disposição de transformar as suas videoaulas, e-books e banco de questões produzidos pelos seus (ex)professores em mais uma das suas mercadorias. A empresa passará a comercializar “materiais didáticos” fechados para quaisquer outras IES interessadas (DOSSIÊ, 2019, p. 16).

Fica evidente a busca por diferentes formas de expropriação do trabalho do docente, ou seja, a empresa utiliza-se de estratégias “legais” forçando o docente a vender os “direitos autorais” por um valor irrisório para poder utilizar o produto, em diversas formas de aferir lucro. É a exploração do trabalho em sua forma mais terrível que afeta a autonomia do trabalho docente que é forçado a “vender” seu trabalho intelectual para ser utilizado por meio de plataformas digitais, integradas à rede mundial de computadores. Como resultado desse processo, o docente perde o controle sobre seu trabalho que passa a ser utilizado como mercadoria/serviço/produto comercializado pela empresa para obtenção de mais lucro.

Associado a essas condicionantes, o número de estudantes por turma é outro aspecto que indica intensificação do trabalho docente. No dossiê, é indubitável o processo de corrosão associado à docência em turmas muito numerosas. O professor I denuncia que houve turmas com, aproximadamente, 180 alunos. Consoante a ele, houveram professores que ficavam com mais de 2.000 mil estudantes sob sua responsabilidade. Além do tamanho das turmas, também haviam as atividades de coordenação de curso. Este professor, a exemplo, foi coordenador de

seis cursos de diferentes faculdades, tanto na FMU quanto na UNP. Ele estima que o contingente de alunos, somados nos seis cursos que trabalhava, chegavam a 3000 (três mil).

Ele também afirma que houveram momentos, durante o período de avaliação, que a coordenadora ligava nos feriados exigindo que realizasse atividades fora do horário de trabalho sem que isso gerasse horas extras. Nas palavras do professor:

[...] acabei tendo que trabalhar no domingo de manhã, eu tinha pessoas visitando minha casa que acabaram tendo que sair com a minha esposa, e eu fazendo as demandas que ela tinha pedido que era basicamente do preenchimento do formulário de revisão de alguns [...]. (Id. 39404286, p. 08)

O depoimento do professor IV, contratado em 2018 para trabalhar na modalidade EAD, diz que por semestre tinha em torno de 15 a 20 mil estudantes sob sua responsabilidade. Em conformidade com o professor, caso fosse questionado quanto ao número de estudantes, tinha que disponibilizar ao MEC dados falsos:

“ó, GABRIEL, se você for perguntado por isso, diga que você não tem 15, 20 mil alunos, diga que você tem 3,5 mil” “se perguntarem pra você se há plano de carreira, diga que tem, que já está sendo protocolado no Ministério de Trabalho e que vai passar a vigorar em 2019” (Id. 39404291 - p. 5).

Além de burlar o MEC em relação ao número de estudantes atendidos, o docente era assediado para que fornecesse informações falsas em relação ao plano de carreira que, de fato, não existia.

No que se refere ao número de alunos por turma, aspecto fundamental quando se pensa numa educação em condições de qualidade e condições de trabalho adequadas para os docentes (ALVES e PINTO, 2011), a carga horária dos professores e tutores contratados pela Laureate, em regime de tempo, variam entre vinte a quarenta horas, atendendo de 7.000 mil a 15.000 mil estudantes. Isto é, o dossiê aponta uma quantidade substancial de alunos sob responsabilidade de poucos docentes e tutores. Destaca, ainda, que o número de alunos por disciplina chegava, em alguns casos, a 45.000 alunos.

Nessa mesma linha, outra denúncia sobre as formas de intensificação do trabalho e da superexploração se manifesta nas relações de trabalho em relação a novos mecanismos geradores de trabalho excedente (ANTUNES, 2008). A Laureate desenvolveu um sistema de remuneração, cuja parte da carga horária dos professores era denominada de hora-aula técnica ou administrativa.

Para este momento “administrativo”, a Laureate estabelece que o trabalho docente deve ser do tipo de correção de exercícios, preparação de trabalhos, entre outras coisas. E, para tanto, o professor recebia a metade do que, também foi caracterizado pela Laureate, como hora-aula

docente. Uma estratégia da Laureate de degradar o salário dos docentes vinculados ao grupo para maximizar os lucros. Conforme revela o dossiê:

(...) os professores recebiam parte das horas trabalhadas como horas administrativas, no valor de R\$13,45 para desenvolver as mesmas atividades elencadas acima. A política da empresa, para fazer crescer seus lucros, foi a criação do que nomearam “horas administrativas”, tarefas que na prática inexistiam, com raras exceções. O que constatamos, em geral, é uma estratégia deliberada da empresa de rebaixar, ainda mais, o salário dos professores. Os professores tomavam conhecimento da composição de seu salário com horas-administrativas quando do primeiro pagamento, já que tal composição não constava em seus contratos de trabalho (DOSSIÊ, 2019, p. 07).

Acerca disso, não há nenhuma normativa que regulamente a prática desempenhada pela Laureate na Resolução no 3, de 2 de julho de 2007, do Ministério da Educação (MEC) que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula. Neste aspecto, a lei é categórica, de acordo com Art. 3º da resolução, a carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho docente efetivo havendo, portanto, divisões entre hora-aula administrativa e hora-aula docente.

Todavia, de acordo com o dossiê, “era comum que muitas de suas atribuições fossem sub-remuneradas como ‘atividades administrativas’. (...) rebaixando significativamente seus vencimentos [dos docentes]”. (DOSSIÊ, 2019, p. 18). Segue, abaixo, outro trecho importante para destacar do dossiê que corrobora com o exposto:

Não só orientação de TCCs e acompanhamento/orientações de estágios curriculares, que são tarefas docentes por definição eram pagos como “atividades administrativas” (metade do valor das horas aula), como até mesmo aqueles professores sem nenhuma dessas designações recebiam horas administrativas de modo arbitrário por parte da empresa, ainda que todas as suas atividades realizadas durante a jornada de trabalho fossem atividades docentes (DOSSIÊ, 2019, p. 18).

Reforçando a denúncia, um relato de um professor presente no dossiê é revelador. Conforme o docente:

[...] havia um professor que cuidava de estágio, que se a gente somasse todos os estágios que ele tinha, todos os estágios que ele cuidava, dava mais ou menos 80 horas-aula na contabilidade total. No entanto, ele não recebia por nenhuma dessas horas-aula e isso contava ali pra ele como 20 horas administrativas, ou coisa assim. E era um trabalho que era para ler relatórios de estágio, de várias turmas, assinar projetos de estágio, assinar contratos de estágio, e que tomavam ali a maior parte do tempo do professor, mas ele não era pago pra isso. Mas quando isso vai ser apresentado pro MEC, conta como designação de aula. E nenhum professor recebia a designação de aula "Estágio" nas designações. Ele era designado como atividade administrativa. Então isso foi falsificado lá na hora de apresentar pro MEC, alguém que era responsável por "Estágio", colocou-se ali um professor. E na hora de atribuir ali algumas CRTs ali, né, a distribuição de aula, a [nome ocultado] pegou ali as atribuições dos professores e rabiscou ali na nossa frente, mandou outra menina fazer, coletar as assinaturas e isso foi apresentado pro MEC. Mas muitos dos professores

sequer deram aquelas aulas que estavam ali anotadas e, principalmente, o estágio (DOSSIÊ, 2019, p. 33).

Essas informações, normatizadas e formalizadas nos documentos levantados pelos ex-professores vinculados a Laureate, demonstram que os materiais acadêmicos produzidos por docentes nas “horas administrativas”, além de indevidas, são artifícios utilizados pela empresa, numa rede de funcionamento ilegal, em que devem assumir um número infinito de disciplinas, sem o devido pagamento. Acerca disso, o dossiê aponta:

[...] a empresa se evadia dos custos de contratação de novos profissionais, enquanto replicava todas as suas produções, virtualmente, em qualquer IES, criando “disciplinas fantasmas”, sem professores formais e sem pagar por isso. Na ocasião, ao conversarem com “fulano”, outros professores relataram ter passado pela mesma situação, fatos que por si só já justificam uma auditoria nos servidores da Laureate, buscando precisar exatamente quantos profissionais tiveram seu trabalho usurpado pela Laureate Brasil (DOSSIÊ, 2019, p. 13).

Além de não efetuar o pagamento devido aos docentes, a empresa se apropriou da autonomia intelectual de forma ilegal ao utilizar a produção intelectual dos mesmos como forma de obtenção de lucro, o que caracteriza a expropriação do trabalho, numa relação capitalista perversa.

Além dos dados já descritos anteriormente relativos ao pagamento dos docentes que atuaram na Laureate-Brasil e que integra o dossiê em análise, é importante destacar, no que diz respeito à questão salarial é o frequente atraso do pagamento sem justificativa. No dossiê diz o seguinte:

Os salários deverão ser pagos, no máximo, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, considerando que sábado é dia útil, conforme Instrução Normativa número 01 do MTE, de 7/11/1989. Parágrafo único – O não pagamento dos salários e da gratificação natalina nos prazos legais obriga a MANTENEDORA a pagar multa diária, em favor do PROFESSOR, no valor de 1/50 (um cinquenta avos) de seu salário mensal (DOSSIÊ, 2019, p. 09).

Ainda consta no Dossiê que, “as multas nunca foram pagas. Os erros nos pagamentos eram comuns, com diferenças significativas no salário dos professores, variando de R\$ 200,00 a R\$ 2.000,00” (DOSSIÊ, 2019, p. 09).

Apesar do desenvolvimento de uma plataforma o de “Report de análise – remuneração EAD Laureate – Docentes” para que professores e tutores relatassem os anacronismos nos pagamentos, persistiam os atrasos. Em relação a isso, o dossiê é categórico em afirmar que este artifício se constitui em uma “prática política da empresa em questão” (DOSSIÊ, 2019, p. 9). Também é exposto a atividade incomum da gestão de alterar, inadvertidamente, a carga horária

dos docentes, ainda, durante o andamento do semestre, sem qualquer ajuste salarial e anuidade prévia.

A redução dos salários no meio do semestre, sem justificativas, é uma prática da empresa mesmo quando atribuídas novas disciplinas, conforme relatou a professora I. A prática era designada pelo pomposo nome de Professor(a) Colaborate, sinônimo de trabalho gratuito, semiescravo (ANEXO 1.2) (DOSSIÊ, 2019, p. 09).

Consta, no dossiê, que o valor da hora-aula dos docentes é de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos). Além de ministrar aulas, aos docentes são atribuídas outras tarefas, tais como: revisões do conteúdo de cada disciplina; elaborar questões; identificar erros nos e-books; preparar aulas; inserir recados para os alunos quase que diariamente; responder às questões feitas pelos mesmos, tendo de fazê-lo no prazo de 48 horas; gravar as aulas; veicular as aulas na plataforma; corrigir provas, comentando as questões e as notas atribuídas individualmente, entre outras.

4.4 Formas de gestão e avaliação da Laureate – repercussões no trabalho docente

O modelo de gestão adotado na Laureate-Brasil está interligado ao modelo de governança corporativa. Nesse modelo, a meta é a busca permanente pela redução de custos e aumento da lucratividade. As decisões são deliberadas de forma centralizada pela empresa como será evidenciado.

De acordo com o relato do professor IV, além de não haver espaços colegiados, existia um processo que ele define como “reuniões de alinhamento” para “[...] assinar documentos de reuniões que nunca aconteceram, as atribuições para esses postos-chaves eram totalmente irregulares ou sem nenhum critério, a não ser critérios que maximizassem a nota das IES [...]”. (Num. 39404291 - p. 9).

Ainda em conformidade com o professor IV, nas reuniões de alinhamento, para serem orientados a praticar atos ilícitos como fraudar ata, os professores, inclusive, eram coagidos a mentirem e omitirem informações relativas ao plano de carreira e remuneração.

Conforme o dossiê, havia uma prática sistemática da Laureate em burlar os referenciais estabelecidos pelo MEC no que diz respeito à avaliação, revisão e validação dos diferentes tipos de mídias e materiais didáticos utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos cursos EAD. Ao invés desse processo ser realizado por equipes colegiadas formada por professores e pessoal especializado, o material era feito por pessoas externas, ou seja, os docentes e tutores recebiam tudo pronto. Conforme o documento, “[...] Tudo já vinha pronto, de cima, feito por terceiros,

contendo inclusive inúmeros erros (incorrekções técnico-conceituais nos e-books, problemas ortográficos, etc. [...])” (Num. 39412549 - p. 15).

Os relatos presentes no dossiê afirmam que as instâncias colegiadas não existiam, especialmente no segmento EAD. E, quando constituídas para o cumprimento das “formalidades” estabelecidas pelo MEC, era com base na prática contínua de fraudes que submetia o trabalho docente ao assédio moral.

Concernente as visitas do MEC, havia uma pessoa responsável apenas por coordenar as ações preparatórias de “maquiagem” nas vésperas das visitas e também era a responsável por direcionar os avaliadores conforme a estratégia desenvolvida pela empresa para falsear informações no processo de (re)credenciamento. De acordo com o relato, citando como exemplo dessa prática o curso de Pedagogia que precisava de uma brinquedoteca, assim “[...] aonde acontecem algumas aulas com os professores, aulas experimentais com esses brinquedos, essa sala foi montada especificamente para esta visita e depois foi desmontada [...]” (Num. 39404286 - p. 5).

Outra denúncia feita se refere ao “maquiamento” de informações pois, deliberadamente, falsificavam as horas dos professores e “[...] calculavam quanto deveria colocar de carga horária para cada professor, para que eles pudessem justificar a presença daqueles professores no NDE [Núcleo Docente Estruturante] e colegiado [...]”. Isso tem a ver com o fato que existia na Laureate um enorme contingente de professores horistas, que é desproporcional ao número de professores em tempo integral. Conforme o CONAES Nº. 4, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE, para fazer parte desse deve a haver contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso.

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso. Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso (CONAES, 2010a).

Estes dois órgãos colegiados obrigatórios estão relacionados ao compromisso com a gestão acadêmica através da prática, do projeto pedagógico curricular e da melhoria contínua do curso. Para tanto, é essencial a formação e experiência do docente desenvolvendo competências na gestão acadêmica, com titulação coerente com a atuação; formação acadêmica e profissional, com competência acadêmica e pedagógica, bem como experiência fora da academia; dedicação à administração acadêmica que atenda a quantidade de alunos, professores

e compromissos institucionais; articulação e implantação das políticas de gestão institucional, através dos objetivos e metas do PPC, PDI e PPI e participação dos órgãos do NDE e colegiado.

Desta forma, um professor horista não pode fazer parte tanto do NDE quanto do colegiado. Em vez de contratar docentes em tempo integral, a Laureate realizava esses “ajustamentos” na carga horária de professores horistas para justificar as assinaturas nas atas. Conforme o professor, a coordenadora dizia “não, se ele faz essa hora ele é horista, ele não pode ser do NDE e colegiado, então vamos mudar” (39404286 – p. 6). Ainda conforme o depoimento, para aqueles professores horistas que se recusaram a fazer parte do NDE e do colegiado, havia pressão e assédio moral para que aceitassem.

Além disso, os professores eram coagidos durante a visita do MEC a prestar informações falsas aos avaliadores, como falsear sobre quais seriam os seus verdadeiros locais de trabalho. Conforme o professor II, havia uma pressão para os docentes vinculados ao grupo para prestar informações contra procedentes para os avaliadores do MEC, com a finalidade de obterem credenciamento de cursos, tanto em presencial quanto EAD. De acordo com o depoimento, “[...] havia uma pressão para os professores, e muitos professores cederam, professores (...) com medo de perder o emprego, até pelo assédio [...]” (Id. 39479496, p. 26).

O professor II afirma que, após a aquisição da UNIFCAS pela Laureate, a IES passou por um processo de “verticalização” e “remodelação”, isto é, de uma uniformização de diretrizes que era determinado pelo CEO da Laureate. Segundo ela isso implicava em processos generalizados de fraude:

[...] era como se fossem Ctrl C + Ctrl V. A impressão enquanto professora. Porque assim, quando eu fui reconhecer o curso, que mais para frente eu vou falar um pouquinho, era mais ou menos assim, olha, o MEC visitou tal Instituição, as pontuações foram essas, essas e essas, os documentos estão aqui, coloca o nome da UNIFACS agora. Mais ou menos assim, como se fosse... (Id. 39479496 - p. 47).

No que tange a estrutura, a professora afirma que, em razão da visita do MEC eram criados gabinetes e salas de professores, sala de coordenação, laboratórios, instalação de armários, contratação de técnicos e entre outras coisas para simular condições que não existiam. Todavia, logo após a avaliação, os espaços recém-criados foram se extinguindo. A exemplo, a professora cita que:

A sala de NDE existia, no dia seguinte deixou de existir. Foram feitos gabinetes específicos para os coordenadores para a métrica, no dia seguinte, voltou tudo ao normal. Eu me lembro perfeitamente que uma era a sala de vestibular agendado, a outra era a sala de TI, outra era sala de apoio à coordenação que por andar tem um. Eles tiraram, fizeram gabinete de coordenação, mandaram fazer os letreiros por fora, a parte de acessibilidade, com o *touch*, tudo leitor. Eu me lembro perfeitamente do apoio de coordenação que a gente nunca teve no *campus* aqui impressora. E era uma

coisa que eu batalhava por causa de impressora na coordenação, porque eu não conseguia trabalhar sem impressora. Aí no dia, nas vésperas, chegou à impressora. Quando foi no outro dia cedo, bem cedo, eu cheguei para trabalhar e a impressora já não estava mais. (Num. 39404287 - p. 14).

Também cita que, para o processo de (re) credenciamento, foi criada uma biblioteca que também deixou de existir após a visita do MEC. Em conformidade com a professora:

Então, para o recredenciamento, eu me lembro que foram migrados alguns livros emprestados, alguns livros que Salvador tinha bastante e precisava migrar para a Feira de Santana alguns, e fizeram principalmente para as disciplinas EAD. Aí, migraram para a Feira de Santana. Mas eu não me lembro agora detalhes para o recredenciamento. Eu só me lembro que fizemos essas migrações. Inclusive, através de mim foram mandadas algumas caixas para a Feira de Santana, que eu me recordo que eram livros de cursos de modo geral, para o recredenciamento. Aí, depois eu falo do reconhecimento (Num. 39404287 - p. 14).

A questão da biblioteca era um aspecto sensível para a professora, especialmente pela cobrança dos estudantes. Além disso, a professora cita que a matriz curricular dos cursos era constantemente alterada sem qualquer discussão com a comunidade acadêmica que, segundo ela, “[...] a gente não opinou, como está na ata que eles mandaram pronta para a gente assinar” (Num. 39404287 - p. 20).

Para o professor III, muitas disciplinas de EAD não tinham, sequer, professores e nem tutores “[...] a ponto de no final de semestre, ali perto de vencer o prazo, de encerrar os dias letivos né, elas eram distribuídas e aí sim pra tutores corrigirem às pressas, colocado uma gravação de professor” (Num. 39404291 - p. 9).

Em suma, todas estas denúncias minuciosas, compactas neste capítulo, versam sobre os efeitos do processo de financeirização da educação superior no trabalho docente utilizando como exemplo, a atuação de uma rede privada de ensino, a Laureate-Brasil, que para aumentar sua lucratividade, desenvolveu uma série de práticas irregulares afetando a autonomia dos docentes; promovendo demissões por conta da substituição do trabalho dos professores por *softwares* de inteligência artificial; expandindo os cursos de educação a distância e reduzindo os cursos presenciais como forma de intensificação do trabalho docente; promovendo fraudes em documentos oficiais que são enviados ao Ministério da Educação; praticando irregularidades na contratação dos docentes, entre outros.

As ações desenvolvidas por esse grupo empresarial estão diametralmente opostas a um modelo de educação democrática, de qualidade e socialmente referenciada. Dessa maneira, pode-se perceber que a financeirização do ensino superior privado, tem consequências imediatas sobre o trabalho docente e, por extensão, na qualidade do ensino. A desvalorização

e desqualificação sofridas pelos professores estão alinhadas à desprofissionalização, isto é, na perda da identidade profissional (NORONHA, 2001).

De acordo com Laval (2019), as reformas liberais na educação são duplamente orientadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica que, por consequência, leva à profissionalização das instituições de ensino atentas às necessidades econômicas, que são particulares e inconstantes. Conforme o autor,

a profissionalização é um dos sustentáculos da nova ordem escolar. Embora seja uma tendência antiga e derive da própria forma da sociedade salarial, o neoliberalismo se apresenta hoje como uma radicalização dessa lógica. O fenômeno mais significativo é que todos os níveis e todas as carreiras escolares, e não só os últimos anos ou não só as carreiras tecnológicas e profissionalizantes, são afetados. A profissionalização se tornou um imaginário que gostaria de reinterpretar todas as ações e todas as medidas pedagógicas por um único objetivo. Essa ideologia, que transforma a política educacional em uma política de adaptação ao mercado de trabalho, é um dos principais caminhos para a perda de autonomia da escola e da universidade (LAVAL, 2019, p. 87).

Como se sabe, a prática docente requer conhecimentos científicos, material didático e uma constante atualização dos múltiplos saberes. Todavia, existe o incremento da lógica fabril no ensino superior, conferido pelo crescimento dos subcontratos. Segundo Antunes (2008), este processo é reforçado pelo desemprego estrutural e pela crise estrutural do capital que força, tantos os trabalhadores como os proprietários de empresas, a buscarem alternativas de trabalho, em condições muito adversas, tendo como consequência o alargamento da precarização, aumento do trabalho parcial, temporário, terceirizado, informal.

Diante disso, Ricardo Antunes desenvolve três hipóteses acerca das tendências do trabalho:

A primeira hipótese — a meu juízo, constatada — é que a pandemia permitiu que os capitais, as corporações e, especialmente, as plataformas digitalizadas fizessem várias experimentações do trabalho nos laboratórios do capital, gestadas durante a pandemia. Essa hipótese me permitiu chegar a uma segunda, que pode ser assim resumida: o capitalismo de plataforma parece ter algo em comum com a protoforma do capitalismo, ou seja, com o capitalismo em sua forma primeira, vigente durante a Revolução Industrial. E por fim, a terceira hipótese, que assim posso sintetizar: com o advento da Indústria 4.0 e a explosão do trabalho digital, on-line, intermitente, uberizado etc., estamos ingressando numa nova era de “desantropomorfização do trabalho”, conceitualização que tomo emprestada de Lukács (2013) e que significa enfatizar que adentramos em uma fase de redução ainda maior da dimensão humana no trabalho [...] (ANTUNES, 2021, p. 13).

Segundo o autor, apesar de mesmo antes da pandemia já fosse possível observar altos índices de informalidade, de precarização e de desemprego, consequência das mudanças na legislação brasileira somados aos efeitos da crise estrutural, a pandemia deu início a um

processo de “proliferação de uma miríade de trabalhos intermitentes, ocasionais, flexíveis etc., além de uma taxa explosiva de desemprego” (ANTUNES, 2021, p. 14). Seguramente, os efeitos da pandemia somado com a crise econômica podem até explicar as demissões ocorridas em 2020. Todavia, é importante ser destacado que esse processo já vinha ocorrendo na rede Laureate desde 2015, assim como a substituição do trabalho docente pela contratação temporária de tutores sem a devida qualificação, para atender ao crescimento dos cursos de EaD cuja atratividade se ampliou com a pandemia.

É evidente que, diante desse cenário, a educação vai deixando de ser um bem público, e adquire cada vez mais o caráter de mercadoria, isto é, de bem privado comercializável, sofrendo os condicionamentos da lógica empresarial em termos de gestão e de resultados. Esse processo, Laval (2019) define como neoliberalismo escolar, e o Brasil encontra-se na vanguarda deste movimento. O conceito de Escola neoliberal desenvolvido pelo autor é “a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (LAVAL, 2019, p. 19).

Por fim, constata-se dados evidentes acerca da intensificação do trabalho docente onde o sistema de ensino privado adotado pela Laureate foi implementado. Este modelo, faz parte da “nova ortodoxia” neoliberal, como define Antunes (2009), cujas mudanças têm forçado os grandes grupos empresariais à prática de gestão corporativa. A introdução de plataformas digitais provoca a consolidação da produção em larga escala e o aparecimento de novos mecanismos e formas de acumulação intensiva.

Assim, o modelo adotado pela rede Laureate, considerando a necessidade imperiosa de reduzir os gastos e ampliar a rentabilidade dos acionistas, fundamenta-se na introdução de gestão de força de trabalho próprias do processo de internacionalização do capital. De fato, trata-se de um modelo de gestão corporativa, cuja finalidade é a “intensificação das condições de exploração da força de trabalho”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como questão central analisar as consequências da financeirização do ensino superior privado brasileiro sobre o trabalho docente a partir do estudo da rede educacional Laureate Brasil. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa documental com base em documentos legais, relatórios e no dossiê apresentado ao Ministério Público por um grupo de ex-professores da rede Laureate.

Para tanto, iniciou-se com a discussão sobre a educação superior no contexto da financeirização do capital, em que o capital financeirizado e a financeirização do ensino superior provocam consequências no trabalho. Nesse sentido, a constituição do capitalismo caminha em sucessivas crises durante seu funcionamento e essa realidade mostra que é fruto de suas bases de exploração para sobreviver, o que marca um problema estrutural.

Observou-se que, principalmente a partir do século XX, o capitalismo enfrenta uma fase marcada pelo aprofundamento de conflitos, da miséria e da desigualdade social, cujos pilares são orquestrados a partir da exploração humana e da precarização das formas de trabalho encontradas para sobrevivência. Conforme Mézsáros (2011) nos apresenta, quando o capitalismo encontra dificuldades para sua expansão, a única alternativa é intensificar as gravidades enfrentadas pela classe trabalhadora e subjugar-las a pagar as barbaridades desse sistema.

Nesse contexto, a caracterização de Chesnais (1996) sobre a atual fase do capitalismo imperialista possibilita a compreensão de como a mundialização do capital fomenta um lastro de empresas em movimento expansionista para diversos locais, o que acirra a concorrência e provoca disputas sem freios em torno do sucesso. Dentre as consequências desse movimento internacional, destacam-se as reformas como um movimento comum para a efetivação dessas empresas. Observam-se no Brasil, a partir da década de 1990, um avanço na aplicação de medidas de incentivo que formaram as principais bases do processo de financeirização e, por consequência, a consolidação da agenda do neoliberal. Vale ressaltar que essa configuração foi possível a partir da crise do modelo fordista e do movimento de capital. Esse desenho possibilitou a consolidação da atual arquitetura financeira.

A compreensão desse avanço possibilitou a dominação de grandes empresas em locais de economia não tão fortes, o que demonstra um processo de hierarquização das grandes economias mundiais sobre países dependentes. Isto é uma marca do imperialismo contemporaneamente. Esses mecanismos de controle colocam os países de “terceiro mundo”, como o Brasil, sob o controle dos de “primeiro mundo”.

Como Lênin ([1917] 2021) enfatiza, o processo de exportação do capital implica diretamente no desenvolvimento dos países aos quais é direcionada, o que impacta na eliminação tanto da independência política, quanto das populações que nela vivem. Para os países do centro da economia capitalista, esse fato é extremamente favorável e institui grandes monopólios que se transformam, por consequência, em oligopólios financeiros, segundo o autor. Esse movimento nutre a exigência de investir na expansão de suas empresas para se manter na disputa por espaço e pela competitividade no mercado. Outrossim, outro fator que influencia diretamente nas movimentações dos grandes capitalistas é o domínio do poder social, o que alimenta a influência nas suas atuações.

Com base nessas reflexões foi analisado o processo de financeirização na educação superior brasileira com a entrada de empresas e de fundos de capital estrangeiro. Nesse sentido, os dados levantados mostraram o processo de expansão da educação superior, tanto privada quanto pública, assim como o processo de aquisição e fusões de IES privadas. Essas atribuições são marcadas pela financeirização cujo objetivo é retomar a hegemonia burguesa que se encontra fragilizada pela crise estrutural do capital.

Até 2022, o capital internacional na educação superior no Brasil ainda não possui regulamentação ou regramento legal, porém diversas foram as tentativas de regulamentá-la no âmbito do Congresso Nacional. Para o capital, não há necessidade de haver regulamentação que impeça ou limite seu fluxo

Nesse sentido, o capital financeiro, os oligopólios e as OI's exercem influência sobre o delineamento das políticas públicas e, por extensão, nas reformas educacionais que os favoreçam para a livre circulação do capital no país. Esse histórico demonstra o favorecimento dos governos brasileiros para tornar o Brasil um solo fértil para a desenvolver um setor privado-mercantil apoiado também pelo próprio Banco Mundial. Desse modo, sem o apoio institucional do Estado, não seria possível o crescimento dessas empresas no Brasil.

É importante lembrar que toda coleta e sistematização dos dados que subsidiam o dossiê foi, exclusivamente, elaborado por professores e ex-professores de universidades ligadas ao grupo Laureate. Também é relevante mencionar que, de acordo com o documento, o dossiê “tem como objetivo trazer à público as inúmeras irregularidades cometidas pela Laureate Brasil na operação dos seus cursos EAD”.

É indiscutível o aumento da concorrência no setor privado mercantil, que está diretamente relacionado ao efeito da liberalização do mercado ocorrida na década de 1990 do século XX, acompanhando por um estímulo direto do Estado mediante a investimento e

políticas de isenção fiscal e, em 2007, pela abertura de capitais dos grupos de empresariais no mercado de bolsas de valores.

A presença de capital estrangeiro, de modo geral, indica uma extensão ou aprofundamento da divisão social do trabalho (que atualmente inclui o trabalho docente). Certamente a decisão do Grupo Laureate de entrar no Brasil não foi unicamente ditada pelo custo da mão-de-obra no país. O fato de o setor privado-mercantil brasileiro ser um mercado promissor é um requisito importante para a abertura de capital estrangeiro no país. Todavia, a “ausência” de legislação acerca da entrada e saída de capital no país e os baixos custos salariais são vantagens proporcionadas ao capital estrangeiro, consequências diretas da financeirização.

Os dados levantados nos documentos, em especial no dossiê analisado, evidenciaram que o processo de exploração a que os docentes da rede Laureate estão submetidos, tem provocado uma intensificação e expropriação perversa, típica do capitalismo no contexto da financeirização da educação que busca novas formas de obtenção do lucro por meio da exploração da força de trabalho. Sob o medo de perder o emprego, o dossiê evidencia que os professores e os tutores aceitavam as designações a que eram submetidos, ainda que arbitrária. Assim, no que se refere a cargo e salário, as irregularidades cometidas pela Laureate são indicadores das condições em que o trabalho docente é exercido nas 12 instituições vinculadas ao grupo e citadas no documento.

As denúncias feitas por ex-professores do grupo Laureate, presentes no dossiê, mostram que além de lecionar, os professores e tutores estão imersos nas políticas das contrarreformas realizadas no mundo do trabalho, responsável por implementar um modelo de destruição de direitos e de precarização do trabalho. Constatou-se que, efetivamente, os reflexos da flexibilização das relações trabalhistas seguida dos efeitos da financeirização atingiram de forma brutal o trabalho do professor submetendo a relações de trabalho intensas e precárias. Em outras palavras, formas precárias de contratação temporárias, sobrecarga de atividades que extrapolam sua competência, redução dos valores dos salários com pagamento pela metade da carga horária, enfim, diversas formas de exploração feitas com a finalidade engendrar a maximização do lucro e minimização dos gastos, processo que toma força com a incorporação de novas tecnologias.

Dessa forma, uma das principais conclusões deste trabalho diz respeito à experiência da rede norte-americana Laureate, relacionada a gestão das relações de trabalho, que indica que o movimento da rede no país foi acompanhado por uma série de medidas irregulares e criminosas acompanhada de uma estratégia de apropriação de recursos. Certamente, a financeirização afeta

todas as empresas, tanto as nacionais quanto as empresas internacionais, como também as pequenas e as de grande porte.

As consequências da financeirização no ensino superior não é produto da entrada unicamente de capital estrangeiro, apesar de ser um aspecto característico desse processo. Todavia, é resultado de um movimento de conjunto, resultante de acontecimentos econômicos, políticos e militares (CHESNAIS, 1996). Dito isso, o caráter oligopolista do mercado educacional brasileiro implica uma dependência direta com os bancos e com sistema financeiro, bem como a implementação de mecanismos de coordenação, controle e gestão como um atributo do contexto produtivo, social e institucional impostos pela mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

No contexto da financeirização, desregulamentação e a remoção de barreiras entre os mercados nacionais e externos boa parte do setor produtivo (inclui-se também o setor de serviço) estão subordinados ao sistema bancário e financeiro. Esta é uma das principais e mais importantes consequências da financeirização. Nesse sentido, o movimento de financeirização, em particular na educação superior, localiza o Brasil num cenário onde as IES, o ensino ofertado por elas e, por extensão, o nível de qualificação do trabalhador brasileiro e a qualidade do sistema de pesquisa tornam-se componentes de atratividade para atrair investimentos estrangeiros.

O problema que ainda precisa ser respondido é o de saber o nível do desgaste provocado pela financeirização, especialmente pela entrada de capital estrangeiro sem limites no mercado de ensino superior brasileiro em termos econômicos, sociais e políticos. Quanto à questão norteadora desse estudo, constata-se que a financeirização potencializou o trabalho docente com uma de fonte exploração e extração de mais-valor, acentuando diferenças profissionais e sociais.

Em termos de destruição dos postos de trabalho, as profundas mudanças realizadas nas IES após serem adquiridas via fusão e aquisição não podem ser dissociadas da liberalização do comércio internacional e da liberdade de estabelecimento de capital estrangeiro no país. O conjunto de mecanismos que liberaram “o capital dos seus entraves” não apenas fortaleceu o setor financeiro e bancário, como também produziu alargamento da desigualdade, enfraquecimento das leis trabalhistas e de proteção social.

Não à toa, a principal luta protagonizada pelos trabalhadores no contexto da mundialização do capital é a luta por melhores condições salariais e por previdência social. E, não por consciência, as principais reformas ocorridas no mundo também foram no sentido de uma reorientação da política de proteção social para enfraquecer as relações de emprego e

tornarem mais acessível a contratação de trabalhadores sem essa proteção. No caso da Laureate, a partir da aquisição e do controle de IES pelo grupo observou-se uma política de redução de empregos, especialmente pela demissão de funcionários sem a contratação de empregados regulares. Isto tornou a carreira docente instável e insegura, convertendo a relação de emprego mais suscetível à procura e à oferta e, por consequência, tornando-os mais precarizados.

REFERÊNCIA

- ALONSO, Kátia M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, 31, n. 113, 2010. 1319-1335. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400014>.
- ALVES, Thiago; PINTO, José M. D. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 41, n. 143, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000200014>.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2013.
- _____, Ricardo. **Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2013.
- _____, RICARDO. O TRABALHO NO CAPITALISMO PANDÊMICO. **Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia [recurso eletrônico] / Organização Ana Lole. [et al.]**, Rio de Janeiro, 2021. 13-25. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Dialogos_WEB_06JUL.pdf#page=13.
- _____, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BASTOS, Vânia L. **Para entender a economia capitalista: noções introdutórias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga De Mello. **O capital e suas metamorfoses**. Editora UNESP, 2013.
- BIN, Daniel. **A superestrutura da dívida: financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal**. Editorial Alameda Casa, 2017.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ltda., 1988.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, 1996.
- BRETAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. *Temporalis*, 17, n. 37, 2017. 53-76. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6242356>.
- _____, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.
- CARRANÇA, Thais. Fui demitida com 35 colegas por vídeo': as demissões em massa por startups brasileiras. **BBC News Brasil**, Junho 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61849289>.

CARVALHO, C. H. A. D. A Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as Estratégias de Mercado das Instituições Lucrativas. **Revista Brasileira de Educação.**, 18, 2013. 761-776.

CASTRO, Jorge A. D. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. p. 673-697, 2009.

CHAVES, Vera L. J. **AS FEIÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Tese (doutorado em educação) - Orientadora: Prof^ª Maria do Carmo Lacerda Peixoto. Curso de Doutorado em Educação : Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da, Belo Horizonte, 2005.

_____, Vera L. J. Educação & Sociedade [online]. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios**, Campinas, 31, n. 111, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxfdTPRVBR78m/?format=pdf&lang=pt>.

CHAVES, Vera L. J.; AMARAL, Nelson C. OLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - O PROUNI E O FIES COMO FINANCIADORES DO SETOR PRIVADO. **Educação em revista**, 32, 2016. 49-72.

CHAVES, Vera L. J.; REIS, Luiz F.; GUIMARÃES, André R. André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum**. Educação, v. 40, p. 1-12, 2018.

CHAVES, Vera L. J.; SANTOS, Maria R. S. D.; KATO, Fabíola B. G. **Jornal de Políticas Educacionais. FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL E A FINANCEIRIZAÇÃO**, 14, n. 08, 29 JANEIRO 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70063/40309>. Acesso em: 20 JANEIRO 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____, François. **Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo**. *Redes (St. Cruz do Sul Online)*, v. 3, 1998.

CORDEIRO, TARCÍSIO D. S. **O MODELO DE GESTÃO DA UNAMA COM A SUA AQUISIÇÃO PELO**. Dissertação (mestrado em educação) - Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabíola Bouth Grello. Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências, Belém-PA, 2020. 205. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/tarcisio.pdf>.

CORSI, Francisco L.; CAMARGO, José M.; SANTOS, Agnaldo. **A crise do capitalismo global: bolhas especulativas e os novos espaços de acumulação na periferia**: The crisis of global capitalism: speculative bubbles and the new spaces of accumulation in the periphery. *Brazilian Journal of International Relations*, 7, n. 2, 2018. 267-299. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8203>.

COSTA, Fábio L. O. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)**. Tese (doutorado em educação). Orientador: Prof. Dr. Oliveira, Romualdo Luiz Portela de. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo., São Paulo-SP, 2016. 269. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22122016-105623/publico/FABIO_LUCIANO_OLIVEIRA_COSTA.pdf.

_____, Fábio L. O. **EDUCAÇÃO E MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE A ANHANGUERA, ESTÁCIO E KROTON (2007-2014)**. Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq, p. 620-629, 2020.

CREDIT SUISSE. Relatório de riqueza global 202. **Credite Suisse**, 2021. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report>.

DOMENICI, Thiago. Professores acusam Laureate de forjar documentos para obter o reconhecimento de cursos EAD no Brasil. **Pública**, 15 maio 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/professores-acusam-laureate-de-forjar-documentos-para-obter-o-reconhecimento-de-cursos-EAD-no-brasil/>.

_____, Thiago. Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EAD. **Agência Pública**, 13 maio 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-EAD/>.

_____, Thiago. Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam. **Folha de S. Paulo**, 02 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-roboto-sem-que-alunos-saibam.shtml>.

DOSSIÊ. **“ELES NÃO ESTÃO AQUI PARA O BEM”**: mercantilização da educação e irregularidades nos cursos EAD pela Laureate Brasil. 2019. 68p.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oitros tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia literária, 2017.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. [S.l.]: Centauro, 2005.

EXAME. **Ânima: compra da Laureate leva receita anual a novo patamar de R\$ 2,6 bi**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/exame-in/anima-compra-da-laureate-leva-receita-anual-a-novo-patamar-de-r-26-bi/>.

FREITAS, Luiz C. D. **A escola não é uma empresa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRONT. **A Educação brasileira na bolsa de valores: as oitros empresas privadas que atuam no setor educacional**, agosto 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>.

GOUVEIA, Andréa B.; SOUZA, Ângelo R. Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e gestão da educação: da CONAE a um novo PNE. **Educação e Sociedade**, Campinas, Campinas, v. 31, n. 112, p. 789-807, jul./set. 2010.

GUIMARÃES, Rodrigo G. **Neoliberal, As transformações do mercado do ensino superior e o endividamento estudantil no Brasil : uma produção do Estado**. Tese (Doutorado em administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2018.

GUTTMANN, R. **Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças**. São Paulo: Novos Estudos, 2018.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 286 p.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. Tradução de Acompanion to Marx's Capital. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 336 p.

_____, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução de Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 223 p.

INEP. Estatística da Educação Superior. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília: Inep, (2010-2021), 2010-2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Maria Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVINAS, LENA; ARAÚJO, ELIANE; BRUNO, MIGUEL. **Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes?**, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_032_2017_LAVINAS_ARA%C3%A9AJOBRUNO.pdf.

LEHER, Roberto. Universidade no Brasil e na América Latina: tensões e contradições entre o público e o privado. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100015>.

LEHER, Roberto. A UNIVERSIDADE REFORMANDA: ATUALIDADE PARA PENSAR TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 25 ANOS APÓS SUA PUBLICAÇÃO. **Revista contemporânea de educação**, 8, n. 16, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1702>

LÊNIN, Vladímir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Tradução de Edições Avante! 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2017. 206 p.

MANCEBO, Daise. **Universidade para todos: a privatização em questão**. Pro-Posições, Campinas, 15, n. 3, 2004. 75-90. Disponível em: www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/.45-dossie-%20mancebod.pdf.

MANCEBO, Deise; VALE, ANDRÉA D. V.; MARTINS, TÂNIA B. **POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 1995-2010**. **Revista Brasileira de Educação [online]**, 20, n. 60, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, Carlos B. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Educ. Soc. [online], v. 30, 2009.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneide. 1. ed. [S.l.]: Boitempo, 2011.

_____, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladímir I. **Manifesto Comunista/Teses de abril**. [S.l.]: [S.n.], 2017.

MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. **O REUNI - Uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/tese_luciene_pdf.pdf. Acesso em 10.10.2022.

MÉSZÁROS, Istán. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____, Istán. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Fransisco Raul Cornejo. [et al.]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, Istán. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____, Istán. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Tradução de Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTEIRO, Sandy b. S. **O ensino superior privado-mercantil a distância: o caso da Laureate brasil**. Dissertação (mestrado em educação) - Orientadora: Profª. Drª. Vera Lúcia

Jacob. Programa de PósGraduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade, BELÉM – PA, 2020. 149. Disponível em:
<http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/sandy.pdf>.

NORONHA, M.M.B. **Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do Ensino Fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
 OLIVEIRA, Romualdo P. D. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 739-760, 2009.

PAULANI, Leda M. **O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). ed. [S.l.]: [S.n.], 2006. 69-108 p.

PRESSE, Paulo. **Lições de 2022 no Ensino Superior**. Hoper Educação, Julho 2022. Disponível em: <https://www.hoper.com.br/webinar/156>.

REIS, Tayanne D. F. A. T. D. **Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional**. Orientadora: Vera Lúcia Jacob Chaves. 2019. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2019. Disponível em:
<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11881>.

SANTOS FILHO, João R. D. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Tese (doutorado em educação) - Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. CHAVES, Vera Lúcia Jacob; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém-PA, 2016. 278. Disponível em:
http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8626/1/Tese_FinanciamentoEducacaoSuperior.pdf.

SANTOS, Aline V. D. **A governança da educação superior privada: sobreimplicações da formação dos oligopólios no trabalho docente**. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ranilce Mascarenhas. Dissertação (mestrado em educação) - Programa de PósGraduação Stricto Sensu do Mestrado em Educação, Brasília, 2012. 162. Disponível em:
<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/1004.pdf>.

_____, Aline V. D. **A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**. Tese (doutorado em educação) - Programa Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília - DF, 2018. 292. Disponível em:
<file:///C:/Users/ASUS/OneDrive/Aline%20Veiga%20Tese.pdf>.

SEBIM, Charlini C. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior : o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo**. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Gilda Cardoso de Araújo. Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1366/1/Charlini%20Contarato%20Sebim.pdf>.

SEKI, Allan K. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. Tese (doutorado em educação) - Orientadora: Profa. Dra. Olinda Evangelista. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2020. 437. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219299/PEED1517-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>.

SESTELO, José A. D. F. E. A. A financeirização das políticas sociais e da saúde no Brasil do século XXI: elementos para uma aproximação inicial. **Economia e Sociedade**, v. 26, p. 1097-1126, 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 867-889, 2015.

SOARES, Carla F. Z. **A financeirização da educação superior brasileira: o caso do Grupo Kroton**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193603>.

SOUSA, JOSÉ A. E. D. **FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL E SUA**. Dissertação (mestrado em educação) - Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabíola Bouth Grello. Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2018. 111. Disponível em: <https://ppged.propesp.ufpa.br/arquivos2/File/joseaugusto.pdf>.

SOUSA, Leila M. C. **Financeirização da educação superior privado mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.** Orientadora: Fabíola Bouth Grello Kato. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11861>.

TASQUETTO, Lucas D. S. **Educação e comércio internacional: impactos da liberalização comercial dos serviços sobre a regulação da educação superior no Brasil**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, University of São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2014.

TAVARES, Pedro H. D. S. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado**. Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa., Rio de Janeiro, 2014. 124. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/Disserta%C3%A7%C3%B5es2014/dpedrohenrique.pdf>.

VALE, Andrea A.; CARVALHO, CH de A; CHAVES, VLJ. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. CABRITO, Belmiro, et al. **Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização**, Lisboa: Educa, p. 199-220, 2014.